



o ano que não acabou

ORGs: FATIMA M. LEITE CRUZ E LIANA LEWIS

Agradecimentos

Ao Magnífico Reitor da UFPE, Prof. Alfredo Gomes, nossos sinceros agradecimentos por viabilizar a edição deste ebook; Agradecemos, com carinho e admiração, a todos e todas companheiros do Comitê contra o fascismo e pela democracia na UFPE por todo apoio, companheirismo e dedicação que expressaram em todas as aulas no desenvolvimento do curso “O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil”. Sem vocês, não conseguiríamos a realização desta atividade;

Ao Prof. Luís Felipe Miguel, nossa gratidão por nos ter inspirado, com a idealização do primeiro curso, para a realização da versão que oferecemos à comunidade pernambucana;

A todos os colegas professores da UFPE que aceitaram o convite para ministrar as temáticas do curso agradecemos, profundamente, pela coragem em construir conosco o curso e, principalmente, pela qualidade da contribuição que deram à formação cidadã da comunidade externa à UFPE. Em particular, à Profa. Silke Weber, nosso respeito e agradecimento por ter proferido a palestra de abertura do curso;

Agradecimentos especiais à companheira Cida Guilherme, por sua presteza e disponibilidade na inserção do curso no sistema de cursos de extensão da UFPE – SIGPROG; ao companheiro Ricardo Oliveira por toda a organização das inscrições e acompanhamento das frequências para certificação; e ao companheiro André Graciano por seu empenho na resolução da infraestrutura indispensável ao trabalho realizado;

Ao colega da UFPB, Prof. Thiago Panica Pontes nosso melhor obrigado pela grande colaboração com a cuidadosa revisão textual;

À Direção do CCSA da UFPE que gentilmente nos seu cedeu o espaço de seu auditório para as aulas; a ADUFEPE pela cessão dos equipamentos; e a Segurança institucional da UFPE, nosso melhor obrigado;

À Rafael Ricardo e à ADUFEPE, nosso muito obrigada pela diagramação e criação da capa do ebook;

Aos participantes do curso, comunidade externa à UFPE, nosso melhor obrigado, por terem buscado conhecimento, pelas trocas valiosas durante as aulas, e pelo profundo respeito à democracia que desejam construir para o país.

Prefácio

Em meados de 2017 foi criado na UFPE o Comitê contra o Fascismo, por Democracia e Liberdade cujo Manifesto, então publicado em uma rede social de amplo alcance, já destacava a articulação entre setores do mundo jurídico e da mídia para disseminar a ideia da existência de “um ‘inimigo interno’ responsável por todos os problemas do país” que deveria, portanto, “ser combatido, derrotado e excluído da vida social e política nacional”. Tal articulação, afirmava ainda o documento, configurava-se em um movimento que, a pretexto de combater a corrupção, visava a demonizar as lideranças e os partidos de esquerda – especialmente o PT – em uma espiral de ódio em que se iam aceleradamente corroendo as garantias constitucionais, as liberdades individuais e se caminhava abertamente para a implantação de um estado de exceção. Sucediavam-se os abusos de poder e ataques dirigidos à universidade, como o absurdo ultraje a que a Polícia Federal submeteu o Reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier, em operação liderada pela delegada federal Érika Marena, com mandado judicial expedido pela juíza federal Janaina Cassol, levando-o à morte em outubro de 2017.

O ambiente de linchamento midiático de então era propício à acolhida cínica e enviesada que o Manifesto do Comitê recebeu por parte de certos setores “bem-pensantes” da sociedade, para quem a imparcialidade e a lisura das instituições do estado responsáveis pela suposta apuração de atos de corrupção seriam absolutamente insuspeitas, a exemplo do artigo “Fascista, eu?” do pernambucano Aécio Gomes de Matos. Nesse clima artificial e propositadamente criado, a menção à palavra “fascismo” causava incômodo mesmo em plateias universitárias, como vimos acontecer por ocasião de uma das primeiras atividades organizadas pelo Comitê, uma palestra ministrada em novembro de 2017 pelo Prof. Sérgio Ramos no colóquio do departamento de Química Fundamental da UFPE, com o título “Fascismo e cenário brasileiro”.

Como denunciar a ameaça fascista em um ambiente a tal ponto intoxicado pela mídia corporativa? Um ano depois, pareceu razoável a uma juíza eleitoral do Rio de Janeiro mandar retirar uma faixa com os dizeres “UFF antifascista” da fachada do prédio do curso de Direito daquela universidade, por constituir inaceitável “propaganda negativa contra Jair Bolsonaro”. Antes disso, em fevereiro de 2018, a notícia de que o Prof. Luis Felipe Miguel, da UNB, decidira oferecer uma disciplina de graduação intitulada “O golpe de 2016 e o futuro da democracia do Brasil” fez o Ministério da Educação anunciar que iria acionar, contra a disciplina, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal. Só faltou ao MEC ameaçar recorrer ao Exército, e mesmo isso não causaria estranheza se até contra o Supremo Tribunal Federal essa força armada se dispôs a investir em abril de 2018 para garantir, como foi conseguido, a aberração jurídica que buscavam os perpetradores do Golpe: a interdição do principal candidato às eleições daquele ano. Calar a universidade pela intimidação era um complemento natural e necessário da empreitada fascista.

Na UFPE, pareceu-nos, portanto, que era preciso reagir.

Hoje, entretanto, não é mais difícil dizer, e se faz cada vez mais claro e factualmente comprovado por diversos canais noticiosos, que a trajetória que se inicia com as famigeradas Jornadas de Junho de 2013 e culmina na eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foi um longo e processual golpe de estado e implantação de um estado semipolicial no Brasil. A derubada do governo da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, a perseguição judicial farsesca contra o ex-Presidente Lula e outras lideranças petistas, a privatização do Pré-sal e destruição da engenharia nacional pela Operação Lava Jato, a participação ilegal de agentes estadunidenses na persecução penal de brasileiros no Brasil e a participação de procuradores brasileiros na condenação de empresas brasileiras nos EUA, a cassação da candidatura Lula em 2018 e a tutela militar que se impôs sobre o Supremo Tribunal Federal são aspectos de um só e mesmo processo de golpe, criminalização dos principais líderes populares, realocação geopolítica e recolonização brutal do Brasil na ordem da economia política mundial. Nenhum desses eventos pode ser analisado isoladamente, pois todos eles se entrelaçam de modo interdependente. As provas factuais de todo esse processo de lawfare, embora decorridos poucos anos, já são abundantes, de sorte que somente a má fé e o puro cinismo podem ainda tentar alegar conformidade legal em relação a tudo aqui mencionado.

Os textos deste livro vieram a lume a partir das aulas ministradas por seus autores no curso de extensão “O Golpe de 2016 e o Futuro do Brasil” organizado pelas professoras Fátima Cruz e Liana Lewis e realizado por iniciativa do Comitê e do Departamento de Sociologia da UFPE no ano de 2018. Na ocasião ainda não havia sido publicada a série de reportagens intitulada #Vazajato pelo portal The Intercept, nem viera a público a comprovação do envolvimento ilegal de autoridades judiciais e policiais estadunidenses no âmago da Operação Lava Jato, embora os indícios desses aspectos já fossem abundantes. Desse modo, o mérito das organizadoras e dos autores dos capítulos deste livro é sig-

nificativo, pois conseguiram identificar, analisar e articular as diversas facetas e indícios da trajetória golpista-fascista antes de sua comprovação factual. Esta realização também torna evidente a importância da autonomia universitária e científica, na medida em que somente a liberdade de investigar, refletir e de ensinar pode garantir que produções fundamentais e fundamentadas como esta possam continuar a ser oferecidas à sociedade.

A despeito do inegável mérito desta produção e de outras que foram publicadas por diversos autores ao longo dos últimos anos em relação aos fenômenos aqui analisados, é evidente que elas não têm a capacidade de modificar a opinião anônima industrialmente padronizada e disseminada ao longo da última década pelas principais agências de poder midiático no Brasil e reproduzida pelos sujeitos particulares mais propensos a identificarem-se com a enunciação de discursos de ódio contra tudo que difere do que é convencionalmente sancionado pela tradição violenta, patriarcal e escravista da sociedade brasileira. O esclarecimento humanista raramente dispõe do poder necessário para suplantar a ignorância e barbárie histórica e socialmente dominantes, mas ao menos é dotado da capacidade de abalar as tentativas de legitimação intelectual da violência imemorial que se volta sempre contra os agentes e instâncias que ousam questioná-la ou deixar de reproduzi-la.

Desse modo, os que se comportaram de forma hipócrita, cínica ou simplesmente cruel ao longo dos acontecimentos aqui analisados e que ainda não se retrataram por suas atitudes nos contextos em que as praticaram, não deixarão de proceder diferentemente apenas pela publicação desta e de outras obras, posto que informações e análises, por mais fundamentadas que sejam, não têm o poder de modificar o caráter das pessoas – somente estas, com grande compromisso e esforço pessoais, podem transformar a si mesmas. Todavia, o mundo partilhado pelos seres humanos se enriquece com este trabalho e, ainda que despida do poder de alterar as circunstâncias, esta obra contribui, como na famosa fábula, para dizer que “o rei está nu” e que todos aqueles, dos principais agentes às pessoas comuns, que agiram, apoiaram direta ou indiretamente, ou se omitiram diante da violência dos atos perpetrados nesse processo são atores e/ou cúmplices dos mesmos.

O esclarecimento dos seres humanos jamais se realiza de uma só vez, nem se limita à dimensão intelectual, mas sempre pressupõe a capacidade de o próprio sujeito comensurar aquilo que em si mesmo ainda jaz em estado primitivo sem alcançar a condição humanizada de poder ser partilhado como contribuição ao mundo comum. Não há, portanto, esclarecimento sem autoconsciência, embora esta também não seja condição suficiente para a realização do primeiro. O esclarecimento igualmente exige que o mundo comum tenha a disponibilidade de interditar as ações dos sujeitos que pretendem extinguir a alteridade e as objetivações que não se enquadram no panorama convencional que julgam ser a única realidade possível.

Nenhuma das duas condições subjetiva e objetiva demonstrou se fazer presente em quantidade suficiente no decorrer do longo processo de golpe que se abateu sobre o Brasil nos últimos anos. Todavia, isso jamais significou que mulheres e homens, ainda que em minoria, deixassem de se levantar e erguessem sua voz para denunciar a ameaça ao mundo humanamente partilhado que, ao fim e ao cabo, é a condição de vida até mesmo dos próprios agentes que o atacaram e continuam a atacá-lo ainda hoje. Esta obra, suas organizadoras e seus autores são uma manifestação concreta da não desistência do mundo comum, pela identificação e estudo detalhados de várias tendências e agentes que o ameaçam. Destarte, por mais onipotente que pareça ser, a violência fascista ainda não logrou destruir as características humanas daqueles que até agora resistiram e hão de transmitir, ainda que minoritariamente, as sementes de liberdade ao mundo que virá.

Recife, julho de 2020

Diogo Ardaillon Simões, José Policarpo Junior

1 <https://revistasera.info/2018/01/fascista-eu-aecio-gomes-de-matos/>

2 <https://oglobo.globo.com/brasil/juiza-eleitoral-determina-retirada-de-faixa-uff-antifascista-de-universidade-23186076>

3 <https://oglobo.globo.com/brasil/professor-da-unb-defende-curso-sobre-golpe-de-2016-apos-critica-do-mec-22421749>

4 https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/04/frase-de-comandante-villas-boas-e-vista-como-ameaca-a-democracia_a_23402778/

É difícil determinar se o experimento democrático iniciado no Brasil ao final da ditadura civil-militar ainda sobrevive com aparelhos ou já está em morte cerebral.

A Constituição não foi revogada, mas o contrato que ela encarnou não existe mais. Está sendo desmontada a passos largos a proteção social que ela prometia e que foi edificada de maneira muito incompleta nas décadas que se seguiram. Direitos e garantias são eliminados, a laicidade do Estado é comprometida, a desnacionalização da economia avança, a proteção ambiental recua. Os valores de tolerância à diferença e respeito mútuo, essenciais para a convivência democrática, são desprezados. Em seu lugar, exaltam-se violência e preconceito. Os espaços de participação política popular são cerceados. O arbítrio e a violência seletiva do aparelho repressivo de Estado se expõem sem pudor ou tentativa de disfarce. Há um ponto de partida claro para os retrocessos hoje vividos: o golpe de 2016. Foi o momento em que se quebraram as regras fundamentais da democracia eleitoral (ao poder só se chega pelo voto popular) e do Estado de direito (a lei vale igualmente para todos). O projeto, que o governo Temer já buscou implementar, é a ampliação das desigualdades. A criminalização da esquerda, da qual a perseguição ao ex-presidente Lula serve de emblema maior, é essencial para impedir qualquer reação por dentro da institucionalidade.

Os capítulos que compõem o presente volume analisam este momento central de inflexão da vida política brasileira. Abordando diferentes aspectos de um processo multifacetado e complexo, escritos por pesquisadores com vasta reflexão acumulada sobre seus temas, procuram entender que fragilidades da ordem política nascida da Constituição de 1988 e que patologias do tecido social brasileiro permitiram a ruptura de 2016. Unindo o compromisso com os valores fundamentais da democracia e do progresso social ao rigor científico que se espera de acadêmicos de ponta, os textos aqui reunidos são contribuições importante ao debate sobre o Brasil e seu futuro.

Luís Felipe Miguel - UnB

Sumário

JUDICIÁRIO E CRISE POLÍTICA: O PERCURSO JUDICIAL DO GOLPE E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA - 11

Judicialização da política e disputa de capital político no Brasil - 13

Pavimentação judicial do golpe - 18

O Congresso Constituinte de 87 e a Constituição Federal de 88 - 19

Documento 319 (1995) do Banco Mundial - 20

Emenda Constitucional 45 - 20

Construção da relação entre Judiciário e mídia empresarial - 21

Ação Penal 470 - 22

Operação Lava Jato - 23

CONSTRANGIMENTOS E LIMITES DA DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1985-2016) - 27

A esfera político-partidária na atualidade e a esteira de construção do golpe de 2016 - 30

AS ENTRANHAS DO GIGANTE E A SOCIOGÊNESE DO GOLPE - 34

Ação estatal, “ascensão” popular e espaço objetivo de possíveis - 36

Das fissuras ao abalo na “ordem”: uma secular comunidade de desiguais - 38

Crise estrutural e realinhamento conservador - 42

Cinturão médio e dominante, meios de comunicação de massa e judiciário: os fios de uma conexão socioafetiva - 45

A marca da história, as classes populares e a coalizão ausente: à guisa de considerações finais - 48

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: DOS PROTESTOS DE 2013 ÀS ELEIÇÕES DE 2018 - 52

Breve história dos movimentos sociais - 52

Os protestos de junho de 2013 no Brasil - 56

A proximidade do golpe - 59

Pós-golpe e as eleições de 2018 - 60

Nefastas considerações - 61

O GOLPE DE 2016 E O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO - 63

Comunidade imaginada, a negação da questão racial e as tecnologias da morte - 65

O Golpe de 2016 e a aniquilação da reparação racial: o Estado e o genocídio negro - 68

O GOLPE DE 2016 E O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO: FERRAMENTAS DE CONTINUIDADE E EXPANSÃO DO PROJETO DE PODER RACISTA DO ESTADO E DA SOCIEDADE BRASILEIROS - 73

As religiões de matriz africana e afro-indígena na formação da sociedade brasileira - 74

Racismo religioso e violência estrutural - 76

Racismo religioso, racismo institucional e o alcance das políticas públicas de ação afirmativa para os povos e comunidades tradicionais de terreiro - 79

“LEMBRAR, PARA NUNCA REPETIR”: O GOLPE DE 2016 E AS RELAÇÕES COM AS FAMÍLIAS DE FILHOS MORTOS/DESAPARECIDOS NA DITADURA MILITAR NO BRASIL - 84

A família e seu viés conservador nas décadas de 60 e 70 do século passado - 88

A resistência e a luta das mulheres contra a ditadura militar de 1964 - 89

Mulheres em tempos de exceção: outras maternidades, outros matrimônios e novos campos de trabalho - 90

A Teoria das Representações Sociais e os fenômenos psicossociais - 90

Método - 92

Resultados e discussão - 92

Mudanças nos papéis sociais no interior das famílias na ditadura militar e a ocupação do espaço público pelas mulheres-mães de militantes políticos - 92

COLAPSO DA CIVILIZAÇÃO, CRISE AMBIENTAL E O AVANÇO DO PENSAMENTO CONSERVADOR - 99

Crise econômica e fim do capitalismo - 101

A crise ambiental e os sinais de catástrofes - 104

A destruição da Amazônia e suas implicações - 106

SOBRE OS AUTORES - 111

Introdução

Este ebook é resultado do Curso “O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil”, inspirado no Curso de mesmo nome ministrado pelo Professor Luiz Felipe Miguel da UNB, e realizado no ano de 2018 na Universidade Federal de Pernambuco, coordenado pelas organizadoras dessa obra, e apoiado pelo Comitê Antifascismo da UFPE e pela Associação de Docentes da UFPE - ADUFEPE. Esta coletânea de artigos aqui apresentada comporta parte das temáticas desenvolvidas ao longo do Curso e que foram sistematizadas pelos docentes que as ministraram. Sua pertinência se dá tanto no âmbito político em face da necessidade de compreensão dos contornos adquiridos pela esfera pública no período pós-golpe, quanto na esfera acadêmica pelo aprofundamento de temas contemporâneos abordados com foco interdisciplinar, que subsidiam assim a formação profissional compreendida em seu sentido ampliado. Tal abrangência torna essa obra, portanto, direcionada aos acadêmicos assim como à população mais ampla.

Situamos o leitor, inicialmente, que o Golpe de 2016 se fundamentou em um aparato jurídico-parlamentar-midiático que se dispôs a reaver as relações de forças que historicamente têm estruturado o país, a saber, um governo que opera com o apoio da elite visando a profunda e violenta hierarquia social. Esclarecemos, ainda, que a quase totalidade dos artigos desta obra foi escrita há dois anos, por ocasião do curso e quando Michel Temer, o Vice da Presidenta deposta, havia assumido a presidência do país. Como ficará evidenciado nos artigos, o Golpe de 2016 teve como objetivo a retomada de padrões históricos de governos que não se preocuparam com as desigualdades socioeconômicas e a ruptura com o processo de redemocratização que vinha sendo desenvolvido buscou aprofundar o violento abismo entre os grupos sociais no Brasil. Se no momento da escrita dos textos aqui apresentados já nos encontrávamos angustiados pela compreensão da violência e sofrimento a que os grupos subalternizados estavam submetidos, quando do momento posterior de publicação da obra, nos encontramos estarecidos, embora não surpresos, com os caminhos que o país tem seguido como consequência direta daquele Golpe.

Na aparente situação de continuidade de democracia se desenvolveu o processo eleitoral, após o término do governo Temer, todavia, como parte da continuidade do golpe houve a prisão, sem provas, de Lula que era o principal candidato à eleição presidencial. Sua prisão foi conduzida pelo Juiz Sérgio Moro, que viria a se tornar Ministro da Justiça de Bolsonaro, o candidato eleito. Esta prisão, assim como o Golpe, foi efetivada com o aval das principais instituições do país, e teve como consequência a ascensão à Presidência de Jair Bolsonaro, representante dos segmentos mais conservadores da sociedade, entre estes, o setor empresarial de base neoliberal que foi associado ao apoio das igrejas fundamentalistas. Toda a campanha presidencial de Bolsonaro foi marcada pelo uso massivo de Fake News (dispositivos de comunicação que falseiam a realidade visando influenciar determinados grupos e indivíduos) patrocinado por grupos empresariais, sob o silêncio ensurdecedor do Tribunal Superior Eleitoral, pela ausência do candidato em todos os debates, por um atentado cuja veracidade é, até hoje, questionada e, sobretudo, por um discurso de base claramente fascista de sua candidatura impregnada de misoginia, LGBTfobia, racismo, defesa armamentista, exclusão das minorias.

Ao longo da campanha, o candidato Bolsonaro não apresentou nenhum projeto que tratasse de temas básicos como qualquer estadista, tais como: saúde, educação, emprego, distribuição de renda, erradicação da pobreza. Seu discurso se pautou na bandeira da suposta erradicação da corrupção; por ataques frontais à diferença; e pela negação da política e dos políticos afirmando que o que existia antes dele, era a velha política, e que mudaria “tudo isso que tá aí”, slogan representante de uma “nova política” compartilhada pelos denominados “cidadãos do bem”. Repetidas vezes o

candidato desferiu agressões diretas e profundamente violentas às mulheres, LGBTs, negros, indígenas, nordestinos, imigrantes e a partidos e militância de esquerda. Em relação a esta última, o então candidato declarou que quando vencesse as eleições os membros desses grupos, considerados inimigos da pátria, seriam presos ou seriam expulsos do país. Em paralelo, o então candidato apresentava um forte discurso pró-armamento prometendo a liberação do porte de armas para a população em geral. Várias vezes expressou sua convicção de que os indivíduos tinham o direito de matar outro quando se sentissem de alguma forma ameaçados.

O governo Bolsonaro tem sido marcado por uma generalizada retirada de direitos, aprofundando o projeto neoliberal iniciado por Temer, além de perpetrar uma rotina de ataques às instituições, à imprensa e aos grupos que já hostilizava anteriormente em sua vida pública. Apesar da resistência cotidiana dos grupos que fazem oposição a esta eleição, pós-golpe, Bolsonaro aprovou a Reforma da Previdência que retira dos mais vulneráveis o direito a uma aposentadoria minimamente digna. No plano das políticas públicas tem restringido a concessão de benefícios, através de programas de transferência de renda, e que foram implementados pelo Partido dos Trabalhadores - PT, como o Bolsa Família. No âmbito do desenvolvimento social e dos princípios de uma gestão democrática extinguiu diversos Conselhos, atacando frontalmente o poder decisório da sociedade civil na implementação de políticas públicas. Exemplar é a denúncia feita por membros da sociedade civil do Comitê Nacional de Prevenção à Tortura que afirmam que a Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves vem obstruindo os trabalhos do grupo durante a pandemia da covid-19.

Na administração pública, o conjunto de seus ministros assume uma postura de desrespeito e falta de decoro no trato interpessoal com a sociedade e adotam o projeto neoliberal de privatização que tem atacado todos os bens públicos, como por exemplo o Ministro da Educação na área da educação e na busca por deslegitimar que faz diuturnamente, campanhas vexatórias que buscam deslegitimar a importância das Universidades Públicas. A política de extermínio, nesse caso, é expressa tanto verbalmente por meio de constrangedoras agressões, como através da restrição e contingenciamento do orçamento para pesquisa, manutenção acadêmica e serviços essenciais das instituições públicas federais. Aliás, seu ministério possui representantes que agem cotidianamente com falta de decoro como jamais visto na história da República.

No plano dos direitos sociais cabe salientar que desde o início de seu governo tem existido um ataque sem precedentes às comunidades indígenas, com assassinatos de suas lideranças, assim como de lideranças quilombolas do MST e de ativistas dos Direitos Humanos. A Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos tem atacado de maneira vil os grupos vulneráveis. Em relação à pandemia do coronavírus ora vivenciada, o governo federal tem se mostrado absolutamente inerte e despreocupado em relação às milhares de mortes. Ao mesmo tempo em que o Presidente faz piadas indecorosas em relação à doença e aos óbitos, sua equipe não apresenta nenhum projeto no sentido de preservar as vidas e manter o sustento econômico dos mais vulneráveis. Em paralelo tem existido uma militarização do Ministério da Saúde, assim como dos demais ministérios. Diversos técnicos têm sido exonerados, inclusive, na área da saúde, para dar lugar a militares que desconhecem as realidades específicas de cada pasta.

Em relação à esfera criminal, ao longo de toda sua trajetória política como deputado federal, Bolsonaro tem enaltecido as milícias, grupos criminosos em geral formados por policiais e ex-policiais que ocupam o lugar do Estado em diversas comunidades de baixa renda, em especial, no Rio de Janeiro. Suas atividades consistem em extorsão dos indivíduos e exploração clandestina de diversos serviços como televisão a cabo, gás, ágio sobre venda de imóveis, segurança, etc. Bolsonaro e seus filhos, todos com mandatos eletivos, têm homenageado e condecorado milicianos. Um de seus filhos, atualmente senador, é denunciado por um esquema de rachadinha, inclusive com milicianos e seus

familiares e sobre sua família recai a suspeita de participação no assassinato da Vereadora do PSOL Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Bolsonaro tem ainda agido no sentido de desregulamentar diversas instâncias que atuam no combate ao crime como no caso do IBAMA, colocando em sério risco o meio ambiente e as comunidades indígenas instituindo um Decreto que cria audiência de conciliação que arbitrará sobre as sanções aplicadas pelos fiscais, tem desregulamentado ações de fiscalização e combate ao tráfico, e facilitado o crime da parte de agentes do Estado e de organizações através da revogação de normas que aprimoravam o rastreamento de armas.

Em relação ao meio ambiente, além do aumento de ataques às lideranças indígenas, quilombolas e do MST, seu discurso de aniquilação, através da entrega de reservas indígenas ao capital e apoio aos grileiros, garimpeiros e extrativistas ilegais de madeira, tem incentivado queimadas em áreas preservadas com dimensões inéditas. Sob o governo de Bolsonaro, decorrência direta do golpe de 2016, temos assistido a um esfacelamento sem precedentes dos direitos, das instituições e da dignidade e possibilidade de sobrevivência da população.

O conjunto de fatos mencionados acima é decorrência direta do ataque à democracia, a partir do Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Os textos aqui expostos se debruçam sobre este momento histórico analisando e teorizando os caminhos que resultaram na ruptura institucional, política e social. Iniciaremos a reflexão analisando o papel do judiciário no Golpe, desde que este teve uma atuação não apenas decisiva para que este se consolidasse, como foi uma das instâncias mais proativas para sua efetivação. Em “Judiciário e crise política: o percurso judicial do golpe e a judicialização da política”, Arthemisia Santiago abordou a participação do Poder Judiciário no golpe de Estado no contexto da politização da justiça, não a judicialização da política. A autora inicia o artigo com uma incursão histórica acerca do papel do judiciário na estruturação do arranjo político brasileiro, desde a monarquia até a promulgação da república, dando ênfase à legislação e aos distintos movimentos da sociedade e dos poderes constituídos que validavam o sistema hierárquico econômico. Com uma análise crítica bem fundamentada e aprofundamento teórico da matéria, a autora retraça o percurso de tramitação do golpe; foca os bastidores institucionais do judiciário na construção do enredo para a deposição da presidenta legitimamente eleita; e nos conduz à reflexão acerca da frágil democracia no país.

No capítulo “Constrangimentos e limites da democracia no Brasil contemporâneo (1985-2016)”, Flávio Weinstein Teixeira aborda a crise político-institucional do país envolvendo o Golpe de 2016 a partir de uma perspectiva histórica. Com a consistência dos dados e fontes históricas, o autor analisa os múltiplos fatores que geram a predominância das elites e da classe proprietária na vida econômica da história do Brasil e argumenta sobre a dificuldade que impõem na garantia da participação popular nas tomadas de decisão eleitoral no país, o que tem provocado ciclos de ruptura institucional no percurso da democracia até nossos dias.

Thiago Panica Pontes, no capítulo “As entranhas do gigante e a sociogênese do golpe”, apresenta a sociogênese do golpe de Estado de 2016 no Brasil, e de modo analítico e crítico ancora argumentos relativos à trama da dinâmica de classes e da complexa visão sistêmica e institucional que o circunscreve. O autor debate sobre o movimento conservador que levou à ‘manipulação’ da realidade e, paulatinamente, engendrou a ruptura institucional da democracia. Com densa fundamentação teórica, o autor apresenta fatos na perspectiva sociológica que produziram a continuidade do poder político das elites econômicas no país

No capítulo “Movimentos sociais no Brasil: dos protestos de 2013 às eleições 2018, a autora Vilma Felix trata com propriedade acerca do papel dos movimentos sociais enquanto protagonistas da cena política que modelou o golpe de 2016. As crises cíclicas do capitalismo e da hegemonia neoliberal são apresentadas de modo contextualizado, bem como as distintas manifestações orquestradas por grupos conservadores que antecederam o Golpe perpetrado contra a presidenta Dilma Rousseff.

No capítulo “O Golpe de 2016 e o genocídio do povo negro”, Liana Lewis parte do pressuposto de que ao longo da história do Brasil tem sido construída uma narrativa que se convencionou chamar de Mito da Democracia Racial, narrativa esta que finda por ocultar o projeto genocida a que é submetida a população negra. Partindo da teoria de Frantz Fanon, Lewis observa que na sociedade ocidental o negro tem sido constituído como um ser humano incompleto. A autora argumenta que o Golpe de 2016 visou reaver hierarquias históricas, dentre elas, a racial. A partir do reordenamento político que o sucedeu, fica evidenciado através de dados estatísticos e observações do cotidiano que as condições de vida do povo negro têm rapidamente se deteriorado. A erradicação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial implementada pelo Governo Lula, ainda quando Dilma tentava salvar o mandato presidencial, é um exemplo claro de que o Golpe tinha a população negra como um de seus alvos preferenciais.

No capítulo “O Golpe de 2016 e o fundamentalismo religioso: ferramentas de continuidade e expansão do projeto de poder racista do Estado e da sociedade brasileiros”, Ciani Sueli das Neves aborda a questão do racismo religioso como um problema estrutural do Estado brasileiro. A autora observa como as religiões neopetencostais se tornam movimentos sociais de caráter conservador (como o movimento pelo direito dos animais) e têm criminalizado as religiões de matriz afro-indígena lançando mão de mecanismos legais com o intuito de inviabilizar suas práticas. Neves observa como a partir de 2003 o Estado brasileiro lançou mão de políticas de ação afirmativa, cujo objetivo foi o enfrentamento do racismo e a reparação histórica advogada pelos movimentos sociais. Através de políticas públicas direcionadas às religiões de matriz afro-indígena o Estado buscava atender os tratados internacionais de direitos humanos dos quais é signatário. O Golpe de 2016 interrompeu este processo e a autora mostra os seus mecanismos através do conceito de racismo institucional e de identidade social coletiva proposto por Taylor.

Em “‘Lembrar, para que nunca seja repetido’: o golpe de 2016 e as relações com as ‘famílias de filhos mortos/desaparecidos na ditadura militar no Brasil’”, Fatima Maria Leite Cruz aborda as relações de continuidade entre as rupturas democráticas de 1964 e de 2016, analisa suas similitudes e apresenta resultados da pesquisa que analisou esses impactos através da análise das repercussões nas dinâmicas familiares. Através de entrevistas com familiares de filhos mortos/desaparecidos durante a ditadura militar, a autora apresenta os resultados dessa sua pesquisa e observa as repercussões daquele regime político no âmbito macro e micro social, elaborando especial consideração aos sentidos de maternidade, mãe, mulher e família no contexto de exceção, tecendo relações daquele período com a nova configuração da sociedade brasileira a partir do golpe de 2016.

Finalmente, em “Colapso da civilização e crise ambiental” Marcos Costa Lima e Eduardo Matos Oliveira analisam a crise econômica, social e ambiental promovidas pelo capitalismo e o papel do Golpe de 2016 no seu aprofundamento, conduzindo o país para o “desastre” ambiental que testemunhamos hoje. Abordando a crise sistêmica do capitalismo e sua flagrante decadência, os autores observam a relação direta entre os problemas econômicos e o desequilíbrio da natureza, com repercussões graves na dinâmica social.

Esperamos que a leitura dos artigos contribua com a análise crítica da realidade nacional e, semelhante ao que experimentamos durante a realização do curso, desejamos que as temáticas, aqui apresentadas, mobilizem o debate acerca de tão relevantes aspectos de construção da realidade e que contribuam na inserção participativa e cidadã de todos e todas.

Fatima Cruz e Liana Lewis

JUDICIÁRIO E CRISE POLÍTICA: O PERCURSO JUDICIAL DO GOLPE E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Arthemisia Santiago

RESUMO

Este artigo busca reproduzir uma aula do curso “O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, cujo conteúdo se refere à participação do Poder Judiciário como elemento fundamental para a efetivação do que denominamos de golpe de Estado, viabilizado na figura do impeachment da Presidenta Dilma Roussef. A participação do judiciário num momento crucial da vida política do país é explicada pelo contexto de judicialização da política, processo de transferência de poder político para o campo jurídico e que envolve a disposição dos juizes para a ação política. Aqui tentaremos demonstrar o contexto de judicialização como uma estratégia política do judiciário que não pode ser compreendida sem considerar o ativismo político de juizes. Nesse sentido, pretendo caracterizar o golpe de 2016 como parte dessa estratégia.

Palavras-chave: Crise. Judicialização. Golpe de 2016.

Introdução

A realização do curso pelo Comitê Contra o Fascismo, pela Liberdade e pela Democracia foi uma iniciativa de grande relevância no contexto político de alta temperatura no país, quando parte das ações políticas estavam e continuam¹ em processo de patrulhamento e interdição, e a produção de conhecimento engajado passou a representar um dos espaços de resistência por excelência. A meu ver, esse curso primou por tornar evidente a complexidade do golpe de 2016, que se expressa na diversidade de temáticas aqui tratadas. Nesse sentido minha participação teve por objetivo contribuir para o conhecimento sobre o judiciário brasileiro e sua integração ao processo golpista. No curso original pensado para a UNB pelo prof. Luís Felipe Miguel e que foi replicado por inúmeras universidades, a aula sobre judiciário tratou basicamente da operação Lava Jato² e sua importância para o desfecho do golpe. Procurei não me fixar apenas na operação, preferindo ampliar o olhar sobre as condições que tornaram possível não apenas a Lava Jato, mas que fizeram do judiciário uma instituição central ao golpe, pois essa ideia de condições afasta a compreensão do golpe a partir de uma relação causa-efeito.

Desde 2013 o país entrou em ebulição política da qual não saiu até o momento, mesmo tendo decorrido, inclusive, eleições gerais em 2018, cujo resultado oficializou a entrada do Brasil no ciclo dos governos de extrema-direita, fenômeno social que também se verifica no mundo. O golpe de 2016 foi o movimento institucional definitivo para o ingresso do Brasil na lista de países atingidos pelo chamado regime change, no tipo que eu aqui denomino de golpe de segunda geração para caracterizar esse processo na América Latina.

1 Entre a aula do curso e este artigo transcorreu um ano, o que obviamente ensejou acréscimos ao texto.

2 Operação de investigação criminal voltada para atos de corrupção que envolveram a Petrobras, realizada por força-tarefa conjunta entre a Superintendência da Polícia Federal do Paraná, a Procuradoria Federal do Paraná e a 13ª Vara Criminal da Justiça Federal do Paraná. Para fins deste artigo, utilizarei apenas a nomenclatura Lava Jato.

A análise aqui apresentada da atuação do judiciário no golpe se baseia, principalmente, na pesquisa que levou à minha tese de doutorado em sociologia, cujo objeto foi a judicialização de políticas sociais (SANTIAGO, 2016). A pesquisa revelou que o judiciário passou a disputar o campo político também a partir de seu pronunciamento judicial sobre direitos sociais, mas com um importante deslocamento de discursos e ações para fora do processo judicial.

Dessa forma, não foi surpreendente para mim que movimento semelhante ocorresse na esfera penal. De várias maneiras, é possível perceber a repetição de discursos e movimentação política por parte de juízes de varas de infância, de família, penal e cível. Nesse sentido, conceitos como campo, habitus, disposições, capital, estratégia e conjuntura, encontrados na sociologia relacional de Pierre Bourdieu (2001, 2014) foram os que conseguiram expressar a construção de um campo jurídico-político na estrutura sociopolítica do país.

A ideia central que permeia minha leitura da participação do judiciário no golpe é de que este Poder se tornou agente político relevante no cenário brasileiro, extrapolando a função judicial e disputando capital político com agentes políticos tradicionais. Para tanto, o judiciário passou a disputar também a construção de um discurso legitimador de sua intervenção na esfera política que varia de acordo com o problema social enfrentado. No caso da disputa pelo poder político com o campo político propriamente dito, o mote discursivo central foi o combate à corrupção³, mas é importante ter em mente que a atuação política do judiciário não se restringe ao ataque a partidos políticos e aos agentes políticos, e também se verifica em outras esferas que expressam a disputa de capital político entre o judiciário e a sociedade.

Ou seja, há um amplo investimento nesse tipo de atuação que extrapola, e muito, o escopo jurídico-processual. Essa construção discursiva revelou-se ação política fundamental do judiciário, uma vez que substitui a sentença judicial que é, obviamente, restrita ao processo. Não se trata de retórica, mas de discurso político que atende dois objetivos: a legitimação da politização do judiciário por meio da deslegitimação dos agentes políticos e construção da aceitação da opinião pública por meio de parceria com a mídia empresarial.

Assim, essa ideia será aqui desenvolvida em duas partes: na primeira, traçarei em linhas gerais a construção do campo jurídico-político no Brasil por meio da análise da judicialização da política. Toda a discussão desenvolvida a seguir se insere no escopo da sociologia política, não se tratando, portanto, de uma abordagem jurídica do problema. Isto é, sempre que eu estiver me referindo às funções do judiciário o foco será na relação entre essas funções e a disputa de poder dentro do Estado. Na segunda parte do artigo, tentarei discutir a participação do judiciário no golpe de 2016 partindo de uma perspectiva sociogenética, que recupera sua história social como forma de reconstruir as relações que a instituíram. Por um lado, tem-se a ideia de processo construído por diferentes agentes jurídicos, em diferentes momentos, sem que houvesse um planejamento prévio para isso. Por isso, desde já afasto a possibilidade de uma suposta conspiração judicial que ocasionou o golpe, mas considero que um conjunto de ações e articulações foram determinantes para o enfraquecimento do campo político e fortalecimento do campo jurídico, ações estas protagonizadas por diversos agentes.

3 Em outras questões, os motes são outros, como: “melhor interesse da criança” na área de infância e adolescência, e “garantia do direito à saúde” na área da saúde, etc.

Por outro lado, também não se pode ignorar que os agentes jurídicos envolvidos apresentam disposições para a disputa política, na qual se colocam como detentores de uma virtude ausente nos agentes políticos. Ou seja, ainda que uma maior participação de agentes jurídicos na vida social e política do país esteja justificada pela existência de problemas como corrupção, precário atendimento de demandas de saúde ou abandono de crianças, a utilização da judicialização desses problemas como estratégia política tem a ver diretamente com a disposição dos juízes. Tate afirma que a judicialização requer

que os juízes tenham atitudes, preferências políticas e valores pessoais determinados, especialmente em relação a valores de outros agentes de decisão. De outra forma, sob condições favoráveis, a judicialização se desenvolve apenas porque juízes decidem que devem participar da formulação das políticas que poderiam ser deixadas a critério sábio ou tolo de outras instituições e, pelo menos de vez em quando, substituir soluções políticas por outras derivadas de outras instituições. (1995, p.33, tradução livre)

Um dos juízes que entrevistei durante a pesquisa de doutoramento expressou, em uma frase, essa disposição para a política que tem caracterizado o judiciário brasileiro na contemporaneidade: “o juiz precisa protagonizar uma política dessa natureza” (SANTIAGO, 2016, p. 86)⁴. Como veremos mais adiante, essa percepção está latente na análise que o ex-juiz Sérgio Moro fez sobre a operação Mani Pulite italiana.

Judicialização da política e disputa de capital político no Brasil

Breve conceituação

Em breves palavras, conceituamos que judicialização é a expansão do poder judicial, fenômeno verificado em todos os países ocidentais. Esse processo social foi mais intensamente pesquisado e analisado por cientistas políticos de diversos países a partir de meados dos anos 1990⁵, quando verificaram as condições de expansão do poder judicial nas suas respectivas sociedades, sistematizando as semelhanças que permitiram o estabelecimento de um padrão. Essa expansão da jurisdição das cortes ou dos juízes se dá às custas dos políticos e/ou administradores públicos, pois ocorre uma

transferência do poder de decisão da legislatura, do governo ou das administrações públicas para os tribunais, ou, pelo menos, a propagação de métodos judiciais para além da competência judicial propriamente dita. Em resumo, a judicialização envolve, essencialmente, dar às coisas a forma de processo judicial (VALLINDER, 1995, p. 13).

4 O entrevistado estava se referindo à política de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

5 A obra que representa esse período é o livro organizado por TATE e VALLINDER (1995), intitulado *The global expansion of judicial power*, o qual compila o resultado de diversas pesquisas realizadas em diferentes países, além de inaugurar o uso da expressão “judicialização da política” em escala mundial.

À primeira vista, é possível questionar se a discussão sobre judicialização da política é cabível no contexto brasileiro do golpe quando o principal expoente da participação do judiciário é exatamente uma operação judicial, a Lava Jato. Não é de fato, uma relação óbvia, o que talvez tenha sido decisivo para o sucesso político do golpe até o momento. Enquanto tratada apenas como operação judicial no escopo do processo penal, a Lava Jato só pode ser vista como mecanismo de punição de malfeitos que envolviam agentes públicos, de forma que o sistema judicial estava cumprindo apenas sua função. Mas, seguindo o conselho de Bourdieu, uma análise sociológica não pode se fixar nas funções do objeto, mas nas relações que o instituem.

Então, se atentarmos especificamente para as palavras de Vallinder, “dar às coisas a forma de processo judicial”, podemos ampliar a visão e a compreensão do próprio conceito de judicialização, mas não sem o suporte de conceitos auxiliares, como ativismo judicial ou politização do judiciário, por exemplo. A meu ver, ao golpe de 2016 foi dada uma forma de processo judicial por meio da Lava Jato. Não estou falando do impeachment, mas do uso do processo penal como o último recurso para a promoção da mudança política que os agentes do golpe queriam. Uma vez perdida a eleição para o partido que os golpistas queriam ver derrotado, foi preciso recorrer a outra estratégia. Mas para chegar a essa conclusão é preciso considerar a judicialização também como estratégia política, cujo principal agente é o agente jurídico.

Passados cinco anos de operação Lava Jato, temos muito mais do que indícios de que os processos políticos foram aprisionados pelo processo judicial. Aliás, esse é um dos principais elementos do discurso dos agentes jurídicos acusadores dos governos e dos líderes políticos petistas: toda a política econômica desenvolvida nessas gestões não passava de um conjunto de atos criminosos. Não à toa, a primeira condenação do ex-presidente Lula foi “por atos indeterminados”, isso porque não poderia estar escrito na sentença que a condenação era por ele representar o espectro político contrário ao dos agentes jurídicos envolvidos na operação, principalmente, o juiz que proferiu a sentença. O crime, em si, existiu apenas enquanto justificativa para a forma judicial de uma disputa verdadeiramente política. Já existe um conceito jurídico que expressa a judicialização penal da política como estratégia política: o lawfare, que é a utilização da lei penal como arma da guerra política.

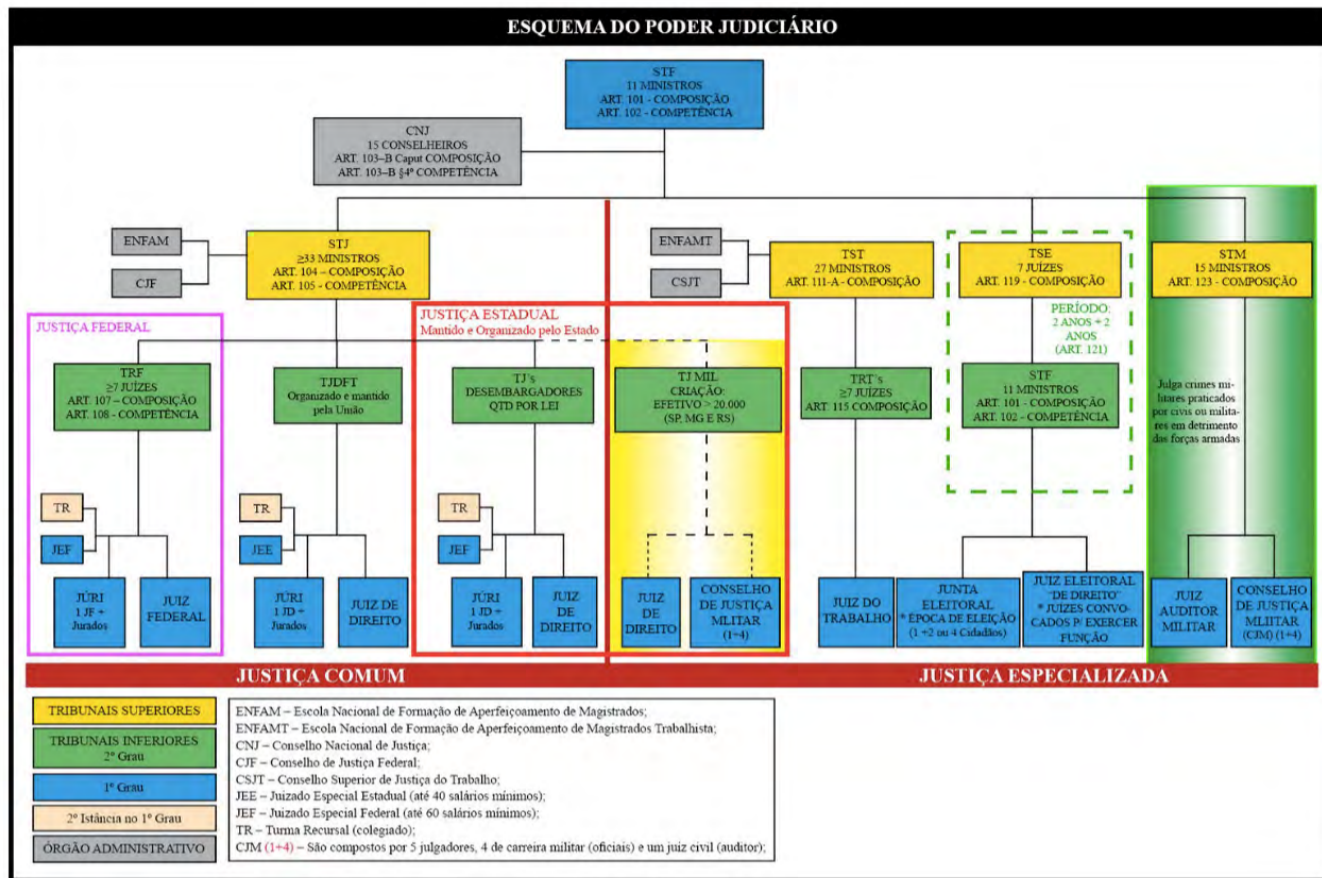
A ideia de deslegitimação dos agentes políticos sempre esteve presente na Lava Jato; sempre esteve presente na concepção do juiz encarregado da operação, por isso era crucial que ela estivesse exclusivamente vinculada à Vara judicial na qual atuava este juiz. Por outro lado, não concebo a operação como fruto de perseguição pessoal de um juiz a um partido político, mas como fruto das disposições dos agentes jurídicos envolvidos fundamentadas por preferências políticas determinadas e orientadas para a substituição das soluções políticas por soluções de outra natureza. Quem desenvolve teoricamente essa postura é ministro do STF Luís Roberto Barroso, que passou a desempenhar também o papel de formulador intelectual da “nova ordem”, expressão que ele utiliza para defender essa substituição.

Na fala popular esta concepção se explicita ao se dizer que ‘não há como fazer omeletes sem quebrar os ovos’. Para poder compor o ativismo político dos juízes, o judiciário obriga-se a mudar sua face, a renunciar ao modelo vigente para uma aventura, um modelo indefinido. A tradição jurídica deu uma forma específica para o judiciário e para os juízes na modernidade e esta forma não corresponde ao que está proposto hoje no Brasil. Vou tratar disso em brevíssimas palavras, uma vez que não foi este o objetivo da aula.

O Judiciário brasileiro – práticas políticas

O quadro abaixo demonstra a estrutura do Poder Judiciário no Brasil, da forma como está organizado:

Figura 1 – Estrutura do Poder Judiciário brasileiro



Fonte: permissavenia.wordpress.com

São 27 Tribunais de Justiça Estaduais, 27 Tribunais Regionais Eleitorais, 24 Tribunais Regionais do Trabalho, 5 Tribunais Regionais Federais, 3 Tribunais de Justiça Militar Estaduais, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior Militar, além do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (órgão administrativo). Cada tribunal é administrativamente autônomo, lembrando que os juízes são também órgãos do judiciário, que além da autonomia detêm a independência funcional. São 18.168 juízes no Brasil, sendo que ainda existem 4.403 cargos vagos que se preenchidos elevariam o total de juízes para 22.571 (CNJ, 2018). Por fim, quanto ao número de servidores, atualmente são 239.085 os que atuam em todos os órgãos.

É importante saber que o Poder Judiciário é parte do poder político, conforme a clássica divisão presente desde o Estado Moderno, de forma que as decisões judiciais são também decisões políticas em sua essência. Mas um papel político específico está designado ao judiciário num regime democrático: caberia a este ser o poder contramajoritário; ou seja, dentre os três poderes, ao judiciário cabe a proteção dos direitos individuais contra a decisão da maioria (democracia é o governo da maioria), de forma que não tem o menor cabimento quando vemos inclusive ministros do STF falar que o judiciário tem que responder à vontade popular; não na tradição democrática ocidental.

De um judiciário moderno, inscrito nos limites de um Estado democrático, espera-se que funcione conforme as seguintes características: arbitragem, que significa que não haverá pronunciamento em juízo se não houver contestação (decidir sobre um litígio, uma disputa entre partes); a particularidade, ou seja o judiciário se pronuncia sobre casos particulares e não sobre princípios gerais; a provocação (ou inércia), isto é, só agir quando provocado.

No caso do Brasil, que nesse aspecto que vou desenvolver é uma cópia do modelo estadunidense, aos juízes foi dado um poder político claro, tendo em vista que exercem o direito de fundamentar suas decisões na Constituição, ao invés de nas leis, ou seja, é permitido ao juiz a não aplicação de leis que lhes pareçam inconstitucionais. Ressalto que essa não é especificamente a causa do problema, uma vez que não se observa nos Estados Unidos um judiciário politizado como vemos aqui, a despeito de grande parte dos juízes ser eleito pelo voto popular naquele país. Essa diferença na aplicação do mesmo princípio entre os dois países eu compreendo a partir de duas dimensões: a primeira se refere à disposição pelo protagonismo político por parte dos juízes brasileiros, não baseado numa política representativa do povo, mas numa espécie de messianismo político discursivamente elaborado, como veremos adiante. A segunda se refere à construção de um campo jurídico-político como resultado de um arranjo entre as elites nacionais e internacionais para a progressiva substituição do campo político na condução do Estado, o que levaria a uma espécie de governo judicial, ou juristocracia, que é uma ideia desenvolvida pelo autor Ran Hirschel (2007).

Voltando às características do judiciário (arbitragem, particularidade e inércia), convido a fazer um exercício agora pensando na lava jato. O juiz Sérgio Moro⁶ publicou um artigo em 2004 (portanto, dez anos antes da operação) no qual expressava sua admiração pela operação Mani Pulite (Mãos Limpas), que expôs uma rede de relações ilegais e um sistema de corrupção entre políticos e empresários italianos. No artigo o então juiz analisa a operação não do ponto de vista jurídico stricto sensu, mas destacando o processo de empoderamento do sistema judicial frente à opinião pública, enfatizando a deslegitimação do sistema político como estrutura corrompida. No decorrer do artigo, o ex-juiz enfatiza os pontos que considerou fundamentais para o sucesso da operação, bem como aponta para a ausência de operações similares no mundo e no Brasil. Sérgio Moro (ainda juiz) apontou para a possibilidade de ocorrência de operação semelhante no Brasil, onde estariam dadas as condições:

No Brasil, encontram-se presentes várias das condições institucionais necessárias para a realização de operação semelhante. Assim como na Itália, a classe política não goza de grande prestígio junto à população, sendo grande a frustração pelas promessas não-cumpridas após a restauração democrática. Por outro lado, a magistratura e o Ministério Público brasileiros gozam de significativa independência formal frente ao poder político brasileiro. Os juízes e os procuradores da República ingressam na carreira mediante concurso público, são vitalícios e não podem ser removidos do cargo contra sua vontade. O destaque negativo é o acesso aos órgãos superiores, mais dependentes de fatores políticos. Destaque também negativo à concessão, por lei, de foro especial a determinadas autoridades públicas, como deputados e ministros, a pretexto de protegê-los durante o exercício do cargo (MORO, 2004, p.61).

Ao juiz, no Estado democrático, cabe a função de julgar nos autos, de forma que é absolutamente estranho que um juiz se pronuncie pela necessidade de uma operação de investigação criminal sem que nenhum elemento concreto estivesse presente. Ele afirma que tal como na Itália, a classe política brasileira não gozava de prestígio junto à po-

⁶ No momento em que este artigo foi escrito, Sérgio Moro deixou de ser juiz federal, pois pediu exoneração do cargo para assumir o Ministério da Justiça no governo de Jair Bolsonaro.

pulação em função da frustração pelas promessas não cumpridas da democracia. Ele simplesmente fez ligação direta entre a frustração popular com a democracia e a corrupção dos políticos, uma avaliação de caráter político. Em geral, um juiz não deve pressupor crimes, mas este juiz já estava predisposto a condenar a democracia associando-a com a corrupção a priori. Nesse mesmo sentido, o juiz também desqualificou os agentes políticos e valorizou os agentes jurídicos, insinuando que o processo seletivo por meio de concurso seria mais virtuoso do que o processo eleitoral. Nota-se que o juiz expressa uma posição de combate à corrupção de agentes políticos que não é cabível ao judiciário, posto que é ação.

Esta avaliação de Moro é um bom exemplo para analisarmos criticamente a atuação do judiciário à luz do que seriam os fundamentos de sua existência. Pois bem, analisemos esse texto do juiz à luz dos princípios que deveriam reger o judiciário: arbitragem, particularidade e inércia. O plano do juiz fere de morte as três: ele se pronuncia antes de haver qualquer processo instaurado; ele almeja uma ação genérica (não particular); e ele toma a iniciativa de planejar uma operação de investigação, muito antes de ser provocado por pedidos do MP. Num artigo só ele desmonta a tradição do judiciário, aparentemente movido por um desejo policial. É disso que tratam os juristas quando dizem que o Estado democrático de direito foi rompido. Quando o juiz participa da força-tarefa que investiga, e no caso do juiz Moro com o agravante de ansiar por fazer isso, ele fica impossibilitado de agir contramajoritariamente, fica impossibilitado de proteger o cidadão em seus direitos fundamentais, que é exatamente o que vimos e vemos acontecer na operação. É importante que se diga que no Estado democrático de direito qualquer réu deve estar sob essa proteção, não importa se ele é corrupto ou assassino. O contrário disso é linchamento, estado de exceção.

A quebra do princípio da inércia não é de hoje e nem é exclusividade da Lava Jato. Isso vem acontecendo em diversas esferas do direito no Brasil e passou a ser institucionalizada com a criação do CNJ. Eu poderia listar uma série de discursos emitidos por juízes que corroboram uma disposição para ação sem esperar pela provocação. Por exemplo, em 2006 um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (hoje ministro do Superior Tribunal de Justiça) afirmou: “aí vem o novo Judiciário, ativo e armando-se para o combate, nos braços da nova magistratura. Não está em ninguém, salvo nela, acioná-la ou paralisá-la”. A quebra desse princípio também está na base da prática legiferante assumida pelo judiciário brasileiro.

Outro ponto que merece destaque é que para promover uma mudança dessa natureza é absolutamente necessário um discurso que a sustente, por isso também já está em curso a construção de um discurso legitimador da ação política dos juízes e do judiciário. Esse discurso é, na verdade, ação política. Ele toma duas formas: a jurídica, por meio da adoção da teoria do neoconstitucionalismo (que tem a ver com a interpretação da constituição a partir da incorporação de valores à norma e não apenas da norma em si) e a política que é plenamente desenvolvida no âmbito do CNJ. Quando analisamos esse discurso encontramos algumas especificidades: está assentado na dualidade nós x eles, sendo que ‘o nós’, judiciário, representa o lado positivo e ‘o eles’, o lado negativo, sempre. O “eles” podem ser políticos, o executivo, o legislativo, famílias, pessoas pobres, outros profissionais. Outro elemento do discurso é a manipulação realizada por meio do recurso a sofismas para afirmar a supremacia judicial; assim, algumas verdades são colocadas junto a opiniões, boatos, fatos não comprovados tornando tudo uma verdade só.

Na minha pesquisa, base dessas reflexões, verifiquei, por exemplo, no âmbito da judicialização da saúde, que o discurso do CNJ serviu para fortalecer a criação do Fórum da Saúde no órgão e para consolidar a atuação extrajudicial desse fórum na política de saúde. Um dos recursos desse discurso foi enfatizar à exaustão uma “enorme quantidade de processos judiciais em saúde”, sendo que o CNJ nunca conseguiu saber de fato o número exato desses processos. Existia inclusive uma impossibilidade concreta de levantar esse número devido ao fato de que não havia padronização

na nomenclatura dos processos, o que dificulta saber a matéria que está sendo tratada⁷.

Outro sinal de rompimento de práticas e princípios é a forma de associativismo contemporâneo dos magistrados no Brasil. Além de funcionar similarmente aos sindicatos de trabalhadores, como instância de autorrepresentação política, as associações agem em substituição à sociedade civil. Por meio desse associativismo, os magistrados participam da elaboração de leis, como por exemplo, da Lei de Adoção⁸. Os magistrados definem essas associações como entidades da sociedade civil e como tal se apresentam; há quem enuncie tais associações como movimentos sociais (MELO FILHO, 2014). Um exemplo que considero emblemático é a participação das associações de magistrados nos processos eleitorais para o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, na categoria “sociedade civil”.

Assim, para além do processo judicial, juízes têm assumido ao mesmo tempo diferentes papéis sociais: sociedade civil, legislativo, judiciário, polícia investigativa e acusação. Na base dessa ação está a premissa da hipossuficiência da sociedade que demanda tutela judicial; ou seja, para grande parte dos magistrados em atividade no país, a sociedade é incapaz de tomar decisões certas para a sua vida e para a vida política⁹. Mais uma vez recorro à fala do ministro Barroso, que é pródigo em falas: disse o ministro, durante um julgamento, que o judiciário estava fazendo a separação entre o joio e o trigo. Ele estava se referindo a condenações judiciais de políticos envolvidos em corrupção. Acrescentou, ainda, o ministro: “Mas uma parte da população ainda insiste em ficar com o joio”; faltou ele concluir dizendo que isso não seria aceitável.

Pavimentação judicial do golpe

Passemos à análise da efetiva participação do Judiciário no golpe de 2016, tendo em mente a aplicação do conceito de judicialização da política como estratégia do campo jurídico para ampliação de suas fronteiras. A meu ver, a iniciativa do golpe foi do consórcio jurídico-midiático, com autoria material do parlamento. Ou seja, sem o protagonismo judicial não haveria golpe, com destaque especial para a Lava Jato, embora sem estar restrito à operação. O que chamo de golpe corresponde ao conjunto das ações cujo objetivo foi promover a mudança de orientação política do governo, uma modalidade do chamado regime change. A análise das condições que possibilitaram o golpe tem a ver exatamente com a análise de tal protagonismo, que tem relação direta com o tema da judicialização da política.

No meu entendimento, o golpe está diretamente relacionado a esse processo de judicialização da política e da sociedade, e por isso coloquei no título a expressão “percurso judicial”, porque houve uma trajetória de politização do campo jurídico como um todo e do judiciário em particular¹⁰ que não foi devidamente observada e enfrentada pelo campo político e pela sociedade. Para fazer uma reflexão mais objetiva optei por identificar essas condições necessárias ao golpe em eventos que compõem essa trajetória desde a aprovação da Constituição Federal de 1988. É certo que a judicialização da política e a politização da justiça não podem ser explicadas apenas à luz dos eventos aqui apontados; é óbvio, também, que não se afirma que a Constituição Federal de 88 tenha propiciado o golpe de 2016.

De fato, estes eventos não têm caráter elucidativo por si sós, mas contribuem para demonstrar que a movimentação do campo jurídico em direção ao campo político não está restrita à pessoa de um juiz, no caso Sérgio Moro, e não ocorreu apenas com a Lava Jato. Podemos dizer que sem etapas precedentes, Sérgio Moro e a Lava Jato não seriam possíveis, embora também não sejam consequência necessária e direta dessas etapas. Outros fatos, eventos

7 Recentemente, o CNJ criou uma tabela unificada, mas que ainda não está totalmente implementada.

8 Na minha pesquisa, entrevistei magistrados que participaram ativamente da elaboração dessa lei, inclusive como membros de comissão no congresso. Podemos verificar essa mesma tendência no MP com a elaboração do projeto de lei conhecido como “10 medidas contra a corrupção”.

9 Vale salientar que existem honrosas exceções que resistem bravamente a essa onda.

10 Essa trajetória também pode ser observada quando se analisa o Ministério Público.

ou momentos que não estão presentes nesta análise poderiam ter sido incluídos; o critério utilizado para escolha dos que estão listados foi a representatividade no que se refere tanto à movimentação do campo jurídico quanto à ação política de agentes jurídicos (no caso, juízes). É com isso em mente que faço os seguintes destaques nesse percurso, procurando neles identificar práticas de judicialização da política e de politização da justiça.

O Congresso Constituinte de 87 e a Constituição Federal de 88

É comum pensar em legisladores apenas como agentes políticos que estão exercendo o poder que lhes foi constituído e delegado pelo povo, mas é preciso evidenciar que o texto constitucional que trata do sistema judicial como um todo (agentes e instituições) foi elaborado por agentes jurídicos que naquele momento atuavam no campo político. Estou falando de deputados constituintes que eram advogados, promotores, procuradores e juristas, de direita e de esquerda. Além deles, houve (e sempre há) lobby de associações de magistrados e de representantes do Ministério Público quando as decisões incidiam sobre instituições judiciais e sobre atuação dos agentes judiciais.

Então, se por um lado o redesenho do Poder Judiciário após o período ditatorial no país buscou promover segurança institucional e proteção aos cidadãos (como a volta do Habeas Corpus) e à democracia, por outro lado fortaleceu as corporações jurídicas, conferindo ao Judiciário e ao Ministério Público poderes de controle sobre o Executivo e o Legislativo, sem reciprocidade¹¹. Um dos melhores exemplos de que o texto constitucional acabou consolidando interesses corporativos que se sobrepunham ao interesse da sociedade foi quando tratou da criação de um órgão de controle externo do judiciário, que foi totalmente rechaçada pelos juízes, cujo lobby prevaleceu no documento final. Outro exemplo que considero emblemático é a figura de Nelson Jobim, à época um advogado deputado constituinte (pelo PMDB) que transitava entre os campos jurídico e político, uma vez que de deputado passou a ministro do STF e primeiro presidente do Conselho Nacional de Justiça, tendo sido um de seus propositores quando ainda deputado¹².

Para se ter uma ideia da diferença das percepções entre o campo político e o campo jurídico sobre a CF 88 vejamos o que sobre ela falaram dois expoentes dos respectivos campos: para Ulysses Guimarães, um agente político¹³, a CF88 é uma constituição cidadã, uma ferramenta de prevenção para que não mais se repetisse a atrocidade que foi a ditadura militar. Para Luís Roberto Barroso, agente jurídico e hoje ministro do Supremo, o Judiciário foi o grande vitorioso nos 20 anos de Constituição com a ampliação das demandas por justiça e a judicialização de importantes questões nacionais¹⁴.

Ao dar esse destaque ao processo constitucional, minha intenção foi enfatizar a disputa entre os grupos de interesse, a fim de tornar real a figura do legislador e de jogar luz sobre a participação efetiva do campo jurídico no texto final da Constituição. Isso é importante para pensarmos que determinadas prerrogativas exclusivas de juízes, procuradores ou outros agentes jurídicos nem sempre correspondem apenas aos interesses da sociedade, mas geralmente também atendem demandas de grupos em disputa de poder. De forma que, por exemplo, pensar sobre autonomia e independência de promotores e procuradores como uma prerrogativa natural de sociedades democráticas é um equívoco grande, pois diversas sociedades democráticas não a aplicam.

Uma vez que o texto constitucional é utilizado como escudo para a judicialização da política, como sua justificativa legal, particularmente no que diz respeito ao controle e revisão dos atos administrativos, é fundamental que se

11 Entre esses poderes ou prerrogativas, destaco: o poder de revisão dos atos administrativos (pelos juízes), o poder de declarar a inconstitucionalidades de leis e decretos (juízes e tribunais), o monopólio da denúncia (Ministério Público).

12 Posteriormente, esse agente ainda viria a ser Ministro da Defesa nos governos do Partido dos Trabalhadores.

13 A despeito de também ser advogado, Ulysses Guimarães se notabilizou como político, especialmente como legislador.

14 Em pronunciamento feito por ocasião da comemoração dos vinte anos da CF88, quando ainda não era ministro, mas advogado e professor de direito constitucional.

recomponham historicamente os processos de elaboração desse documento. É óbvio que esse tipo de controle é também um ato político designado ao judiciário, mas ele pode ser realizado sem que o judiciário extrapole a fronteira entre os campos, desde que o juiz não decida que deve participar da formulação da política propriamente dita, como afirmou Tate (1995). Nesse sentido, não é a previsão constitucional per se que judicializa a política, mas a atitude do agente.

Documento 319 (1995) do Banco Mundial

Este é um elemento externo que passou a ganhar sentido quando vimos a Lava Jato se expandir para os países vizinhos. O documento é um diagnóstico detalhado dos sistemas judiciais da região que, ao final, sugere um conjunto de reformas do Poder Judiciário para países integrantes do bloco latino-americano, cujo intuito seria promover o desenvolvimento econômico nesses países. O resultado foi a realização de reformas do poder judiciário em muitos países latino-americanos, inclusive o Brasil¹⁵, que acabou aproximando os modelos e o funcionamento do sistema judicial nesses países.

No caso brasileiro, o Ministério da Justiça criou a secretaria de reforma do judiciário ainda na primeira gestão do governo Lula, quando o ministro era o advogado Márcio Thomaz Bastos. Não se pode afirmar que o Banco Mundial conseguiu estabelecer uma padronização dos sistemas judiciais de todos os países latino-americanos, mas com seu financiamento conseguiu introduzir mudanças estruturais, sem que a sociedade estivesse atenta a essas mudanças.

Emenda Constitucional 45

Emenda Constitucional 45 - Emenda da reforma do judiciário e de criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 2004, foi instalada oficialmente a reforma do judiciário no Congresso Nacional que resultou na criação do Conselho Nacional de Justiça por meio da EC 45. A criação desse Conselho contribuiu para incrementar imensamente a politização do judiciário. Durante os trabalhos de discussão da PEC, houve intenso debate sobre a criação desse Conselho que pode ser resumido em duas posições: de um lado a proposta do PSDB com características de controle interno (embora houvesse dissensão sobre isso dentro do partido). Do outro lado, a proposta do PT baseada no controle externo, com participação popular. Prevaleceu a primeira e o CNJ foi criado para ser composto por juízes, representantes do MP e da advocacia. Considero que o modelo adotado favoreceu enormemente a ação política do judiciário, uma vez que este é um órgão de cúpula que não tem finalidade judicial, mas administrativa, o que deixa espaço para uma infinidade de ações políticas sem nenhum controle por parte dos outros Poderes ou da sociedade.

Uma das principais vertentes de ação política do CNJ é o uso do controle administrativo como possibilidade de legislar. Por exemplo, ao regulamentar a aplicação da decisão do STF relativa à união homoafetiva, o CNJ acabou “legislando” sobre a matéria, uma vez que o único documento que obriga os cartórios a processarem os pedidos de união é uma resolução do Conselho. Não há lei que obrigue os cartórios a isso, mas como eles são subordinados administrativamente aos tribunais, e estes ao CNJ, estão obrigados a cumprir a resolução.

Além da criação do CNJ, a reforma também instituiu a súmula vinculante¹⁵, alvo de profundas disputas no interior do poder judiciário. É muito importante saber que o judiciário é aparentemente homogêneo, mas é só aparência. Há uma disputa profunda de poder, por exemplo, entre magistrados de primeira instância e a cúpula judicial e a súmula vinculante foi uma das expressões máximas dessa disputa, pois a primeira instância a via como uma forma de enfraquecer a decisão do juiz singular. Essa disputa foi encampada novamente por PSDB e PT, sendo o primeiro defensor da súmula e o segundo, contrário.

Ao final, a súmula foi aprovada inclusive com o voto do PT, o que os juízes da base consideraram uma traição. Novamente, houve lobby fortíssimo nessa reforma até porque tinha outros pontos importantes; segundo o então presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, o que chancelava os textos eram também os interesses corporativos representados pelas associações de magistrados e do MP¹⁶.

Construção da relação entre Judiciário e mídia empresarial

Construção da relação entre Judiciário e mídia empresarial - Originada na preocupação do Judiciário em melhorar sua imagem perante a sociedade, utilizando de diferentes recursos, um deles a espetacularização das operações. Sérgio Moro deixou muito clara a necessidade de ter a opinião pública favorável ao sistema judicial: “As prisões, confissões e a publicidade conferida às informações obtidas geraram um círculo virtuoso, consistindo na única explicação possível para a magnitude dos resultados obtidos pela operação mani pulite” (2004, p.59).

Essa relação foi desenvolvida de várias formas, dentre as quais destaco: a criação do Instituto Innovare; a inclusão de um módulo sobre relacionamento com a mídia no curso de formação dos juízes que geralmente é feito em parceria com a Globo¹⁷; participação direta de jornalistas (destacadamente da Globo, como Heraldo Pereira, Miriam Leitão, Eliane Cantanhede) em eventos do Judiciário; fortalecimento das assessorias de imprensa dos tribunais (cujo perfil anterior era de colunista social); criação no CNJ do Fórum Nacional do Poder Judiciário e liberdade de imprensa em 2012 composto por uma comissão executiva formada por integrantes do judiciário, da OAB, Associação Nacional de Jornais e da Associação Brasileira de Emissoras de rádio e televisão (Abert) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI); nomeação de personalidades ligadas à Rede Globo para o conselho consultivo do departamento de pesquisas judiciárias do CNJ: em 2016, a ministra e presidente do CNJ, Carmen Lúcia, nomeou Miriam Leitão e o ator Milton Gonçalves.

O caso do Instituto Innovare é particularmente interessante. Trata-se de uma instituição criada para premiar boas práticas do sistema judicial. A premiação é concedida anualmente a partir da análise de projetos inscritos pelos próprios agentes jurídicos e ocorre desde 2004. Inicialmente, as premiações envolviam apenas o judiciário, mas agora também incluem o Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública. Atualmente, o conselho superior¹⁸ do Instituto é pre-

15 Produto de uma decisão majoritária de um tribunal superior referente a temas similares que deve ser aplicada em casos semelhantes.

16 Ver Santiago (2016).

17 Os cursos de formação de magistrados, elaborados e executados por escolas de magistraturas estaduais e federais preveem um módulo de relacionamento com a imprensa. Cada escola define conteúdo e metodologia para os módulos. Esses cursos são oferecidos a juízes aprovados em concurso antes de serem efetivamente designados para uma Vara.

18 O Conselho superior é assim composto pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Ministério da Justiça, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, pela Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho, pela Associação de Juízes Federais, pela Associação Nacional de Procuradores da República, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos, e pelo Conselho de Administração do Grupo Globo. Todas essas instituições são representadas no Innovare por seus respectivos presidentes.

sidido por Ayres Britto, ministro aposentado do STF, coincidentemente criador do Fórum do Judiciário e Liberdade de Imprensa quando presidia o CNJ. Uma particularidade do Innovare é que ele congrega em suas atividades as lideranças das corporações dos agentes do sistema judicial. Por fim, mas não menos importante, o Instituto é uma parceria das Organizações Globo com o judiciário, de forma que Roberto Irineu Marinho também compõe seu conselho superior.

No momento, não há muito a ser acrescentado sobre o Innovare e suas relações com personalidades do sistema judicial, uma vez que não há registro de estudos ou pesquisas sobre essa organização. Toda a informação pública resume-se ao que está disponível no site¹⁹, mas numa conjuntura em que a Rede Globo se tornou parceira preferencial dos vazamentos da Operação Lava Jato, seria ingenuidade não considerar que essa parceria via Innovare implica muito mais que premiações de boas práticas. Não apenas a relação entre Organizações Globo e Lava Jato remetem ao Innovare, mas também a AP 470, ou mensalão, que se tornou o primeiro caso de espetacularização de eventos jurídicos envolvendo agentes políticos.

No quesito da formação da opinião pública, a Lava Jato contou ainda com uma grande vantagem sobre sua predecessora italiana: as redes sociais. O uso intensivo e abusivo dessa ferramenta por parte dos agentes públicos envolvidos na operação, especialmente os procuradores federais, foi definitivo para o objetivo golpista. Embora a mídia empresarial mantenha a dianteira junto às massas, as redes sociais predominam entre a classe média e por isso foram utilizadas, para que os “impolutos” procuradores pudessem se comunicar diretamente com seu público²⁰, a parcela social sem a qual os golpes não são realizáveis. É imperioso dizer que essa estratégia de comunicação foi muito bem-sucedida.

Ação Penal 470²¹

Ação Penal 47022 - Popularmente conhecida como “mensalão”, foi a primeira evidência de que a disputa política poderia ser deslocada da via eleitoral para a esfera penal. Essa investigação, que atingiu o centro do primeiro mandato do ex-presidente Lula, funcionou como uma espécie de “piloto” para a Lava Jato. Entretanto, ao invés de ocorrer na primeira instância, foi desenrolada na última instância judicial, o STF. Foi a primeira vez que altas lideranças políticas de um partido no governo foram investigadas e acusadas com celeridade, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, com o ex-presidente Fernando Collor, que só veio a ser julgado e inocentado pelo STF quase vinte anos após renunciar ao cargo em meio aos escândalos de corrupção no seu governo.

No caso do mensalão, as lideranças do Partido dos Trabalhadores foram julgadas, condenadas e presas, em meio a um julgamento tumultuado que introduziu práticas consideradas questionáveis do ponto de vista legal. A meu ver, foram exatamente essas práticas que refletiram no modus operandi da Lava Jato: práticas que suspendiam a legislação vigente, que introduziam conceitos legais estranhos ao ordenamento. Um dos episódios mais significativos desse julgamento foi o voto proferido pela ministra Rosa Weber ao julgar o réu José Dirceu: a ministra afirmou que o condenava a despeito de não existirem provas no processo, mas o fazia com base na literatura. É preciso acrescentar, ainda, que essa ministra tinha como juiz auxiliar do seu gabinete à época do julgamento, ninguém menos do que Sérgio Moro. Essa flexibilização na aplicação da legislação, eivada de juízos que ultrapassavam o escopo legal, foi mantida e aprofundada na Lava Jato. O processo de espetacularização inaugurado com essa Ação Penal e posteriormente copiado e aprofundado pela Lava Jato envolve: transmissão ao vivo do julgamento, realização do julgamento em ano eleitoral,

19 Cf.: <www.premioinnovare.com.br>.

20 No caso do juiz Moro, quem alimentava essa relação era sua esposa.

21 No tempo de uma aula não foi possível oferecer mais elementos do que os que estão colocados, de forma que fica a sugestão para busca de informações aprofundadas sobre a AP 470, com a ressalva de que tal busca deve ter seu escopo ampliado para além da mídia empresarial.

disposição dos juízes envolvidos para fazer pronunciamentos sobre o julgamento para a mídia empresarial (o que, em tese, é proibido).

Nenhum desses procedimentos é comumente observado em outros países democráticos. Note-se que a transmissão do julgamento envolveu a mais alta corte do país, o que não só expôs os réus, mas principalmente os juízes. A justificativa para a espetacularização, muito mal fundamentada juridicamente, teve um fim claramente político: oferecer um modelo inquestionável de combate à impunidade, o que encobria a completa parcialidade desse modelo uma vez que continuou sendo seu único exemplar. Essa parcialidade também se repete com a Lava Jato. O próprio Sérgio Moro já deixava claro em 2004, a função política da espetacularização, que seria a deslegitimação do sistema político:

A deslegitimação do sistema (político)²² foi ainda agravada com o início das prisões e a divulgação de casos de corrupção. A deslegitimação, ao mesmo tempo em que tornava possível a ação judicial, era por ela alimentada. (...) O processo de deslegitimação foi essencial para a própria continuidade da operação mani pulite (Ibid., p. 57).

Operação Lava Jato

Chegamos, assim, ao evento que foi elemento-chave para o golpe, a operação Lava Jato. Um dos agentes emblemáticos da operação, e de fato o mais importante, foi o então juiz Sérgio Moro. Apesar de ser um juiz de Vara Criminal, pode-se afirmar que desde 2004, com a publicação de seu artigo, ele demonstrou predileção pelos crimes de corrupção envolvendo agentes políticos. Além da publicação do artigo, conseguiu participar do julgamento de um desses casos (a AP 470), ainda que como juiz auxiliar, sem ter tido chance de ser o protagonista. É interessante registrar que o julgamento da AP470 ocorreu em 2012 e a Lava Jato iniciou em 2014; ou seja, logo na sequência.

A Lava Jato aprofundou, sem sombra de dúvida, a prática de não observação das normas vigentes inaugurada pelo próprio STF quando do julgamento da AP 470. O então juiz Sérgio Moro gozou de total liberdade para criar uma Mani Pulite para chamar de sua, com o claro objetivo de implantar o domínio do campo jurídico sobre o campo político. Segundo Moro,

a independência judiciária interna e externa, a progressiva deslegitimação de um sistema político corrupto e a maior legitimação da magistratura em relação aos políticos profissionais foram, portanto, as condições que tornaram possível o círculo virtuoso gerado pela operação mani pulite (Ibid., p. 58).

Este objetivo também esteve compartilhado com o Ministério Público nesta operação, o que nos leva a considerar a Lava Jato como um dos instrumentos utilizados para mudança de regime. Quando agentes públicos buscam subverter a ordem para alcançar objetivos não negociados com a sociedade, não é possível nomear esse tipo de movimento senão de golpe de Estado. Golpes são dados para tomar o poder e mudar a direção da sociedade. A novidade é que eles não precisam mais começar com o uso da força armada, embora não prescindam de seu apoio. As características

22 Grifo meu.

do sistema judicial, em particular do judiciário, são fundamentais para esses golpes de segunda geração²³.

O poder simbólico do judiciário substituiu, com louvor, o poder bélico militar, a ponto de a Lava Jato, em seu auge, ter se tornado quase uma unanimidade nacional, agradando da extrema-direita à extrema-esquerda. Afinal de contas, quem haveria de se colocar contra o combate à corrupção? Quem haveria de desconfiar de uma ação judicial? Que outro agente, que não o juiz, estaria habilitado a nomear quem são os criminosos da política? A meu ver, é a presença do poder simbólico judicial que impede a correta avaliação da operação. Seria necessário um poder simbólico equivalente, que não é característica do poder político, pois a fonte de seu poder é a negociação. A espetacularização do processo judicial é também o meio de reforçar o simbolismo e foi o que tornou a Lava Jato imbatível politicamente, pois nenhuma força política detinha poder equivalente. O único político com simbolismo equivalente ou superior foi exatamente o alvo da operação: o ex-presidente Lula²⁴.

Assim, a associação entre judiciário e mídia além de servir para a deslegitimação do sistema político tinha também que servir para a legitimação da mudança de regime, por isso era importante preservar a fachada democrática de todo o processo. A espetacularização aparece, então, como transparência. Moro sabia que era preciso preservar essa fachada para não comprometer a operação:

Talvez a lição mais importante de todo o episódio seja a de que a ação judicial contra a corrupção só se mostra eficaz com o apoio da democracia. É esta quem define os limites e as possibilidades da ação judicial. Enquanto ela contar com o apoio da opinião pública, tem condições de avançar e apresentar bons resultados. Se isso não ocorrer, dificilmente encontrará êxito. Por certo, a opinião pública favorável também demanda que a ação judicial alcance bons resultados. Somente investigações e ações exitosas podem angariá-la. Daí também o risco de divulgação prematura de informações acerca de investigações criminais. Caso as suspeitas não se confirmem, a credibilidade do órgão judicial pode ser abalada (Ibid., p. 61).

Nesse caso, a opinião pública foi sequestrada pela espetacularização, pelo massacre cotidiano de informações cuidadosamente selecionadas para atingir o partido no governo, o qual não era parceiro das Organizações Globo no Instituto Innovare, como são as associações de magistrados e de procuradores. Essa parceria proporcionou, ainda, imunidade total aos agentes jurídicos envolvidos com a Lava Jato. Todas as atrocidades legais cometidas foram minimizadas ou ignoradas pela mídia empresarial; de fato, a maioria delas foi enaltecida, mesmo tendo feito colapsar o Estado de direito no Brasil²⁵. Não me cabe aqui, nem seria possível, enumerar as infrações e a ausência do devido processo legal durante a Lava Jato, que vão desde prisões ilegais até condenações sem provas confirmadas em instâncias superiores.

Conclusões

23 O conceito de *Lawfare* é o que explica como funciona esse golpe de segunda geração. É um conceito sofisticado, pouco conhecido e que foi introduzido no Brasil pela equipe de advogados de Lula. Por meio desse conceito é possível estabelecer relações entre as reformas dos sistemas judiciais na América Latina e a queda dos governos progressistas na região.

24 Existe uma série de artigos publicados pelo Prof. Wilson Ferreira sobre os ataques semióticos pré e pós-golpe. Estes artigos podem ser acessados em: <www.cinegnose.blogspot.com>.

25 Já existe vasta publicação de juristas apontando tais atrocidades, particularmente as impetradas contra o ex-presidente Lula, o qual inclusive recorreu ao sistema internacional de direitos humanos.

Gostaria de acrescentar um último elemento de análise que se refere ao que eu chamo de *modus operandi* do judiciário brasileiro que é basicamente autocentrado e autoritário. Ou seja, tanto no que se refere às instituições (estrutura do campo) como no que se refere aos agentes (juízes e *habitus* judicial) a base da ação é o autoritarismo. Isso é facilmente verificável em qualquer área do judiciário, desde a infância até a penal. A criação do CNJ contribuiu para a centralização também das decisões administrativas, o que provocou e ainda provoca bastante reação entre os juízes da base.

Como exemplo, cito a criação do Cadastro Nacional de Adoção, cujo processo de planejamento e implantação foi definido por apenas cinco magistrados, sem consulta nem mesmo aos juízes das Varas de Infância e Juventude. O importante é reter que o poder judiciário brasileiro não percebe a democracia como um regime de repartição do poder, mas como um regime que deve sua existência ao judiciário. Essa diferença é crucial e penso que quando pudermos pensar novamente em viver numa sociedade democrática será necessário confrontar o poder judiciário com o poder da sociedade de alguma forma.

Finalizando, procurei deixar claro que quando afirmo que o golpe foi judicial e midiático não significa dizer que houve uma reunião com pessoas específicas dos dois campos para planejar e executar o golpe. Trata-se das condições que permitiram a ocorrência do golpe, o que Bourdieu chama de conjuntura, que seria a conjunção necessária entre disposições (dos agentes) e um acontecimento objetivo. Ou seja, esses eventos que destaquei são conjunturas que foram evoluindo para a conjuntura do golpe. A CF de 88 não pariu um judiciário golpista, nem a mídia empresarial é sempre uma mídia golpista (ela nunca é quando os governos são tucanos, por exemplo). Também não atribuo ao juiz Sérgio Moro o superpoder que ele provavelmente se atribui, pois ele mesmo só pode agir como agiu e vem agindo porque antes dele o STF, particularmente o ex-ministro Joaquim Barbosa, já havia inaugurado a temporada golpista. No campo político, é provável que a ideia seria a derrubada de Lula e do PT pelo voto, sem precisar intervenção radical, o que não ocorreu; de forma que a maioria dos agentes políticos também optou por participar do golpe.

Ao escrever este artigo, o Brasil permanece em meio à turbulência golpista iniciada em 2015, consumada em 2016, reforçada em 2018 com a prisão de Lula e com a eleição de Bolsonaro e em continuidade no seu governo. Esse é o processo do golpe. No que se refere ao tema tratado, novos fatos e informações reforçam as críticas iniciadas tanto à operação Lava Jato quanto à atuação do Judiciário. Dentre os fatos mais relevantes, destaco dois: a transformação de Sérgio Moro de juiz em Ministro da Justiça do governo de Bolsonaro e a revelação de dados sigilosos dos acordos de leniência firmados entre a força-tarefa e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que destinaram bilhões de reais oriundos de multas aplicadas à Petrobras e à Odebrecht²⁶ para o controle do MPF.

Estes fatos confirmam, a meu ver, a trajetória de avanço do campo jurídico sobre o campo político, eliminando as fronteiras que os separam de forma contundente e que levam ao desaparecimento de estruturas e formas institucionais típicas da democracia liberal. O desafio está em que este desaparecimento não é formal, uma vez que a fachada das estruturas permanece, mas há uma guerra interior, da qual a sociedade foi totalmente afastada e vem sendo manipulada a partir dos discursos cuidadosamente elaborados para tanto.

Mais desafiante ainda é a necessidade de desconstrução do discurso elaborado pelo campo jurídico com vista a hegemonizar opiniões e disputas políticas, caso contrário os agentes jurídicos avançarão na implementação de um modelo não negociado de democracia. Ideias e argumentos nessa direção vêm sendo enunciados, como por exemplo, o ministro Luís Roberto Barroso que em artigo publicado em 2018²⁷ advoga a ideia de que Cortes Constitucionais (como o Supremo Tribunal Federal no Brasil) podem se arvorar a representar a opinião pública mesmo sem ter voto,

26 Até o momento, apenas os acordos dessas duas empresas foram trazidos ao conhecimento público, de forma que não se sabe se outros acordos foram feitos nesses termos.

27 Ver Barroso (2018).

como os demais Poderes, exercendo assim uma função majoritária. Essa é uma ideia perigosa e com fundo totalitário, a meu ver. É uma dentre muitas que passam a circular com naturalidade na cena política que o próprio judiciário ajudou a construir.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. *Reason without vote: the representative and majoritarian function of constitutional courts*. Brasília, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (edição portuguesa).

_____. *Sobre o Estado*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Relatório Justiça em Números*. Brasília, 2018.

HIRSCHL, Ran. *Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.

MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. *Judiciário oligárquico: déficit democrático e informalidade na administração dos tribunais e no governo da magistratura no Brasil*. São Paulo: LTr, 2014.

MORO, Sérgio. Considerações sobre a operação *Mani Pulite*. *Revista CEJ, Brasília*, n.26, p. 56-62, jul/set 2004.

SANTIAGO, Arthemisia. *A judicialização de políticas sociais como estratégia do poder judiciário: o fórum da saúde e o cadastro nacional de adoção*. Tese. Recife, UFPE, 2016.

TATE, C. Neal. Why the expansion of judicial power? In: TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjörn (Eds.). *The Global Expansion of Judicial Power*. New York: New York University Press, 1995. p. 27-37.

TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjörn (Eds.). *The global expansion of judicial power*. New York: New York University Press, 1995.

VALLINDER, T. When the courts go marching in. In: TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjörn (Eds.). *The global expansion of judicial power*. New York: New York University Press, 1995.

CONSTRANGIMENTOS E LIMITES DA DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1985-2016)

Flávio Weinstein Teixeira

RESUMO

Sem pretender oferecer uma análise original – resultante de pesquisa dirigida especificamente para esta finalidade, que possibilitasse avançar hipóteses de trabalho inéditas a partir de uma extensa revisão bibliográfica e documental –, o que se apresenta neste artigo são tão somente alguns apontamentos sobre a situação política do Brasil à luz de uma perspectiva histórica. Procura-se, portanto, compreender a grave crise político-institucional deflagrada pelo Golpe de 2016 como a “atualização” de um recorrente traço de nossa história política: a extrema dificuldade que nossos sistemas político-institucionais, em seus mais diversos arranjos, têm de lidar com uma efetiva participação popular. Assim é que, a cada avanço das forças políticas mais sintonizadas com os anseios das camadas populares, alguma ruptura institucional teria sido acionada como forma de impor um “freio de arrumação”. É a isto que aqui designamos como demofobia.

Palavras-chave: História política. Democracia. Demofobia.

Introdução: princípios de um sistema representativo restritivo

Ao concluir uma avaliação de conjunto dos arranjos jurídico-institucionais que sustentaram o regime monárquico no Brasil, José Murilo de Carvalho (1988) recupera um discurso em que o então deputado José Bonifácio, o Moço, tece severas críticas à lei de 1881, responsável pela redefinição dos critérios de participação da população brasileira no processo eleitoral, e cuja maior obra foi a supressão de um contingente impressionante de eleitores ao impedir a participação política dos analfabetos. Essa lei veio dar solução a um dos temas mais caros a todos aqueles que queriam um sistema político livre da participação de pessoas que julgavam ser incapacitadas para o exercício da cidadania e a quem, na visão daqueles que a defendiam, devia-se imputar todas as distorções e corrupções que grassavam na política brasileira.²⁸

Para o deputado, a “soberania de letrados”, resultante da nova legislação, não passava de “um erro de sintaxe política”. Isto porque, conforme acentua J. M. de Carvalho, criava-se, com ela, “uma oração política sem sujeito, um governo representativo sem povo” (CARVALHO, 1988, p. 159).

Cem anos depois, em meados de 1984, quando o Congresso Nacional estava prestes a votar a emenda Dante Oliveira, que, para surpresa de seus próprios patrocinadores, havia feito ressurgir as manifestações políticas de massa Brasil afora no verão de 1983/84, o general de plantão na presidência da república, João Figueiredo, não vacilou. Receoso de que aquele inaudito apoio popular pudesse “subir à cabeça” dos parlamentares e fazê-los pensar que, agora, eles estariam respaldados em uma indesejável noção de soberania popular, achou por bem decretar Medida de Emergência e cercar o Congresso Nacional e toda a Praça dos Três Poderes com tropas armadas, como forma de se

²⁸ Mais à frente, voltarei a discorrer sobre essa questão da supressão dos analfabetos do jogo político-institucional. Desde já, cabe anotar que o impedimento da participação dos analfabetos como eleitores foi imensamente mais efetivo, no sentido de afastar da atividade política as camadas mais pobres da população, do que o critério que até então parecia ser o mais adequado a tal fim: definição de rendas mínimas para o exercício da condição de votante (eleitor de primeiro grau), de eleitor (segundo grau), ou de candidato a um cargo eletivo.

precaver contra qualquer resultado que fugisse ao roteiro de uma “abertura lenta, gradual e segura”. O recado passado era claro e eloquente: “os militares estavam prontos a evitar a quebra de uma das regras de ouro do regime: a participação popular deveria permanecer limitada na vida política do país” (SALLUM Jr., 1996, p. 103). Sintomaticamente, transcorridos seis meses desse episódio, em janeiro de 1985, o regime não tomou nenhuma medida para tornar vitorioso seu candidato no Colégio Eleitoral: a eleição de Tancredo Neves, candidato pelo partido de oposição (PMDB), é razoável admitir, não representava risco para essa regra de ouro.

Esses dois momentos, separados por todo um século de vida político-institucional, e uma boa meia-dúzia de golpes de Estado/rupturas forçadas das institucionalidades vigentes, apontam justamente para um dos traços centrais da estrutura política brasileira: sua demofobia. Não há grande distorção da realidade em se assumir que, no Brasil, o povo tem sido, desde seus primórdios como sociedade política soberana, sinônimo de: i. a canalha, os desordeiros, a turbamulta de Francisco Belisário (defensor ardoroso da lei de 1881); ii. as classes perigosas, com seus corpos doentes, seus modos toscos, sua propensão a rebelar-se, que tanto assustava os liberais brasileiros desde os primórdios do século XIX até princípios do XX; iii. os incapazes, ignorantes, massa ignara, sem discernimento ou capacidades cognitivas discriminatórias que os habilitem para o elevado exercício da cidadania.

Em qualquer acepção, sujeitos não apenas imprestáveis do ponto de vista do bom funcionamento das instituições políticas, mas cuja suposição de concebê-los como sujeitos políticos ativos representa, em si mesma, uma palpável ameaça a essas instituições. Por isso, precisam ser excluídos do cenário político ou, na impossibilidade disso, tutelados. A propósito, cabe lembrar que se deve exatamente à prevalência desta lógica o fato de que todos os sistemas políticos de corte liberal do século XIX, seja no Brasil, seja na Europa, adotavam critérios de renda/propriedade na definição da cidadania política: apenas quem era “sócio” do sistema, quem detinha títulos e posses, é que, entendia-se, teria real discernimento e, mais ainda, verdadeiro interesse nos negócios públicos; só eles seriam suficientemente responsáveis e comprometidos com a estabilidade necessária ao sucesso dos negócios que competia ao Estado zelar ou promover.

Antes de prosseguir, um parêntesis. Já que se dará, aqui, maior atenção a este que é um dos traços mais marcantes e estruturais de nossa vida política (demofobia) e seus significados para entender os frequentes abalos e rupturas na vida política nacional, é preciso, a bem da verdade, reconhecer que esses abalos e rupturas foram com mais frequência decorrentes de cisões e conflitos intraelites: desde a Confederação do Equador (1824) até as tentativas malogradas de golpe contra Juscelino Kubistchek por militares da Aeronáutica (Jacareacanga – 1956 – e Aragarças – 1959), e ainda que, a depender das circunstâncias, em graus diversos tenham precisado arregimentar segmentos populares, o que estava por trás dessas iniciativas era o acirramento das disputas entre parcelas diferenciadas das elites, econômica e socialmente falando, que não reconheciam no aparato institucional mecanismos de resolução das mesmas.

É bem verdade, também, que desde 1945, quando, com receio do que viesse a sair da campanha Queremista, de Constituinte com Getúlio, os militares forçaram sua renúncia, todas as efetivas quebras e rupturas das institucionalidades vigentes são devidas a iniciativas que tinham por propósito impedir uma ampliação da presença e da força dos setores populares na condução da coisa pública.

Voltando a esse ponto que é central na vida política brasileira (demofobia), é preciso compreendê-lo em sua complexidade. De um lado, quando as condições se mostram favoráveis, todo um conjunto de medidas formais é adotado para impedir ou inibir a participação popular: a exclusão dos analfabetos, por exemplo, em 1881, levou 100 anos para ser revertida. E seu impacto não foi de pouca monta. Os dados compilados por J. M. de Carvalho são bem esclarecedores quanto a isso, como se pode analisar na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Participação Eleitoral (1872-1945)

<i>Ano</i>	<i>Votantes (eleitores de 1º grau)</i>	<i>% da população total</i>
1872	1.097.698	10,8 (13,0)*
1886	117.022	0,8
1894	290.883	2,2
1906	294.401	1,4
1922	833.270	2,9
1930	1.890.524	5,6
1945	6.200.805	13,4

Fonte: adaptado de CARVALHO (1988, p. 141)

* Percentual da população quando se exclui do cálculo a população escrava

Como se pode perceber, quando da última eleição geral antes da vigência da lei de 1881 (que, é sempre bom que se repita, excluiu os analfabetos do processo eleitoral), o percentual da população que tinha a prerrogativa de voto era da ordem de 10,8% (ou 13%, se se exclui do cálculo a população escrava, por definição destituída de qualquer concepção de cidadania). Percentual equivalente só voltou a ser atingido 75 anos depois, quando, é importante que se tenha em consideração, não só o regime havia sido alterado um bom par de vezes (mediante golpes de Estado, bem entendido), mas um novo e até então inédito contingente eleitoral havia sido introduzido no cenário político nacional: o voto feminino. Há que se reconhecer, pois, a enorme eficácia da medida introduzida em 1881, no sentido de criar “uma oração política sem sujeito, um governo representativo sem povo”.

Há, todavia, uma outra dimensão dessa questão. Para além da formalidade das leis, é preciso se atentar para as práticas políticas, as efetivas condições em que se dão as disputas e possibilidades de fazer valer os diferentes interesses em jogo. No séc. XIX, nossos publicistas, como se dizia então, mostravam-se sumamente preocupados com a “verdade eleitoral”. Por essa expressão queriam dizer das diversas distorções existentes na prática da representação política (violências praticadas contra eleitores e candidatos, compra de votos, fraudes de atas, etc.), que faziam com que os resultados das eleições não merecessem ser considerados como devidos a um eleitorado específico, mas quase que tão somente aos chefes políticos locais (coronéis, delegados, juízes, etc.).

A contrapartida disso era um expressivo distanciamento dos eleitos em relação às reais demandas e interesses da sociedade. Nos termos do debate do séc. XIX, entendia-se que os eleitos não representavam adequadamente os interesses da lavoura, do comércio, das classes proprietárias, mas, sim, os do governo, da Coroa, que faziam as eleições e, assim, construíam maiorias dóceis e dispostas a aprovarem medidas que interessavam unicamente a eles (poder central). Em outras palavras, em conformidade com a lógica daqueles que arguíam contra os mecanismos que favoreciam as candidaturas em sintonia com as forças estatais nas disputas eleitorais, falar de verdade eleitoral é falar de um descolamento dos eleitos em relação aos interesses daqueles que eram os cidadãos de então: as classes proprietárias.

A esfera político-partidária na atualidade e a esteira de construção do golpe de 2016

Passado um século e meio desde que o debate em torno da Lei do Ventre Livre (1871) fez ver à parcela significativa das classes proprietárias que o Estado tinha uma agenda nem sempre coincidente com seus interesses mais imediatos, o tema da “verdade eleitoral” merece ser retomado. Agora, como forma de fazer sobressair o abismo que separa o sistema político brasileiro dos interesses da imensa maioria de seus cidadãos. Antes, contudo, convém referir alguns balizamentos determinantes da dinâmica das lutas políticas de nossos dias. Com efeito, se pensarmos em nossa história mais recente, especificamente o período pós-redemocratização (1985), precisamos ter em mente, de um lado, o arcabouço institucional, tal como configurado na constituição de 1988, e, de outro, as circunstâncias segundo as quais se deu a reconquista das liberdades definidoras da cidadania, em suas dimensões civil, política e social.

Já foi mencionado que a eleição de Tancredo Neves não feria, objetivamente falando, a regra de ouro de conter a participação popular, sobretudo, quando contraposta ao movimento pelas Diretas Já, que a precedeu (aliás, não são poucas as evidências de que a articulação de sua candidatura – Tancredo – deu-se simultaneamente ao próprio movimento pelas Diretas Já, ou seja, os segmentos da oposição então chamados de moderados serviram-se das ‘Diretas Já’ para tornar mais palatável uma candidatura de oposição que, em razão mesmo de sua postura mais moderada/conservadora, não representava maiores perigos). Mas é preciso tirar desse fato todas as suas implicações: o que vivemos foi a superação do regime autoritário sem uma definitiva e clara ruptura com a ordem anterior. Isto é, o que tivemos foi uma redemocratização obtida por meio de amplas negociações e acomodações com o establishment, resultando num entrelaçamento de práticas e estruturas novas com outras sobreviventes do antigo regime.

Nada mais emblemático, a esse respeito, do que uma Nova República que, efetivamente, nascia sob o comando de um dos próceres do status quo anterior (José Sarney); que este presidente, a despeito de toda uma vida militando junto às forças políticas que deram sustentação à ditadura (ARENA, PDS, PFL), tenha assumido as vestes do PMDB (o partido da oposição parlamentar ao regime civil-militar) para governar em nome de um suposto pacto nacional; e que a constituinte eleita tivesse simultaneamente poderes congressuais. Tudo isso somado ao fato de que durante os trabalhos constituintes a força dos setores conservadores da sociedade, tal como consubstanciado na articulação do chamado Centrão, e das múltiplas pressões exercidas pelos militares, fez com que a nova ordem, o novo ordenamento, não tenha logrado redesenhar, de maneira mais substantiva, os princípios segundo os quais a sociedade deveria seguir: os militares mantiveram um poder de “guardiões” das instituições, com prerrogativas de intervenção, a reforma agrária foi obstaculizada pela atuação de entidades como a UDR (União Democrática Ruralista, embrião das atuais entidades que defendem o agronegócio, em suas dimensões regressistas), e assim por diante.

Não obstante, sob muitos outros aspectos, é importante registrar, nomeadamente na atual conjuntura política em que vivemos na qual a supressão de direitos tem sido a tônica, a designação de Constituição Cidadã não se resumiu a um recurso retórico: houve um avanço significativo nos direitos sociais; na proteção das minorias; bem como, no que particularmente importa para nossa discussão, na afirmação dos direitos civis e políticos, em especial, na instituição dos instrumentos requeridos para o pleno exercício de uma democracia representativa (e até mesmo, complementarmente, adotando instrumentos próprios a uma democracia direta: plebiscito, referendo, projeto de lei popular, etc.).

Isto posto, voltemos à problemática do descolamento observável na representação eleitoral (aquilo que no séc. XIX ficou consignado como “verdade eleitoral”), tal como se apresenta atualmente, no quadro institucional pós-85/88 (é preciso ter sempre em consideração esse interregno – em que se dá a redemocratização e a constituinte – como sendo aquele que demarca e define a nova institucionalidade). É preciso, quanto a isto, não perder de vista que:

- i. a estrutura partidária daí resultante induziu à formação de partidos com pouca ou nenhuma aderência a definições programáticas, tornando-os, em sua grande maioria, pouco mais que organizações burocráticas que mercadejam apoios e legendas (tendência, essa, reforçada pela possibilidade de realizar coligações eleitorais);
- ii. a assim chamada “classe política” tampouco se vê obrigada a construir e manter compromissos com os eleitores que supostamente representam (e, aqui, é preciso reconhecer que o modelo de eleições proporcionais fomenta esse tipo de postura – por mais que tenhamos ciência que eleições distritais tendem a privilegiar potentados locais, como bem demonstra a malograda experiência de nossa primeira república, há de se encontrar um ponto de equilíbrio entre um modelo e outro);
- iii. uma fragmentação partidária que obriga a governos de coalizão (melhor seria dizer, de cooptação) e às indefectíveis práticas de fisiologismo e clientelismo que lhes são correlatas (o que também impacta na dificuldade de implementação de políticas coesas e orientadas em conformidade com plataformas e programas políticos vitoriosos nas urnas, assim como na dificuldade, e conseqüente lentidão, de tramitação e aprovação dessas políticas, o que gera uma sensação de estagnação e impotência).

Em suma, o que temos como resultado dessa conjunção de práticas políticas, consoantes com determinado desenho institucional, é um abissal desprendimento entre os interesses do eleitorado e sua representação política.

É quase como se as eleições não significassem outra coisa que uma mera formalidade. Não um ato autorizativo do exercício de um mandato delineado por um conjunto de propostas, de posições a serem defendidas, mas um simples requisito de ordem protocolar, sem conseqüências ou obrigações.

Esse mesmo quadro, quando visto pelo ângulo do cidadão, sobretudo, daqueles mais vulneráveis e necessitados das políticas e serviços públicos, mostra-se mais preocupante e aflitivo. Em parte porque a permanência das acentuadas desigualdades sociais, de uma pobreza renitente, que abrange expressivas parcelas da população brasileira, associadas a níveis de escolarização que não são apenas baixos, mas, principalmente, são extremamente frágeis em termos qualitativos, costumam confluir para o fortalecimento de uma crença de que a atividade política não propicia nenhuma resolução dos problemas reais e efetivos de suas vidas. A precariedade permanece como regra na vida das pessoas simples e o cotidiano continua incerto, inseguro e opressivo.

De outra parte, porém, convergindo para deslegitimar a política como espaço de mediação e resolução de conflitos e interesses, temos a exasperante permanência de uma estrutura política, bem como de seus atores, absolutamente permeáveis a práticas corruptas, fisiológicas, nepotistas, clientelistas, etc. A sensação que se tem (por certo, em tempos recentes, acentuada pela atuação de setores da imprensa, do judiciário e de outros segmentos da sociedade brasileira interessados na deslegitimação da política, como forma de enfraquecimento do Estado em detrimento do mercado) é que se trata de um jogo de cartas marcadas, no qual apenas seus players (os políticos, propriamente falando, e os “fazedores” de políticos) se beneficiam. Os demais, em especial os mais pobres, continuam a assistir bestializados ao cortejo de atrocidades que as ditas autoridades desfilam perante seus olhos diariamente. Ao fim e ao cabo, o que se tem é o enraizamento da convicção de que as instituições e o jogo político não são apenas artificiais, mas completamente inúteis.

Esses valores e percepções, que nutrem uma apatia, cultivam o distanciamento, o desinteresse e, o que é mais grave, a recusa da política, são devidos, também, a um elemento complementar: de maneira absolutamente análoga à

concepção vigente no séc. XIX, de que apenas os homens letrados e de posses podiam compreender os reais e mais profundos significados das decisões políticas e que, por isso mesmo, deveria caber a eles, e apenas a eles, o monopólio da atividade política, o que vemos, hoje, é essa forma de conceber o exercício da política como espaço exclusivo a uma minoria de experts e entendidos ganhar novos contornos, mas permanecer em sua essência: na versão atual, competiria a uma tecnocracia, e não ao povo, definir tudo aquilo que é crucial.

Assim, enquanto o núcleo das decisões, não obstante afetarem de modo dramático a vida de todas as pessoas (previdência, impostos, mercado de trabalho, etc.), tendeu a ficar a cargo de uns poucos dotados da suposta expertise técnica necessária, insulados em agências estatais (ou paraestatais) e postos-chave do poder público, o mais, o rebo- talho (verbas parlamentares e que tais), deixou-se para uso da política de trocas clientelísticas e outras.

Considerações finais

A guisa de conclusão, aponto que a grande fragilidade da política brasileira (uma delas, pelo menos) decorre, em grande medida, de que, a despeito do arranjo jurídico-institucional pós-88 ter criado as condições propiciadoras de funcionamento de um regime democrático como nunca antes se viu ou viveu até recentemente (2016), o que na prática temos visto são as instituições políticas sequestradas e prisioneiras desses experts/especialistas, que outra coisa não são que lídimos representantes do mercado.

Na democracia brasileira atual, o mercado é o único eleitor indubitavelmente representado em suas diversas instâncias. Apenas seus interesses são legítimos e válidos. Apenas suas razões são racionais, razoáveis, necessárias. Tudo o mais não passaria de populismo irresponsável, demagogia barata, contrafação, engodo, prestidigitação – soluções falsas a enganar simplórios, como, com muito denodo e empenho, tem se esforçado nossa imprensa por fixar.

É esse esvaziamento de real poder das instâncias de representação política, assim como os demais fatores aludidos nos parágrafos acima, que têm propiciado um crescente sentimento de frustração com a política no seio da população brasileira. Não havia nem transcorrido duas décadas da redemocratização, e o diagnóstico por parte de cientistas políticos brasileiros, das mais variadas tendências, já apontava para o que estava em causa: “o neoliberalismo tem conseguido algo inédito: sem destruir as instituições democráticas, submetê-las aos seus interesses e utilizá-las como instrumentos de dominação e enriquecimento” (BARQUEIRO, 2001, p. 101-102).

O que é de estarrecer é que essa avaliação, em si mesma já profundamente inquietante, tendo sido feita no calor da hora da primeira onda neoliberal a varrer o país (governos Fernando Henrique Cardoso 1 e 2), não deixava entrever que algo ainda mais selvagem estava por vir. O drama que temos vivido desde 2016, quando um golpe parlamentar com inequívoco suporte e estímulo de amplos setores da imprensa e judiciário nacional foi implementado, resulta da convicção partilhada por seus patrocinadores de que as “instituições democráticas” tinham, em alguma medida, se libertado do julgo exclusivo (ou quase exclusivo) dos interesses do mercado.

Cabe reconhecer, portanto, que bem ou mal as forças políticas seguidamente vitoriosas nas urnas a partir de 2003 vinham implementando políticas públicas que, em maior ou menor grau a depender dos critérios ideológicos do observador mas de qualquer maneira em intensidade suficiente para justificar um ato de força, não se amoldavam a esse figurino que excluía o povo (seus interesses e necessidades) do centro das decisões. Por conseguinte, ao não enxergarem mais a possibilidade de retornar aos trilhos da “normalidade” por meio dos marcos institucionais vigentes,

é que as forças políticas conservadoras apelaram para um golpe.

Desde então, vamos vivendo em espiral descendente. Em direção ao olho de um furacão que ninguém sabe ao certo seu poder de destruição, seu raio de alcance ou tempo de duração, mas que a ninguém de bom senso cabe duvidar que sua força maior radica numa renitente e resiliente demofobia que distorce as instituições brasileiras desde seu nascedouro.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

BARQUEIRO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em perspectiva*, 15 (4), 2001.

KINZO, Maria D'alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, 15 (4), 2001.

SALLUM Jr., Brasílio. *Labirintos: dos generais à nova república*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOLA, Lourdes. Estado, transformação econômica e democratização no Brasil. In: SOLA, Lourdes (Org.). *Estado, mercado e democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

AS ENTRANHAS DO GIGANTE E A SOCIOGÊNESE DO GOLPE²⁹

Thiago Panica Pontes

Não permita que as questões públicas em sua formulação oficial, ou as dificuldades da maneira em que são experimentadas em âmbito privado, determinem os problemas que você acolhe em suas investigações. Sobretudo, não abdique de sua autonomia moral e política pela aceitação, nos termos de outrem, da praticidade iliberal do ethos burocrático ou da praticidade liberal da fragmentação moral (C. Wright Mills, *The sociological imagination*, p. 226).

RESUMO

O propósito desse ensaio consiste em reconstituir a sociogênese do golpe de Estado desfechado em 2016 no Brasil a partir de sua dinâmica de classes e das marcas do processo modernizador que encarna. Num primeiro momento, visando evitar o simplismo interpretativo bastante comum em eventos dessa magnitude, será realçada a complexidade da configuração sistêmica e institucional envolvida – que enfeixa, por exemplo, o espaço objetivo de possíveis e os efeitos não previstos da ação do Estado, assim como os limites que comprimem a “ascensão” popular numa economia periférica de serviços. Assim, estaremos em melhores condições de compreender que o movimento conservador que progressivamente emerge, com nítidos aspectos reacionários e autoritários, deriva sua força e a natureza transfigurada da consciência que paulatinamente assume, menos de uma ‘manipulação’ artificial do que do real compartilhamento de condições existenciais mais amplas que os solidariza em momentos de crise. Por fim, serão tecidas algumas considerações sobre as classes populares, e o sentido de sua condição dominada diante do desenlace dos acontecimentos, assunto habitualmente omitido nas análises sobre a recente ruptura institucional.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Modernização conservadora. Classes sociais. Crise estrutural.

Introdução

Os esforços para a compreensão da emergência e da natureza histórica dos processos de modernização conservadora e autoritária, típicos mas não exclusivos das formações sociais periféricas, como é o caso do Brasil, estão longe de serem novos nas ciências sociais brasileiras, com muitas dessas contribuições se revelando inestimáveis. O atual momento histórico, contudo, não recoloca apenas antigas questões sob novas formas, como que sempiternamente reproduzindo, sob mudança apenas de aparência, uma suposta essência ahistórica. Com efeito, a ruptura do ordenamento democrático testemunhada em 2016, classificada algumas vezes como “golpe parlamentar” (e.g. SANTOS, 2017), “branco” (BOITO JR., 2016), “brando” (o soft coup de Chomsky), “institucional”, “jurídico-midiático” (em oposição ao clássico golpe pela via militar), mas sobretudo o tecido sociocultural mais amplo no seio do qual essa ruptura institucional encontra o solo vivo do qual emana, revelam que o caráter conservador e autoritário de nossa modernização está longe de se resumir ao escopo do Estado, dos grupos e classes dominantes (e.g. a hegemonia do patronato rural em relação ao urbano-industrial, a dependência deste em relação ao Estado), ou mesmo – aquilo que é sociologicamente mais sofisticado – do nexos sistêmico estabelecido entre ambos. Melhor dizendo, a origem deste caráter de nossa modernização, politicamente autoritária, culturalmente conservadora e economicamente desigual, na

²⁹ Esse artigo é fruto de apresentação realizada no seminário “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, em Junho de 2018, na UFPE. Agradeço às organizadoras do seminário, professoras Fatima Cruz e Liana Lewis, assim como ao Comitê contra o fascismo e pela democracia-UFPE, a coragem pela iniciativa em face ao neo-obscurantismo que emerge do “Brasil profundo”, tornando o país vanguarda do neoconservadorismo global que se expande de leste a oeste, das Filipinas aos EUA.

verdade, não pode ser compreendida sem a indispensável consideração de sua sociogênese escravagista – evocada na provocativa mas heurística classificação do golpe como um “slavers’ coup” feita pelo historiador Greg Grandin (2016) –, não enquanto “sobrevivência” passadista ou “atraso” disfuncional a bloquear a via para o moderno, e sim, o que é decisivo, na medida em que ela se entranha enquanto força sistêmica funcionalmente catalizadora da dinâmica expansiva e conformadora da fisionomia assumida por nosso processo modernizador ao longo de todo o decurso do séc. XX. E assim o faz de maneira pervasiva em nossa formação social, lhe atravessando desde as instituições tidas como as mais autônomas em seu universo procedimental (e.g. a esfera jurídica ou mesmo a policial) até a experiência vivida mais ‘natural’, estruturando nossa sociabilidade cotidiana, colonizando as distintas tradições culturais que permeiam nosso imaginário nacional (com tudo aquilo que ele inclui explicitamente, sublima transfiguradamente e repele sub-repticiamente), não se reproduzindo sistemicamente, portanto, sem deixar sua marca nos aspectos mais íntimos de nossa constituição subjetiva.

Essa sedimentação de nossa história, tanto em seu aspecto objetivo sob a forma de padrões institucionais e estruturais, como em sua manifestação subjetiva enquanto experiência vivida sob a forma de estruturas de percepção da vida, classificação do mundo e avaliação tácita do que é belo, bom e justo, do que é “ideológico” e do que é “natural”, se dá de forma transfigurada, no sentido próprio a Freud, Elias e Bourdieu, i.e. enquanto denegação irreconhecível em suas conexões originárias, o que é condição absoluta de sua eficácia e perpetuação. Isso se reflete, por exemplo, no profundo desconforto nas ocasiões em que tais conexões históricas são simplesmente tematizadas, desconforto interpessoal que arrisca, quando assume a esfera pública, erodir o imaginário socioafetivo que cimenta nosso senso comum – lembremos de sua origem etimológica enquanto *sensus communis*, no sentido de “senso comunitário” – e a constelação de valores que estrutura nossa identidade nacional, razão pela qual elas são regularmente recalçadas pela história oficial (jurídica, parlamentar, militar, religiosa,...), no limite silenciadas com força de lei (pelo alastramento de projetos regionais batizados insidiosamente de “Escola sem partido”, pela intervenção do Ministério Público articulado ao investimento persecutório policial nas universidades, etc.), ou dito de forma mais clara, pela lei da força.

Ora, os momentos de crise, principalmente quando ela não é apenas conjuntural, como é o caso do atual momento histórico, ancorado que se encontra num realinhamento conservador e autoritário constituído pelo (re)encontro entre velhas e novas forças sócio-históricas, se manifestando, por conseguinte, num âmbito estrutural, indissociavelmente econômico, político, social, estético e moral, em suma, esses momentos são justamente os mais profícuos à tentativa de diagnósticos que desemaranhem os fios sócio-históricos que a desencadeiam, fios cujas conexões e tensões constitutivas é preciso clarificar caso não queiramos continuar a encarnar Sísifo diante de nossa própria história.³⁰

Essa crise pode, e deve, ser investigada a partir de um conjunto de perspectivas articuladas e complementares (histórica, econômica, política, inserindo o Brasil no contexto dos recentes golpes e realinhamentos latino-americanos estruturalmente homólogos, ou ainda como instância particular da atual fisionomia neoconservadora da mundialização, com o crescimento e fortalecimento da extrema direita sendo indissociável da chamada “crise de representatividade” contemporânea,³¹ ou enfatizando o papel de atores como o judiciário – não somente a judicialização da política como a politização da justiça –, a atuação dos meios de comunicação de massa, da virulência afetiva e em grande medida irracional presente nas redes sociais, etc.). E o que pretendemos nesse artigo sobre o golpe de Estado de 2016, principalmente a partir do tecido social no qual se insere, é reconstituir sua sociogênese da perspectiva particular, mas

³⁰ Esta proposta vai ao encontro da colocação de Wanderley G. dos Santos (2017, p. 46), nos termos da qual “trata-se de investigar os mecanismos operadores do processo substancial que, embora suscetíveis aos eventos de conjuntura, seriam capazes de funcionar em contextos contingentes alternativos. As tentativas de 1954 e 1964, essencialmente estruturadas de maneira semelhante, se precipitaram em circunstâncias que, fortuitas em grande parte, condicionaram o fracasso em uma e a vitória em outra. Abstratamente, é possível classificá-las como exemplares do mesmo tipo de fenômeno, não obstante o desfecho diferente nos dois casos.”

³¹ Ou do que alguns classificam de “Estado pós-democrático” (CASARA, 2017).

particularmente importante, de sua dinâmica de classes, justamente por nos remeter à significação ao mesmo tempo histórica e estrutural subjacente ao profundo tensionamento nas relações de força materiais e simbólicas dos anos que, não por acaso, antecederam a crise econômica, social, cultural e política cujo golpe não representa senão a culminância institucional.

Ação estatal, “ascensão” popular e espaço objetivo de possíveis³²

Boa parte dos pesquisadores que se debruçam sobre a ruptura institucional ocorrida em 2016, com a consequente assunção do poder de um candidato que representa e simboliza um regresso às forças sociais e morais hegemônicas no país durante a maior parte do séc. XX, delimita como escopo, ao mesmo tempo histórico e analítico, as mobilizações de 2013 como marco inicial de tal momento e as eleições de 2018 como seu resultado, ainda que certamente não previsto e não necessariamente contido naquele início, dada a heteromorfia de forças que ali se apresentavam. Embora de inegável importância, esse marco temporal se restringe a uma compreensão meramente conjuntural desse feixe de acontecimentos. Outro reducionismo que se mostra corriqueiro é o de cunho institucionalista – para não dizer ‘estadocêntrico’ – em grande parte das análises que restringem seu olhar ao período em que o Partido dos Trabalhadores ocupou o poder, pelo que se assume implicitamente que o único agente relevante, e por conseguinte o único movimento e força social em jogo, tenha sido o Estado. Desconsidera-se assim os limites objetivos que se antepõem ao alcance e às margens de ação do poder estatal enquanto injunções estruturais condicionantes de suas possibilidades, assim como aqueles desencadeados pelas consequências não previstas de suas ações, a fortiori em formações sociais complexas, contemporâneas, e crescentemente entrelaçadas ao processo de mundialização.

É, com efeito, sobre essa condição histórico-estrutural que incide, e a partir de suas próprias contradições e desenvolvimentos cumulativos que emerge, uma confluência de inflexões, de força e temporalidade relativamente autônomas, mas que constituem o espaço de possíveis no seio do qual é preciso ressituar, em sua significação histórica e em seus limites objetivos, o conjunto de reformas conduzidas pela ação estatal a partir das eleições de 2002. Se por um lado é preciso ter em conta que essas inflexões não representam de modo algum uma ruptura com o padrão conservador de modernização predominante no país, originando-se, pelo contrário, das contradições inerentes à sua dinâmica expansiva, por outro, é preciso reconhecer que seus efeitos são de grande importância, além de indissociáveis do que ocorre no conjunto das formações sociais periféricas na atual intensificação do processo de mundialização. É nessa dinâmica mais ampla que se torna inteligível o movimento, não de contrarrevolução, e sim, mais propriamente, de contrarreforma total, que atravessa os domínios cultural, econômico e político, cada um retroalimentando sua força de todos os outros aos quais, por sua vez, imprimem sua própria ‘contribuição’ específica.

É assim que a bem documentada, embora mal compreendida, “ascensão” popular registrada desde então ocorre ancorada numa reestruturação produtiva do capitalismo mundial em cuja estrutura ocupacional passa a predominar, em detrimento do setor industrial que continua transferindo-se para o sudeste asiático, cada vez mais uma economia de serviços, mais heterogênea em sua constituição, precarizada tanto em seus vínculos como em sua regulação, fragmentada em suas experiências laborais como individualizante em seu horizonte de expectativas. Não por acaso, a geração da historicamente inédita e gigantesca massa de postos de trabalho que se seguiu ao governo do Partido dos Trabalhadores

³² Esse tópico tem como base alguns aspectos discutidos em minha tese doutoral (PONTES, 2015) onde os argumentos aqui em questão são desenvolvidos, em seu terceiro capítulo, com mais pormenor. Não há espaço, e não é o caso, de reproduzir aqui a massa de dados bibliográficos, históricos e estatísticos em que se apoia, e que de todo modo se encontra, em caso de interesse do leitor, extensamente detalhada na referência indicada.

ocorreu, sobretudo, entre os assalariados do comércio e dos serviços, que juntos empregaram consideravelmente mais, por exemplo, do que a construção civil. Isso significa que, se do nacional-desenvolvimentismo aos estertores da crise econômica e fiscal do regime militar, prevalecia o que se convencionou chamar nos estudos de estratificação social de composição estrutural no padrão de mobilidade, vinculada essencialmente à transição para uma economia urbano-industrial e à expansão do leque ocupacional que lhe corresponde, por outro lado, a partir da década de 1980 quando se inicia a transição para um capitalismo cujo núcleo dinâmico é impulsionado pelos serviços, processo intensificado pelo projeto neoliberal da década seguinte, passa a se verificar um aumento relativo da chamada composição circular (ou de fluidez) no padrão de mobilidade em comparação à antiga composição estrutural, que lhe cede gradualmente o passo. Não obstante as mobilidades moleculares que ocorrem no interior dos próprios meios populares e de suas fronteiras, e sobre cujo dinamismo erigiu-se o impulso nacional-desenvolvimentista, continuarem como o padrão objetivo estruturante dos movimentos de nossa formação social ainda na atualidade, intensifica-se com essa inflexão – o que é de veras importante para a crise que atravessa nossa formação social – o caráter agonístico presente na cultura e na estrutura do mundo do trabalho.

A outra razão que concorre para a intensificação desse caráter agonístico se vincula à expansão da institucionalidade escolar, impulsionada pela combinação de imperativos estatais (compulsoriedade crescente tanto em termos de precocidade como de longevidade) e de mercado (competitividade do mercado laboral contemporâneo e seus requisitos funcionais intrínsecos), inclusive de maneira crescente, e crescentemente prolongada, nos meios populares – a despeito de seus inúmeros e conhecidos problemas estruturais –, desde pré-escolas, incluindo a tendência à universalização do acesso ao ensino fundamental e o considerável aumento da participação no ensino médio no decurso da década de 1990, até a significativa entrada no ensino superior a partir dos anos 2000. A significação sociológica de uma tal inflexão se dá por seu incontornável impacto, enquanto matriz institucional de socialização (irreduzível e no mais das vezes conflitante ante a experiência vivida familiar e comunitária), na conformação subjetiva e no alargamento dos horizontes ascensionais próprios às novas gerações populares, contribuindo, ademais, para a formação de uma narrativa identitária meritocrática e de uma nova atitude perante a vida que, não mais restritas às condutas do cinturão médio e dominante, são indissociáveis do novo papel desempenhado pela escolarização enquanto capitalização concorrencial de classe, além de possuírem profundas afinidades com a expansão do capitalismo de serviços e da transição ao mencionado padrão de mobilidade que se lhe encontra objetivamente inscrito.

Ora, o alargamento desses horizontes e aspirações ascensionais, processo tanto mais perceptível quanto mais novas as gerações populares, embora vinculado sobretudo à participação no ensino superior, é em grande medida coletivamente frustrado em razão da correlativa, e compensativa, intensificação dos investimentos escolares nas frações médias e grupos dominantes, pelo que se verifica, em termos estruturais, não uma diminuição mas um deslocamento das desigualdades iniciais para um patamar superior, efeito da inflação de diplomas em todas as categorias ocupacionais (das altas funções diretivas e gerenciais às trabalhadoras domésticas e trabalhadores rurais). Assim, na consolidação desse novo capitalismo de serviços periférico (com sua especialização regressiva associada à desindustrialização), a conjunção entre, por um lado, a maior apropriação de capitais econômico e cultural pelas gerações populares mais jovens, e, por outro, a massiva geração de postos de trabalho na primeira década dos anos 2000, longe de significar o soerguimento de uma “nova classe média” – alarido oficial, de mercado e difundido pela “opinião pública” (a afa-mada “classe C” nos termos do marketing que infelizmente também colonizou acriticamente o discurso de muitos cientistas sociais) –, resultou na expansão, adensamento e complexificação da própria massa assalariada que constitui a base da estrutura social, razão pela qual foi ocupada, em sua grande maioria, pelas categorias historicamente mais vulneráveis: negros e mulheres.

Em suma, estes estritos limites objetivamente inscritos no espaço de possíveis ascensionais para além dos meios populares, cujo peso se faz sentir conforme nos aproximamos das ocupações concentradas nas camadas médias e do poder emanado pelas posições dominantes, sinalizam o alcance, mas também os limites, do afastamento da privação material impulsionado pelos programas de transferência de renda, pela expansão do crédito, e, em medida estatisticamente muito mais impactante, pela política de valorização do salário mínimo (que, por sua vez, serve de empuxo aos auxílios previdenciário e de assistência social) articulada à volumosa geração de postos de trabalho formais no seio das categorias ocupacionais na base da estrutura social –principalmente de 2004 a 2010. E, como veremos adiante, sinalizam também o alcance e os limites da reorientação da política econômica em particular, e da economia política em geral, por meio da qual tanto o PIB como a renda per capita cresceram no mesmo passo em que se descomprimia a desigualdade econômica, tanto aquela verificada no interior dos rendimentos (oriundos do trabalho) como de sua distribuição funcional (que distingue estes rendimentos daqueles provindos do capital), movimento não verificado em meio século de registros estatísticos até então e que apontava para a possibilidade, rapidamente desfeita por meio do golpe, de desvinculação estrutural entre a expansão do capitalismo periférico daquilo que havia sido, historicamente desde sempre e até então, a principal “vantagem comparativa” para sua inserção na economia mundial, i.e., a subproletarização de suas classes populares numa dimensão e duração endêmicas.

Das fissuras ao abalo na “ordem”: uma secular comunidade de desiguais

Se, por um lado, essa “ascensão popular”, no sentido acima caracterizado, ocorre tendo como pano de fundo uma transição histórico-estrutural mais ampla a qual, englobando politicamente a recondução do aparelho de Estado a partir do governo do Partido dos Trabalhadores, o ultrapassa sob a forma de injunções estruturais que limitam o sentido e o alcance de suas ações, ela lhe ultrapassa também quantos aos seus efeitos não previstos, e por conseguinte no subsequente desencadeamento de forças, contraforças e realinhamentos que, tanto em si mesmos quanto pelo choque de sua diversidade, não correspondem com exatidão ao planejamento de nenhum agente individual ou coletivo particular, precisamente por resultarem da infinita complexidade de suas interações. Não incidindo sobre uma estrutura social vazia, essa nova condição popular tensiona relacionalmente o sedimentado e naturalizado amálgama de clivagens (econômicas, de oportunidades, educacionais, raciais, de gênero, etc.) inerente a nosso processo modernizador.

É nesse sentido que a “reforma gradual” por meio do “pacto conservador” – conquanto incluísse seu momento de confrontação no que diz respeito ao rentismo (SINGER, 2015) – vigente sob a égide dos anos de governo do Partido dos Trabalhadores engendrou, para além do controle de sua agenda institucional, o despertar e a emergência de novos anseios, uma ampliação quantitativa e qualitativa do leque de expectativas não apenas econômicas como políticas e culturais (como o fortalecimento da política identitária vinculada às relações raciais, de gênero e sexualidade) e suas reivindicações de reconhecimento social e participação na esfera pública, inclusive legislativa. Esses fatores, em maior ou menor medida conforme o caso, levaram gradualmente ao estranhamento e ao incômodo não somente das classes médias tradicionais³³ (cf. Figura 1) como, na verdade, também de imensa e cada vez maior parcela dos próprios segmentos populares³⁴ cujas forças institucionais de conformação narrativo-identitária foram, em grande medida, apropriadas pela religiosidade “evangélica” (mais ampla que o neopentecostalismo) assim como pela socialização e investimento escolares, numa tendência proporcionalmente inversa à crescente corrosão da capacidade do novo mundo do trabalho em fornecê-las (com a permanência de sua baixa filiação sindical e suas altas taxas de rotatividade, estas últimas expansivas inclusive durante o governo do Partido dos Trabalhadores).

33 Como no caso de eventos como o “rolezinho” a partir de 2013 que, não nos enganemos, é um desafio juvenil-popular lançado a um ambiente experienciado como hostil, razão essencial de seu caráter ao mesmo tempo coletivo e provocador; da maior proximidade residencial – inclusive pela ‘gentrificação’ resultante da especulação imobiliária – associada à saturação dos meios de transporte público; da coexistência maior em espaços antes exclusivos e ‘familiares’ – reverberada visceralmente nos infundáveis comentários compartilhados em redes sociais sobre o crescente incômodo em aeroportos, mas também no trânsito, em universidades, cinemas, restaurantes, hotéis, hospitais particulares, etc.; do relativo deslocamento de seu secular protagonismo simbólico para novos agentes sociais que passam a ser alvo de crescente atenção política, midiática, da indústria cultural, e da proliferação de nichos comerciais e agências de marketing especializadas; do aumento da importância do nordeste no cenário nacional, assim como de um afastamento do alinhamento geopolítico “natural” aos EUA se refletindo numa atuação mais autônoma nas relações exteriores e no deslocamento da ênfase diplomática para as chamadas relações “sul-sul” (e o fortalecimento das agências multilaterais entre os países latino-americanos ou emergentes), etc., etc.

34 Como, por exemplo, diante das famosas cartilhas do MEC de combate à homofobia (classificadas pejorativamente como “kit gay”), da chamada “ideologia de gênero”, da percepção do que seria um ataque aos valores cristãos como a “família”, o “casamento” e a “vida” (em contraposição à defesa dos “direito dos mano”, i.e. de “bandidos” e “criminosos”), do fortalecimento do resgate político-identitário da afrodescendência, inclusive em sua dimensão religiosa, associado à expansão da atuação política pró, e por, minorias com os leques de valores e reivindicações que lhes são próprias, via de regra consideravelmente mais “à esquerda” do que a própria atuação governamental embora com ela associada no imaginário reativo que daí emerge. E, consoante às inflexões sistêmicas a que fizemos referência, essa reatividade também se revela na cada vez mais contundente condenação de políticas de transferência de renda pelas gerações populares mais jovens e escolarizadas, interpretadas como “esmola” para quem “não corre atrás” (inclusive no seio da própria família), em contraposição à valorização do “esforço”, do “suor” e do “mérito” individuais que se entrelaçam, não sem agudas tensões, à ampliação da constelação de valores pautados no florescimento das relações familiares e comunitárias (PONTES, 2015).

Figura 1 – O deslocamento material e simbólico da “velha classe média”

“Pensem no trauma que vem sofrendo a velha classe média”

O estranhamento ante a emergência de novas forças sociais, intensificado pela percepção da perda do monopólio do acesso aos bens e oportunidades materiais e ao protagonismo simbólico, é expresso de forma bastante heurística, tanto em sua denegação eufemizada como no indisfarçável ressentimento de classe que emana da combinação entre condescendência e sarcasmo, na coluna de um tradicional jornalista de *O Globo*, que torna-se tão mais significativa por haver sido publicada em 2012, atestando um sentimento de mal-estar que, em conjunção com outros fatores, esteve na base do rumo que assumiram as manifestações de 2013 e os anos seguintes. Os grifos são nossos.

Baú do Xexéo

“*Não gosto* de axé. Nem de pagode. Nem mesmo de sertanejo universitário. Por isso, não custa nada perguntar: dá para tocar outra coisa?”

Como qualquer brasileiro, me orgulho muito da nova classe média e dos oito milhões de conterrâneos que chegaram à sociedade de consumo nos últimos tempos. Consumo para todos! Mas, veja bem, para todos, o que inclui a velha classe média. É democrático o fato de voos comerciais poderem ser pagos em 17 vezes. Mais gente viajando, mais gente fazendo turismo, nem me incomodo com os aeroportos superlotados. Mas, vem cá, dá para variar o cardápio? Ou vou ser obrigado a comer barrinha de cereal para o resto da vida? Alguém já perguntou se a velha classe média gosta de barrinha de cereal? Eu não gosto. Dá pra sair um sanduíche de queijo com suco de laranja?

Pela primeira vez na história deste país, a classe média representa mais da metade da população. Foi preciso a ascensão da classe C para que isso acontecesse. Políticas de pleno emprego, aumento de salário, facilitação do crédito, projetos sociais – tudo deve ser saudado, mas, por favor, *pensem no trauma que vem sofrendo a velha classe média. Cresci aprendendo que profissão para valer era engenheiro, médico ou advogado. Se o sujeito não tivesse aptidão para uma dessas três categorias, tentava um concurso para o Banco do Brasil ou para a Caixa Econômica. Agora, todos gritam no meu ouvido: empreendedorismo! O certo seria ter aberto um salão de beleza, um serviço de comida pronta, uma padaria... Tarde demais! Ensinar-me a fechar o mês sem contas a pagar. Agora, o governo me alicia: Crédito! Crédito! Crédito! E eu não quero comprar uma TV de plasma, nem um segundo telefone celular, nem quero passar férias em Porto Seguro. Na verdade, estou pensando em vender o meu freezer, o meu forno de microondas e a minha secretária eletrônica. Tornei-me um estranho no ninho. Sou da velha classe média.*

A nova classe média virou objeto de pesquisa de tudo aqui no Brasil. Tem marca de eletrônicos que produz aparelhos especialmente para os novos consumidores. A tal marca descobriu que “o consumidor da classe C ama música em alto volume. O lazer se concentra nos churrascos de fim de semana, onde ocorre a confraternização. O aparelho de som é o elo entre os familiares e os amigos. Nasceu assim o primeiro minisystem para a classe C, cuja caixa de som tem potência três vezes superior à de um aparelho de som comum.” Tá puxado.

Sejam bem-vindos ao paraíso os que ganham entre R\$ 1.200 e R\$ 5.174 por ano. Mas tem que ter lugar para todo o mundo. *Eu quero de volta* o meu filme legendado na TV e torço pela possibilidade de passar um intervalo comercial inteirinho sem assistir a um anúncio do Supermarket. *Onde foi parar a televisão da velha classe média?* Sempre fui noveleiro, nunca tive vergonha disso. Assisti às novelas de Ivany Ribeiro em versão original. *Mas não aguento mais tramas ambientadas na comunidade, sambão na trilha sonora, mocinha cozinheira e galã jogador de futebol. Eu quero de volta a minha novela de Gilberto Braga!*”

Fonte: O Globo, Coluna da Revista O Globo, de 15/04/2012.

Sendo o movimento de uma classe necessariamente relacional, ele inflete a correlação de forças objetivas e o poder de apropriação diferencial de bens escassos em disputa. Nesse sentido, a própria atenuação dos índices de desigualdade no decorrer da primeira década dos anos 2000 não ocorre sem uma correlativa maior apropriação do volume global de rendimentos pelas classes populares, tanto maior conforme nos aproximamos de seus segmentos e ocupações mais vulneráveis. E esse movimento ascensional popular envolve, o que é mais significativo em termos estruturais, a intensificação do agonismo concorrencial intrínseco à disputa de posições no mercado laboral, seja no âmbito privado ou público (por meio de concursos), assim como na competição por vagas nas universidades (a fortiori com as políticas de ação afirmativa). Já mencionamos a inflação de diplomas daí engendrada (no ensino médio e cada vez mais no superior), assim como a frustração de expectativas das gerações mais jovens de maneira mais ou menos generalizada. Essa é a razão pela qual as próprias mobilizações de 2013 representam, dentre sua miríade de forças motrizes, não somente o ressentimento das classes médias e dominantes como, em medida bastante significativa, também o de setores populares mais jovens e escolarizados (SINGER, 2013).

O próprio movimento e o deslocamento de sentido dessas manifestações representam uma metáfora do golpe que ocorrerá três anos mais tarde. Não é o caso de analisá-las em pormenor nos limites desse artigo, mas tão somen-

te sublinhar que o mal-estar social difuso mas intenso, gerado pelos sucessivos deslocamentos materiais, políticos e simbólicos que se seguiram ao governo do PT, encontra as ruas como palco de disputa, ruas que são transformadas, da perplexidade e condenação midiáticas iniciais, em autêntico locus de expressão da “cidadania” e “patriotismo”. Em seu desenvolvimento, se iniciando como um micromovimento de esquerda protestando contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo, essas manifestações desencadeiam forças que seus agentes (Movimento Passe Livre) não anteviam nem controlavam. Elas contribuem, elas mesmas, para despertar esse mal-estar, intensificado pela efervescência emanada pela abrupta irradiação de um evento de escala local para nacional. Alastrando-se rapidamente, as centenas de manifestações por todo o país passam a exprimir uma multiplicidade de pautas, tão heterogêneas quanto os segmentos que passam a se entrecruzar nas ruas e cujos sentidos, diversos e conflitantes, são alvo de disputa pelo monopólio da interpretação legítima, e sua subsequente apropriação, pelos diferentes agentes políticos e pelos meios de comunicação. No caminho de mediação das experiências pessoais (quanto ao modo como são vivenciadas) e pessoalizadas (quanto ao sentido narrativo que assumem, com seus “heróis” e “vilões”) em representações coletivas, os meios de comunicação de massa paulatinamente as colonizam, contribuindo com sua própria eficácia na conformação de um imaginário coletivo e na irradiação de uma narrativa centrada, cotidiana e ininterruptamente, na criminalização da política e na percepção do Estado como antro da corrupção, do vício e da ineficiência em contraposição à consagração das virtudes do mercado, num movimento polissêmico e polimorfo no qual, conforme analisa Jessé Souza (2016), o ressentimento ganha então forma e força narrativas.

Aos poucos, a política institucional e partidária e os ‘políticos’ em geral gradualmente canalizam, como alvo palpável e facilmente intelectível, a insatisfação que era até então mais afetivamente compartilhada do que discursivamente elaborada e unificada, o que resulta, por exemplo, na brusca emergência de uma onda de rejeição a então presidenta Dilma Rousseff.³⁵ Se tomarmos São Paulo, capital com maior clareza na relação estatística entre esses manifestantes e os posteriores pró-impeachment, temos uma nítida transição de seu perfil e de suas reivindicações, ainda em 2013, e do encontro da direita com as ruas.³⁶ Em seu apogeu, as manifestações, extirpadas de seu sentido progressista inicial e da imensa heterogeneidade de sentidos em disputa conforme se proliferava por diversos segmentos sociais, são progressivamente dominadas por setores e pautas conservadoras, delineando um desenvolvimento que, longe de fortuito, vai da esquerda para a direita, do MPL ao MBL, em síntese, de 2003 a 2016.

Não esqueçamos que esse tensionamento estrutural se expressa também no mercado de bens políticos como resultado da consagração de um quase monopólio do poder executivo, ele também crescentemente contestado e desgastado. Esse desgaste se manifesta principalmente no poder legislativo, onde há historicamente uma sobre-representação das camadas dominantes – e não apenas através da delegação de seu poder a representantes de seus interesses, e sim direta e organicamente na própria composição e linhagem familiar de seus integrantes. Apesar do “condomínio” no poder e da conciliação de interesses assentada no arranjo próprio ao presidencialismo de coalizção (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998), a agenda reformista do Partido dos Trabalhadores, sua pauta de prioridades, está longe de ser a mesma do Congresso, lhe sendo em muitos sentidos antagônica, para não mencionar o crescente descontentamento dos maiores partidos de oposição (como PSDB e DEM) com as sucessivas derrotas eleitorais em âmbito nacional – que

35 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc>.

36 Em 20 de Junho de 2013 mais de um milhão de pessoas foram às ruas de todo o país (incluindo todos os estados e capitais, a cidade do RJ registrando a maior participação com cerca de 300 mil pessoas nas ruas). Com dados do Datafolha, é possível apreender que o caráter progressista das pautas iniciais, encabeçado pelo MPL e expandido para “Saúde” e “Educação”, gradualmente perdeu força. Metade dos participantes passaria a mencionar a “Corrupção” como causa principal de estar nas ruas (a queda nas tarifas, pauta inicial, caía para 32% por exemplo), que passavam a ser ocupadas majoritariamente por homens (61%) com ensino superior (72%) e descrentes da política (72% sem partido de preferência). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298755-manifestacoes-levam-1-milhao-de-pessoas-as-ruas-em-todo-pais.shtml>> e <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299344-corrupcao-e-principal-motivacao-de-manifestantes-em-sp-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em Junho de 2018.

viria a se tornar desespero com a derrota de 2014, quando, impulsionados pelos meios de comunicação de massa e pela pressão de seu eleitorado mais uma vez derrotado nas urnas, começariam a retomar a tradição do velho liberalismo brasileiro. Gestava-se gradualmente, com o benefício da visão retrospectiva, as condições sociais e institucionais para o golpe, as quais ainda não se faziam presentes, por exemplo, no “escândalo do mensalão”, por resultaram justamente do conjunto de deslocamentos e tensionamentos na “ordem” material e simbólica historicamente sedimentada ocasionado tanto pela ação política timidamente reformista como também, e na verdade principalmente, pelos mencionados efeitos cumulativos para além das intenções, previsões e controle governamental. Que amadurecessem as condições de possibilidade para a deposição do governo sucedida pela completa e explícita reversão de suas pautas (das reformas neoliberalizantes na economia e na legislação trabalhista ao realinhamento nas relações internacionais) não significa dizer que o golpe já estivesse inscrito nas manifestações de 2013, tampouco na derrota eleitoral do PSDB em 2014. Pelo contrário, esses fatores contribuíram, com sua própria força, à gestação daquelas condições.

Crise estrutural e realinhamento conservador

Não apenas indivíduos mas também sociedades podem regredir a um clima mental pregresso se um grupo representativo é substituído por outro que preservou uma orientação social anterior (Karl Mannheim, Sociologia da cultura, p. 62).

A mudança na correlação de forças na condução do aparelho de Estado, a despeito das tentativas de controle burocrático-gerencial (respirando o new management como o ar de seu tempo) da atenuação das clivagens de classe, e do caráter bastante estrito do escopo de suas reformas, trouxe consigo, ou melhor, despertou consigo e em grande medida a despeito de si, um novo e estranho mundo em relação ao qual toda a história do país, suas forças, valores, e inclusive estética (racial, regional, de classe) predominantes, são em si refratários e ante o qual se veem, em todos os âmbitos da vida social (da política institucional à visibilidade pública, do protagonismo cultural e moral à intensificação da concorrência universitária e laboral), deslocados. Essa dinâmica modernizadora, em termos históricos funcionalmente impulsionada pela transmissão e reprodução de um nexos inextricável de clivagens econômicas, sociais, raciais e simbólicas, e em termos estruturais comprimida nos limites objetivos à mobilidade inerentes à (semi)periferia dos principais núcleos de acumulação do centro do capitalismo mundial, ao ser assim tensionada, irá se transfigurar no domínio simbólico em cruzada moral do bem contra o mal, da nação (de verde e amarelo) contra a corrupção (os “corruPTos” e sua bandeira vermelha), do todo cívico espontâneo (o “Brasil” nas ruas) contra as facções e grupelhos aparelhados (sindicatos, movimentos sociais, partidos), da Pátria contra a ameaça do “Comunismo”, revivificando a tradição histórica pré-64 (SANTOS, 2017, p. 33-4). A lógica dessa denegação de classe protagonizada pelas camadas médias e dominantes, se por um lado se relaciona à identidade nacional afetivamente cimentada na negação e recalçamento de toda forma de conflito (racial, de classe, religioso, regional, nacional), por outro opera de modo protofascista (como nos violentos ataques a militantes e bandeiras de todo e qualquer partido nas jornadas de Junho de 2013), negando a normalidade da pluralidade política (“meu partido é o Brasil”) e, no limite, a legitimidade da própria existência da diferença. Extirpados do campo democrático, os adversários passam de alternativa a ser derrotada pela via político-eleitoral a inimigos a serem expurgados pela via jurídico-policial (esta última situada pelos meios de comunicação de massa e pelo senso comum na esfera apolítica das leis e da técnica) – como a proposta de um senador vinculado ao patronato rural de colocar o PT na ilegalidade, ou ainda a transformação de movimentos sociais

em “grupos terroristas” –, ou, em última instância e de forma cada vez mais aberta, pela via militar. Nessa autêntica sociodiceia, qualquer posicionamento dissonante torna-se “ideologia” (quando não “comunismo”), a política identitária patologia, o domínio das artes perversão, e a escola, a ciência e a universidade, “doutrinação”.

Com efeito, conforme prenunciavam as manifestações de Junho de 2013, é justamente no âmbito do sistema simbólico que, por meio do encadeamento de uma série de afinidades eletivas entre forças relativamente heterogêneas em sua composição, se expressa inicialmente uma crise que pode ser definida, por suas conexões históricas e seu caráter multissistêmico (social, cultural, econômico, político), de estrutural e não apenas conjuntural (como fora o caso, por exemplo, com o processo de Impeachment do ex-presidente Collor em 1992). Nesse contexto proliferam fundações, organizações, encontros, fóruns, grupúsculos e jovens lideranças de uma “nova direita” como fato novo e expressão de um fenômeno mais amplo após a retomada da democracia no Brasil (AVRITZER, 2016), qual seja, a assunção da direita como posicionamento político para si, autojustificado narrativamente, assumido identitariamente e organizado institucionalmente. A emergência dessa nova direita como alternativa política perante o senso comum mais amplo só é possível, por sua vez, na medida em que este se apoia num solo dóxico prévia e internacionalmente sedimentado por padrões de percepção e classificação associados ao capitalismo contemporâneo mundial – não por acaso seu patrocínio advém, em grande parte, de fundações ligadas a multibilionários norte-americanos –, inteiramente naturalizados e disseminados diuturnamente pelos meios de comunicação de massa, e que reduzem o espaço de possíveis políticos entre, de um lado e como registro de valor positivo, os agentes e práticas políticas de “perfil técnico” (“gestão”, “racionalidade”, “eficiência”, “responsabilidade”, obediência às regras do mercado, aumento do nível de “confiança” dos investidores), e, por outro e sob uma aura negativa, os agentes e práticas classificados como “populistas” (todo aquele que, de maneira evidentemente irracional e irresponsável, contrarie a “racionalidade” do mercado, aumentando o risco da “irresponsabilidade fiscal” – e a conotação moral dos conceitos empregados é aqui como alhures insofismável – e da deterioração do “clima de negócios” assim como da perda da “confiança” dos investidores e, no limite, do “grau de investimento”, sendo, nesse imaginário revestido de ciência, o Estado reduzido ao mero peso da “carga tributária”, além de intrinsecamente impregnado pela “ineficiência” e pelo “desperdício de recursos”). No que possui de mais profundo, essa verdadeira cosmologia elevada ao nível de crença enquanto grade reificada de leitura do mundo e da vida representa uma crescente deterioração dos fios que unem o capitalismo contemporâneo às chamadas democracias representativas em forma de negação e corrosão da legitimidade da própria atividade política, da ascensão de movimentos neonazistas, e da extrema direita na Europa, nos EUA, e atualmente no mundo. É importante observar, como se revelou prenhe de consequências no imediato governo pós-golpe, que o estilo autoritário de manifestação política (o crescente apelo por intervenção militar, selfies com policiais militares, ataques a minorias) enraizado em nosso legado escravocrata e na maneira como ele plasmou nossa modernidade possui uma mórbida afinidade eletiva com esse ideário neoliberal hayekiano.

De todo modo, após 2013, esse senso comum caracterizado pela ojeriza ao Estado e à política como reinos do vício e da corrupção em geral se canaliza progressivamente para o “antipetismo” em particular, este cada vez mais elevado a signo-mor de uma corrupção que é indissociavelmente política e moral, por meio da construção, irradiação e sedimentação afetivo-irracional de uma constelação imagética na qual perfilam lado a lado, atados à vilania pela força dos afetos e com a velocidade dos novos meios de comunicação: “PT”, “corrupção”, “comunismo”, “ideologia”, “bolsa-família”, “bolsa-bandido”, “vagabundo”, “Nordeste”, “ladrão”, “Venezuela”, etc.³⁷ É de decisiva importância aqui o papel desempenhado pelas redes sociais por meio da proliferação da figura do “agitador” (LOWENTHAL &

37 Cf., por exemplo, as expressões vinculadas ao ex-presidente Lula, em levantamento baseado em mais de dois milhões de *tweets* no dia do julgamento de seus recursos pelo TRF-4, disponibilizadas em forma gráfica pelo Labic - Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cybercultura em: <<http://www.labic.net/cartografia/repercussao-no-twitter-da-condenacao-de-lula/>>.

GUTERMAN, 1949), que na verdade se torna milhões, todos e cada um em potencial, na urdidura afetivo-irracional feita em grande medida de milhões de “posts”, “tuítes”, meias verdades fragmentadas combinadas a fake news, cujo resultado é a coprodução circular, ao mesmo tempo midiática e coletiva, de uma narrativa cujo poder, longe de residir na racionalidade e na complexidade do real, se alimenta, pelo contrário, da simplicidade intelectual que embala a identificação de um inimigo palpável na maré crescente do ódio coletivo.³⁸

Conflui nessa direção uma orquestração não centralizada, tampouco apenas movida por interesses, mas antes encadeada por uma coligação plurívoca de valores entre coletivos, grupos e classes cuja composição, símbolos e identidades são, no demais, bastante heterogêneos entre si, setores que de modo algum apenas “serviram” de instrumento ou de massa de manobra passiva para o golpe, nele se identificando a partir da real afinidade de fundo subjacente às diversas particularidades de conservadorismo, cada uma delas se manifestando de forma experiencialmente tão difusa e fragmentária quanto a diversidade e inorganicidade dos segmentos envolvidos. É o caso, por exemplo, da vertiginosa expansão do neonazismo, sobretudo mas não somente na região sul do país (apresentando, o que é bastante significativo, crescimento expressivo em São Paulo)³⁹ em consonância com a expansão registrada mundialmente; de movimentos como o Movimento Vem Pra Rua, Revoltados Online, SOS Forças Armadas, O Sul é o Meu País, Carrecas do Subúrbio (detidos com explosivos em São Paulo); ou da própria reação conservadora de base “evangélica”, cuja bancada congressual, alimentada por seu eleitorado, foi fundamental, numérica como ativamente, no apoio ao processo de ruptura institucional. Enquanto estrutural, e portanto multissistêmica, a crise impregna o próprio sistema de valores dominantes, que não se restringe ao protagonismo dos grupos e classes dominantes.

É por essa mesma razão que a crise não demora a se expressar também no âmbito do sistema econômico, cujo alcance objetivo igualmente não se restringe aos grupos e classes economicamente dominantes. A reorientação da política econômica operada pelo PT numa economia inserida na (semi)periferia do capitalismo mundial teria de se deparar, cedo ou tarde, com os limites estruturais acima apontados – dentre os quais a desindustrialização e sua contrapartida na especialização regressiva, além da dependência do agrobusiness, não são os menores. Esses limites se revelam no paulatino estreitamento das margens distributivas que acompanham o primeiro governo de Dilma Rousseff. Não se trata somente de uma recessão conjuntural – mais ou menos comum em termos de ciclos econômicos nas principais economias mundiais –, pelo que o PIB de 2014 praticamente estagna em 0,5%, decrescendo vertiginosamente (- 3,5%) em 2015 (a construção civil e o próprio setor de serviços, dois dos grandes responsáveis pela incorporação das classes populares ao mundo do trabalho, não foram poupados da queda). Por um lado, esse desempenho recessivo de 2015 é, de fato, indissociável do movimento de adesão e promoção congressual do golpe, com a subsequente performatividade política da crise econômica pelo conjunto orquestrado de sabotagens institucionais fartamente conhecidas como “pautas bomba”.⁴⁰ Por outro lado, se considerarmos alguns indicadores de 2011 a 2015,⁴¹ pelos quais é possível “ler” a dinâmica socioeconômica da estrutura de classes do país, verifica-se que, à exceção da estabilidade – na verdade um ligeiro aumento – quanto ao montante da economia nacional apropriado pelo capital financeiro (via aumento da taxa Selic e dos juros para pessoa física e jurídica), há uma tendência vigente já desde 2011 de queda dos rendimentos de capital, que por sua vez se reflete na queda da formação de capital fixo (edificações, equipamentos, máquinas) e, por fim (a partir de 2014), na queda da própria taxa de investimento: esses índices contrastam com a permanência no

38 Uma simples pesquisa na seção de comentários de notícias de jornais de grande circulação, envolvendo o impeachment, revelaria um grau tal de irracionalidade, na dupla e entrelaçada acepção de virulência afetiva e desvirtuamento do *logos*, que há muito pode ser considerado patológico da perspectiva das condições de manutenção de alicerces civilizatórios elementares.

39 Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/regiao-sul-do-brasil-concentra-cerca-de-100-mil-simpatizantes-do-neonazismo-10062014>>. Acesso em Junho de 2018. Cf. também: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38603560?SThisFB>>.

40 Cf. <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/08/entenda-o-que-sao-chamadas-pautas-bombas-que-podem-ser-votadas-pelo>>. Acesso em Junho de 2018.

41 Cf. os dados disponíveis no Sistema de Contas Nacionais 2010-2015 do IBGE.

mesmo período de um aumento, ano após ano, da participação da remuneração dos empregados no PIB (inclusive em 2014 e 2015, anos de sua estagnação e queda), o que apenas seria sustentável pela manutenção de taxas de crescimento maiores impulsionadas tanto por uma modificação no modo de inserção periférica na economia mundial (a economia foi mais uma vez “salva” pelo agronegócio, único setor a registrar crescimento nos anos de crise) como por uma reapropriação do capital financeiro pela economia produtiva. Esses limites já haviam sido compreendidos tardiamente pelo próprio governo (SINGER, 2015), razão de sua aposta na adesão a um projeto neodesenvolvimentista por parte de uma “burguesia nacional” historicamente marcada pela submissão econômica, política, moral e intelectual aos imperativos do mercado internacional, além de, ela mesma, coligada ao capital financeiro a cujo combate a continuação de uma política econômica neodesenvolvimentista dependia.

É assim que, embora se manifestando nos quadros da relativa autonomia de cada domínio numa formação social contemporânea e altamente diferenciada – inclusive consideravelmente mais complexa em termos institucionais e associativos do que aquela palco do golpe de 1964 (SANTOS, 2017) –, a crise se propaga, cada vez mais diretamente e sem mediações, ao sistema político, onde atinge seu ponto crítico. Após um pleito altamente polarizado ao final de 2014 e uma vitória de Pirro do governo, o ano seguinte se inicia com diversas manifestações de rua pelo país, coperformadas pelos meios de comunicação de massa e intensificadas pelas redes sociais, reivindicando sua derrubada – a essa altura já não importando os meios –, ao que sucede a tentativa de sobrevivência do governo tanto por medidas de austeridade fiscal (enfrentando o quadro recessivo pelo “estelionato eleitoral” do velho conhecido programa rival) como pela ampliação da participação de quadros do PMDB no governo. Não se trata apenas de uma crise intraparlamentar explicável por referência a ela mesma; todas as frações dominantes participavam desde o início do governo do PT – com algumas variações no correr dos anos – de sua própria composição ministerial, a fortiori no governo derrubado; menos ainda resultante do desempenho econômico per se (afinal, a guinada “à direita” do governo em nada deixava a desejar em relação ao programa do partido de oposição derrotado). É tão somente na medida em que essa crise enreda toda a trama da vida social que podemos considerar o golpe em sua culminância parlamentar sem o risco de um reducionismo institucionalista.⁴²

Ora, subjacente a essas retroalimentações sistêmicas (com sua circularidade de causalidades, intensificando-se em forma de espiral até erodir a autonomia de cada âmbito da vida social), está o solo vivo de onde elas emanam e o intenso sentimento de agudez que as caracteriza. Ele é sedimentado pela textura socioafetiva responsável pela espécie de “atração irresistível” que arrebatou, das panelas nos condomínios de luxo à tomada das ruas e orlas das praias de bairros afluentes pelo país, as principais forças coletivas propulsoras do golpe, engendrada pelo compartilhamento de condições existenciais mais amplas que as aderem num mesmo imaginário histórico e as envolvem no mesmo ressentimento de classe.

Cinturão médio e dominante, meios de comunicação de massa e judiciário: os fios de uma conexão socioafetiva

[...] o ponto de vista da intuição conservadora [...] redescobriu uma verdade sociológica profunda, a saber, que há uma afinidade entre todas as hierarquias: quem toca uma hierarquia, toca todas elas (ou poderia fazê-lo) (Bourdieu, Manet : une révolution symbolique, p. 40).

42 E é tão somente assim que se faz compreensível o fato de, apenas cinco dias após as eleições, o PSDB demandar auditoria nos resultados das urnas e, pouco mais de um mês depois, pedir a cassação da candidatura da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer no TSE; que, a partir da perda das eleições para a presidência da Câmara e do controle de sua mesa diretora, procede-se a uma ativa e sistemática construção da ingovernabilidade, o que contribuiu decisivamente, como vimos, para aprofundar a crise econômica e fiscal: “armou-se uma coalizão de assalto conservador ao poder envolvendo a sabotagem do Legislativo às ações do executivo. A ingovernabilidade parlamentar não foi razão suficiente para a abertura do processo do impedimento; o impedimento foi a razão teleológica da sabotagem parlamentar” (SANTOS, 2017, p. 180).

Sabemos que nas formações sociais modernas, a fortiori nas contemporâneas submetidas à mundialização, o processo de diferenciação e relativa autonomização das esferas sociais é bastante avançado. O que se costuma prestar menos atenção é ao fato de que é justamente nos momentos de crise estrutural que sua contextura socioafetiva de fundo, compartilhada diferencialmente conforme as classes sociais, vem à tona com maior nitidez e intensidade. Essa ressonância de fundo afetivo nas maneiras de agir, pensar e sentir significa que, em casos de crise, as esferas (jurídica, econômica, política, midiática, religiosa) não apenas refratam o espaço social mais amplo a partir de suas lógicas específicas, mas se influenciam e interpenetram, embora denegando tal conexão existencial sob a constelação imaginária própria a cada uma, e assim transmitindo a imagem para si mesmas de “boa fé”, de “imparcialidade” em geral, e de obediência às regras do jogo democrático – o que não exclui do jogo o cinismo, no sentido literal do termo, quando a correlação de forças é esmagadoramente favorável. E, na divisão do trabalho do golpe, conforme aponta Jessé Souza (2016), a caixa de ressonância responsável por conferir forma narrativa ao inconsciente de classe dos segmentos médios e dominantes e a seu conjunto socialmente disperso de insatisfações, intensificado pela nova derrota eleitoral de 2014, foi formada pelos meios de comunicação de massa. Sua participação foi central na construção de uma consciência moral a partir de, e para um, inconsciente de classe difuso em sua pulsão em busca de legitimação racional (a seus próprios olhos), consciência-para-si na qual o discurso anticorrupção, em sua forma moral e genérica (“apolítica” e aplicável a todo e qualquer adversário, assim retirado da arena político-democrática e arremessado à esfera criminal), é capaz de materializar uma direção, um “herói” (e.g. bonecos infláveis de Sergio Moro em forma de super-herói) e um inimigo comum a ser combatido (personificado por bonecos e cartazes da presidenta e do ex-presidente com roupas de presidiários). No entanto, e isso é crucial, os meios de comunicação em geral, e o punhado de canais e jornais influentes em pautar a “opinião pública” em particular, não operam por meio de uma relação manipulativa unilateral (sobre receptáculos amorfos e passivos) – por mais intelectualmente reconfortante que tal interpretação possa ser na medida em que tudo passa a fazer sentido e cada evento e agente encontra suas funções e papéis univocamente determinados como num enredo pré-definido por um poder plenipotenciário –, e mais propriamente como um canal por meio do qual essa ressonância socioafetiva se fortifica coletivamente sob a consolidação de uma *mise en forme* narrativa no corpo da qual as miríades de variantes de ressentimento de classe se encontram, se amplificam, se difundem, se unificam, e se impõem no tecido social

A força oriunda da convergência dessas ações em sua orientação comum pela ruína a um só tempo política e moral de um governo popular assim como a relativa imprevisibilidade desse realinhamento conservador, com aspectos nitidamente reacionários e autoritários, deriva justamente do sentimento real gerado por essa confluência socioafetiva, e não apenas da “enganação” artificial por parte de elites financeiras (embora essa certamente tenha seu lugar, sobretudo com a produção e difusão em escala industrial de fake news), razão pela qual, a partir da complexidade interativa das múltiplas forças em jogo, o golpe abriu uma espécie de caixa de Pandora de consequências não previstas por seus próprios protagonistas institucionais – e.g. a enérgica hostilização de membros do partido de oposição que tentaram participar das manifestações de rua pelo impeachment; declínio dos capitais político e simbólico de diversos dos principais políticos que, de protagonistas no processo, foram submersos pela onda que contribuíram a criar; alastramento da perseguição jurídica aos principais partidos envolvidos na consecução parlamentar do golpe; a polêmica passando a envolver os juízes, bastiões da ordem e da moral, em torno do auxílio moradia (com a foto do apartamento pertencente ao juiz Sergio Moro estampada em destaque em jornal de grande circulação no país); permanência e aprofundamento da crise econômica, etc. A essa altura, a maquinaria social consolidada pelo processo de realinhamento conservador tornava-se tão avassaladora que nenhum agente particular (coletivo, institucional ou individual) detinha o pleno controle

dos rumos do processo, menos ainda de suas consequências a curto, médio e longo prazos, a despeito das manifestas intenções. Ela adquiriria uma convulsiva objetividade própria.

O “Brasil” (na imagem construída pelos meios de comunicação de massa) nas ruas (classes médias, sintomaticamente estimuladas e alimentadas gratuitamente na FIESP com filé mignon)⁴³ contra a corrupção (apelo ao judiciário e, segunda via, ao retorno dos militares, sendo o imaginário reacionário do “retorno” ou do “quero meu país de volta” fundamental): há aqui uma clara homologia estrutural enredando as frações “à direita” das classes médias (e.g. pequenos empresários, profissionais liberais, administradores e gerentes, cuja origem social, formação e inserção os vinculam objetivamente, e predispõe subjetivamente, aos valores do ‘mercado’), os segmentos dominantes (patronato rural, industrial e financeiro, sua representação congressual, midiática e seus órgãos representativos de classe), o judiciário enquanto fração dominada das classes dominantes (concentrando alto capital econômico e cultural de tipo predominantemente técnico),⁴⁴ e os meios de comunicação mainstream como, em sua significação estrutural, meios de produção e difusão simbólica e imagética de uma determinada visão de mundo que consiste menos numa imposição manipulativa do que na própria expressão da autoconsciência desses grupos de si para si mesmos, onde se reconhecem por intermédio dessa retroalimentação circular, em razão de sua própria diferenciação funcional, produtores e consumidores desses bens simbólicos.⁴⁵

Dessa forma, esse inconsciente de classe compartilhado é transfigurado – condição de sua eficácia – em função do jogo próprio a cada uma das forças sociais em questão no desempenho e na crença espontânea em seus respectivos papéis, como vimos, num verdadeiro jogo de espelhos que não faz senão intensificar o poder e a “legitimidade” de cada uma dessas forças (a imprensa como produtora “imparcial” de “fatos” no domínio da “verdade”; as ruas como representando a essência da “democracia”, da “cidadania” e do “bem comum”; e os agentes do judiciário encarnando a “justiça”, compartilhando o “heroísmo” dos militares em sua busca de resguardar a “ordem” social e moral ameaçada)⁴⁶: nenhum planejamento centralizado, ou manipulatório, numa formação social altamente complexa seria tão eficaz quanto à espontaneidade com que se co-constitui uma narrativa coletiva a partir das afinidades simbólicas e afetivas erigidas sob um solo de classe compartilhado. A violenta erupção irracional – no duplo sentido de negação da racionalidade e do vir-à-tona do ressentimento, repulsa e ódio sublimados de classe – ocasionada pela dimensão da crise

43 Em 15 de Março de 2015, assim como em 13 de Março de 2016, dias nos quais ocorreram as maiores manifestações contra o governo federal em todos os estados e capitais do país, e registradas quase simultaneamente em centenas de municípios, os manifestantes da Av. Paulista representam com maior nitidez esse perfil de classe. Cf. dados do Datafolha no documento intitulado “Manifestação Avenida Paulista – 13/03/2016” (disponível em: www.datafolha.com.br). Sobre as manifestações propriamente ditas, cf.: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contra-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>> e <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-ja-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em Junho de 2018.

44 Cf. por exemplo, a pesquisa *Ministério Público: Guardião da democracia?* coordenada por Julita Lemgruber e realizada entre 2015 e 2016 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CeSec), com amostra representativa dos mais de doze mil membros dos MPs federais e estaduais do país, onde se revela o aristocrático perfil de classe de seus agentes, porquanto enraizado consanguineamente já na própria origem social, cuja atuação foi decisiva para a consecução da ruptura institucional de 2016. Em consonância com esse perfil não é surpresa a constatação de que, em grande medida desvirtuados de aspectos progressistas inscritos em sua vocação constitucional, hajam incorporado o “combate à corrupção” como principal bandeira de suas atividades. A pesquisa pode ser acessada em: <<https://www.ucamcesec.com.br/>>.

45 O que não significa que esses bens assim produzidos não se generalizem por todas as camadas sociais. Pelo contrário, já mencionamos que o sistema de crenças e valores dominantes não se restringem aos grupos e classes dominantes, daí seu poder e eficácia.

46 É nesse sentido que se compreende a ação concatenada entre agentes como policiais federais (profusão de vazamentos seletivos, espetacularização das operações igualmente seletivas), OAB (ela mesmo protocolando seu próprio pedido de impeachment), magistratura (*lawfare* sistemático e seletivo a um partido em particular e perseguição a suas lideranças, coações em forma de prisão preventiva generalizada, produção clandestina de “provas” – como a gravação de advogados de defesa – ou a condenação sem elas, adoção e justificação de procedimentos de “execução”) (VALIM, 2017) e do poder judiciário em todos os seus órgãos e instâncias, além do bombardeio diuturno dos meios de comunicação de massa, todos (de membros do TCU a jornalistas, de juizes de todas as instâncias a policiais federais) revelando abertamente suas posições políticas em redes sociais, quer convocando às manifestações ou delas tomando parte. Transbordam cotidianamente, e cada vez mais às claras a partir do contexto eleitoral de 2014, um infindável número de notícias, inclusive envolvendo agentes diretamente ligados à chamada “Operação Lava Jato”, do tipo: “Delegados da Lava Jato exaltam Aécio e atacam PT nas redes”. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,delegados-da-lava-jato-exaltam-aecio-e-atacam-pt-na-rede,1591953>>. Notícias semelhantes podem ser encontradas à exaustão.

corroeu as ‘paredes’ de seus respectivos domínios relativamente autônomos de atividade, solidarizando todos em sua origem e condição existencial mais ampla, a qual é, em momentos de ‘normalidade’, obnubilada pela multiplicidade de segmentações funcionais que conformam o tecido do cinturão médio e dominante.

Mais ainda: por um efeito de afinidade – ao mesmo tempo formal e existencial – entre as diversas formas de dominação que se intersectam numa mesma formação social, é bastante significativo que entre os protagonistas de um movimento de classe de cariz conservador e autoritário predominem estatisticamente homens, brancos, e mais velhos (do que a média populacional), provenientes do Sul e Sudeste,⁴⁷ encarnando, em metonímia, a significação histórica e sociológica do movimento, a qual lhes escapa tão mais completamente quanto mais o recalçamento e a denegação dessa significação se mostrem necessários enquanto condição da adesão pelos que creem, com toda a “boa fé”, em sua crença.

A marca da história, as classes populares e a coalizão ausente: à guisa de considerações finais

Em 20 de Abril de 2016, três dias após a votação do impeachment pela Câmara dos deputados, o famoso rapper Mano Brown discursa à plateia – constituída majoritariamente por jovens de periferia – em nítido tom de censura, durante show realizado no Rio de Janeiro:

foi legal, num foi, agora nos últimos dias? Eu vi a população virar as costas pra Dilma. Eu vi. [...] Eu vi o poder de uma televisão dentro de um país de terceiro mundo, o que é um país de terceiro mundo desinformado onde uma televisão manipula um país, elege e derruba quem eles querem...

Conforme prossegue, a censura parece abalar o próprio senso de comunhão do artista com seu público, ou do sentido que ali supunha existir:

aí eu falei o seguinte: já que o povo escolheu isso, assim seja. [...] Fechou um ciclo na minha carreira e na minha vida [...]. Se o povo escolheu derrubar o governo, a responsabilidade é do povo, assim seja, e daqui pra frente é cada um por cada um.

Aparentemente pouco compreendido em seu discurso, após a gravidade do dedo em riste a censura passa a assumir forma sarcástica:

vamo chapá? Vamo chapá de novela, chapá de Rede Globo e chapá de Jornal Nacional! Vamo chapá de William Bonner, hein?! [...] Enquanto a favela faz silêncio, a elite manipula. [Mas] o carnaval tá chegando hein, [...] vamo falá do que ano que vem? O dia em que o povo se omitiu, o dia em que a favela ficou quieta, em silêncio, e deixou eles tomarem o que a favela conquistou. É isso.

Poucos dias antes, na manhã do próprio dia da votação do impeachment na Câmara, uma tradicional produtora e gravadora de bailes Funk do Rio de Janeiro, em conjunto com movimentos sociais, convocou a “favela” a “descer”

47 Cf. os dados elencados no documento “Manifestação Avenida Paulista – 13/03/2016” (disponível em: www.datafolha.com.br).

pela manhã para a orla da Praia de Copacabana, tradicional bairro de camadas médias onde as manifestações eram, como se pode supor, pró-impeachment (como aliás o seriam pela tarde desse mesmo dia). Além do número ser bastante tímido diante do prometido, a maior parte dos manifestantes, como reconhecido pelos próprios organizadores (lamentando que “a massa não tenha descido em peso como gostaríamos”)⁴⁸, não era oriunda dos meios populares, mas de estudantes, movimentos sociais, centrais sindicais, e frações médias progressistas. Na verdade, dois meses antes da votação do impeachment na Câmara, estima-se que dois em cada três brasileiros se declarava favorável ao processo de impedimento.⁴⁹ Essa estimativa alcança necessariamente – em decorrência da composição de nossa estrutura social – imenso contingente das classes populares.⁵⁰ Se, por um lado, foi possível, ao contrário da teleologia convencional, constatar uma tomada de consciência de classe dos segmentos que conformam, a partir de sua heterogeneidade interna, o cinturão médio e dominante, daí inclusive a assunção do conservadorismo e da direita enquanto identidade (de modo diferente da *ashamed right*), ainda que de forma transfigurada (sublimando sua particularidade em forma narrativa de bem contra o mal, da justiça contra o crime, do nacional-universal contra o partidário-particular) enquanto condição de sua eficácia, a situação se revela inversa em relação ao imenso contingente popular que, paradoxalmente, é e continuará sendo objetivamente o mais afetado pelas consequências da derrubada do governo (bastando mencionar o teor da reforma trabalhista, os efeitos da PEC do teto de gastos e a proposta de reforma da previdência, para não falar no lawfare sistemático e encarceramento de seu principal agente e símbolo político).

Não obstante, na medida em que a vida social é eivada de ambiguidades que lhe são constitutivas, isso não significa necessariamente uma adesão sem reservas à narrativa dominante. A maior parte das pesquisas realizadas na ocasião das maiores manifestações contrárias ao governo converge quanto ao perfil de classe prevalecente, pelo que a grande maioria dos setores populares nelas não se engajou. Embora não haja espaço para desenvolver aqui, as razões dessa conduta se encontram, além de fundamentalmente vinculadas à natureza de nossa modernização, reforçadas pelas suas inflexões histórico-estruturais que, não por acaso, foram indicadas no início deste ensaio, as quais apontam para uma intensificação da heterogeneidade das experiências vividas subjacentes à sua dominação estrutural e que se fazem presentes na conformação de sua condição existencial, assim como na diversificação dos dispositivos de tradução dessa condição popular em expressão política – ainda que sob a forma, como é cada vez mais o caso, de sua negação enquanto palco intrinsecamente “sujo” de disputa entre agentes do poder e de interesses que não são os seus.⁵¹ Ora, a atuação dos dominados perante um movimento reativo que representa, materializa e consagra, em suas conexões históricas e em seus efeitos institucionais, o reforço dessa dominação, é ela mesma resultante de seu enraizamento num processo modernizador historicamente conservador e autoritário; essa atuação, que ocorre seja por meio da adesão

48 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762009-funk-contrainpeachment-atrai-50-mil-a-copacabana-estimam-organizadores.shtml>>. (Observamos que este número é claramente superestimado pelos organizadores.) Acesso em Junho de 2018.

49 Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-mostra-que-68-dos-eleitores-sao-favoraveis-ao-impeachment,10000022223>>.

50 Esse distanciamento do perfil popular também pode ser considerado, quer levando em conta a maior manifestação registrada favorável à deposição do governo, quer aquela de resistência, porquanto o número de participantes com rendimentos de até dois salários mínimos não ultrapassa os 6% no primeiro caso, e os 9% no segundo. Cf. o documento “Manifestação Avenida Paulista – 18/03/2016” (disponível em: www.datafolha.com.br). Lembrando que estamos mobilizando metodologicamente São Paulo, não como exceção, mas como local onde essa tendência se expressa com maior nitidez, embora ela se encontre presente por todo o país, obnubilada por suas diferenças regionais.

51 É nesse sentido que são compreensíveis os relatos de moradores da comunidade Pavão-Pavãozinho sobre as razões de não participarem no maior dia de manifestações registradas reivindicando a deposição do governo, em 13 de Março de 2016, realizada a menos de um quilômetro da comunidade, na orla de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro, num misto de senso comum antipolítico no qual “todo mundo rouba no Brasil”, reserva em face à narrativa dominante (“ela [Dilma] está sendo usada como bode expiatório”), e pragmatismo sem adesão programática ou identitária diante de partidos e lideranças políticas que, percebidos em sua distinção entre quem “melhorou a vida dos pobres” e aqueles que “só pensam em ajudar os ricos”, podem ser, na mesma medida em que aderidos eleitoralmente, abandonados politicamente conforme o humor das circunstâncias. Se, portanto, de um lado as camadas populares não aderiram em massa ou protagonizaram às manifestações de rua em defesa do governo, tampouco o fizeram no que diz respeito a uma manifestação percebida em seu caráter elitizado (“eu via no prédio onde trabalho: todos os ricos foram”). Reportagem do *Deutsche Welle*, disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/do-alto-do-morro-outra-vis%C3%A3o-dos-protos/a-19116649>>. Acesso em Junho de 2018.

explícita (expoentizada pelos segmentos evangélicos), seja no mais das vezes de forma tácita ou pela não adesão aos movimentos de resistência – e lembremos os ensinamentos basilares de Weber nos quais uma ação social, e socialmente significativa, inclui a “omissão” e a “aquiescência” –, embora habitualmente subtematizada nas investigações sobre a deposição do governo, foi fator de importância capital na construção e na deflagração socioinstitucional do golpe. Na verdade, imputar o protagonismo da reação ao cinturão médio e dominante já implica, implicitamente na própria imputação, o reconhecimento dessa necessária relacionalidade. As duras palavras do rapper Mano Brown testemunham esse reconhecimento por um agente organicamente vinculado aos meios populares.

Os dados relativos ao dia das maiores manifestações de resistência contra o processo de impedimento⁵² indicam, de modo análogo àquelas em prol da derrubada do governo, um volume de capitais econômico e escolar consideravelmente mais elevado do que a média populacional, mas que por sua vez envolve as frações médias “à esquerda” da estrutura social, cuja origem, a natureza da formação e o sentido de sua vinculação objetiva as predispõe à defesa e aos valores da ‘res publica’ (proporcionalmente maior presença de professores, estudantes, funcionários públicos, além de sindicatos, movimentos sociais, intelectuais e artistas).⁵³

Se das ruas as forças populares estavam em grande medida ausentes – conforme a possibilidade conferida por seu peso estrutural –, ruas que foram reapropriadas como arena política por protagonistas “à direita” e “à esquerda” das classes médias, esse fato não deixa de metaforizar um distanciamento mais amplo. Dito de outra maneira, ambas as frações de classe, a despeito de sua polarização que corresponde objetiva e subjetivamente à vinculação aos polos do mercado e da coisa pública na estrutura do cinturão médio, localizam-se, no espectro infinitesimal entre esses polos, muito mais próximas entre si do que em relação ao imenso contingente popular – ele mesmo extremamente heterogêneo em sua constituição interna – frente aos quais compartilham historicamente um verdadeiro descolamento existencial (não apenas quantitativamente em relação ao conjunto formado por seus recursos patrimoniais, econômicos e escolares, mas, em conexão inextricável com essa desigualdade objetiva, qualitativamente em relação aos estilos de vida e aos sentidos que a ela atribuem), descolamento esse que, por sua vez, é igualmente experimentado pelas classes populares, inclusive em seus setores “ascensionais”, e portanto constitutivo deste sentido “evasivo” de suas condutas.

Isso não impede a existência de uma real afinidade “teórica”, “discursiva” e “política” com as classes populares, inclusive calcada em analogias estruturais – as frações médias “vocacionadas” a *res publica* como espécies de “primas pobres” de seu polo oposto no cinturão médio –, o que infelizmente não temos espaço para tratar aqui. De todo modo, se os grupos dominantes obtiveram êxito em sua coalização conservadora com as classes médias tradicionais, é preciso que se coloque a incontornável questão, indissociavelmente teórica e prática, das condições de possibilidade de formação de uma coalizão progressista baseada na homologia entre o polo dominado das classes médias e o polo dominado da estrutura social, evitando tanto a subordinação elitista do último ao primeiro (o líder de partido, o dirigente sindical, o intelectual, o professor, o profeta, o clérigo progressista) quanto o folclorismo populista que idealiza a condição dos subjugados material e simbolicamente numa postura típica dos demagogos que por essa falsa proximidade não fazem senão sublimar (literária, filosófica ou “teoricamente”) seu real distanciamento, e real desconhecimento, da condição popular. Não se trata de produzir as condições para uma espécie de fraterno abraço entre desiguais – em nada dife-

52 I.e., aquelas realizadas por todo o país no dia 18 de Março de 2016. Cf. “Manifestação Avenida Paulista – 18/03/2016” (disponível em: www.datafolha.com.br). (Ver nossas considerações acerca da mobilização de São Paulo como referência metodológica nas notas acima.)

53 É nesse sentido que se alastraram, desfechado o golpe, ocupações de órgãos como a Funarte e o IPHAN pelo país, assim como do prédio do Ministério da Cultura (e não o do Trabalho ou da Fazenda) em Salvador, ou atos como o da equipe do filme *Aquarius* no Festival de Cannes, ou a proeminência do artista Chico Buarque como ícone da resistência à ofensiva conservadora. Também emblemático desse perfil de classe predominante no protagonismo dessa resistência é o caso da defensora dos direitos humanos assassinada Marielle Franco, quinta vereadora mais votada nas últimas eleições municipais para o Rio de Janeiro: a zona eleitoral em que recebeu a maior votação de seus mais de 46 mil votos reúne Cosme Velho e Laranjeiras, bairros da Zona Sul (dentre outros da mesma região em que obteve significativa votação) do Rio de Janeiro em que predominam, não os recursos econômicos, mas os culturais. Apenas nesses dois bairros recebeu mais votos do que na imensa zona eleitoral que inclui o Complexo da Maré onde foi criada, Bonsucesso e Ramos, região periférica da cidade. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/marielle-franco-foi-mais-votada-em-bairros-nobres-do-rio-de-janeiro.shtml>>. Acesso em Junho de 2018.

rente da comiseração típica do “bom coração” conservador –, mas semear o caminho para que Sísifo, coletivamente fortalecido, possa reconciliar-se com suas reais possibilidades diante da maciça rocha que, elevada colina acima por alguns palmos, se lhe voltou com o verdadeiro peso e o macabro sorriso da história.

Referências

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BOITO Jr., Armando. A natureza da crise política. *Le monde diplomatique Brasil*, Ed. 104, Março de 2016.

CASARA, Rubens. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRANDIN, Greg. A Slavers' Coup in Brazil? *The Nation*. April 27, 2016. Disponível em: < <https://www.thenation.com/article/a-slavers-coup-in-brazil/>>.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, n. 44, p. 81-106, 1998.

LOWENTHAL, Leo; GUTERMAN, Norbert. *The prophets of deceit*. New York: Harper & Brothers, 1949.

PONTES, Thiago Panica. “*Crescer na vida*”: trajetórias de micromobilidade nos meios populares. Orientador: Frédéric Vandenberghe 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n. 97, novembro de 2013.

_____. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n. 102, Julho de 2015.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: DOS PROTESTOS DE 2013 ÀS ELEIÇÕES DE 2018

Vilma Felix

RESUMO

Esse artigo propõe uma reflexão sobre a importância e o protagonismo dos movimentos sociais no recente contexto político brasileiro. Iniciamos nossas análises fazendo algumas considerações sobre as teorias dos movimentos sociais mais utilizadas atualmente, dentro de um quadro moldado pelas transformações do capitalismo e da hegemonia neoliberal. Em seguida, contextualizamos os protestos realizados em junho de 2013 no Brasil, um momento de ebulição das manifestações de ruas, com a participação de milhares de pessoas em várias cidades do país. Mostramos como essas manifestações antecederam e tiveram um papel fundamental no Golpe que culminou com impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Também analisamos o início do período pós-golpe, com as primeiras medidas propostas e sancionadas pelo governo de Michel Temer, consideradas como novos golpes, relatando o impacto que elas tiveram para os movimentos sociais e as consequências diretas que tensionaram os caminhos trilhados até as eleições de 2018.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Golpe de 2016. Manifestações de Junho.

Breve história dos movimentos sociais

Antes de falarmos nos protestos de junho de 2013 no Brasil, é necessário fazer algumas considerações sobre a história recente dos movimentos sociais, sobre algumas definições e conceitos para tentarmos entender esses protestos à luz das teorias que dispomos hoje. Podemos pensar de uma maneira simplificada que, mais ou menos, até a metade do século XX, pensar em movimento social era pensar, basicamente, no movimento de trabalhadores, no movimento operário. O que se entendia por movimento social estava essencialmente ligado à teoria marxista que valorizava as relações de trabalho como cenário principal das mudanças econômicas e que, por sua vez, determinavam as mudanças sociais e políticas. A fábrica era o lugar, o espaço onde as lutas deveriam ocorrer. As organizações criadas em torno da categoria trabalho, tinham um protagonismo muito forte e funcionavam como um braço de apoio dos partidos políticos. Havia outras lutas, mas elas eram ofuscadas e incorporadas ao protagonismo dessa categoria. Desde a Revolução Industrial, esses movimentos trabalhistas lutaram e pressionaram por mudanças, gradativamente conquistaram muitos direitos que foram consolidados e garantidos no *Welfare State* europeu.

A estabilidade das conquistas trabalhistas desse período abriu espaço para que outras lutas surgissem com mais destaque e a partir do final dos anos 1960 entraram em cena os chamados novos movimentos sociais. Houve um redirecionamento das demandas redistributivas para demandas mais qualitativas que valorizavam a qualidade de vida das pessoas. As lutas que antes eram consideradas individuais agora se tornavam públicas e coletivas. Entraram em pauta as questões do reconhecimento e da diversidade dos estilos de vida. O protagonismo dos movimentos sociais foi tomado pelos movimentos de mulheres, antirracistas, ecologistas, entre outros, mas principalmente estes.

Esse momento coincide com a crise e o declínio do modelo econômico do bem-estar social e o surgimento em nível internacional do capitalismo flexível e neoliberal, que se apresentava como uma nova e poderosa forma de revitalizar, otimizar e aperfeiçoar o capitalismo em crise. Não demorou muito para que o neoliberalismo se tornasse hegemônico, fato muito bem explicado por Harvey (2007), que justifica essa hegemonia através da incorporação e total absorção dos valores fundamentais neoliberais na vida cotidiana das pessoas. Esses valores são: a liberdade, o individualismo, a propriedade privada e o mercado.

Para Boltanski e Chiapello (2009), esses valores representam o novo espírito do capitalismo. Segundo os autores, para o capitalismo sobreviver é necessário que ele supere a irracionalidade fundamental que desvincula as necessidades humanas da atividade econômica capitalista, fundada no processo de acumulação infinita. Para justificar e legitimar a adesão espontânea dos indivíduos ao modelo capitalista, faz-se necessário um conjunto de ideias e valores que permita conferir sentido às atividades econômicas, que os autores chamam de “espírito capitalista”. Esse espírito capitalista absorve o núcleo simbólico de cada contexto histórico, ressignifica as ideias contidas no campo de luta, se apropria e transforma as principais críticas ao modelo vigente, em uma ética valorativa fundamentada na ideia de bem comum.

Dessa forma, a empresa familiar embasada no ascetismo protestante do século XIX, que nos fala Max Weber, seria o primeiro espírito capitalista, no qual a ideia de bem comum estava na perspectiva do progresso. Este período foi substituído pelo modelo industrial, através do processo de racionalização do trabalho. A ciência e a técnica configuravam os valores básicos para atingir o objetivo de prover a justiça social, período que vai até meados do século XX. Este segundo espírito capitalista foi superado pela chegada definitiva do neoliberalismo, aproximadamente a partir dos anos de 1980, redirecionando os interesses capitalistas para a globalização e as novas tecnologias. A ideia de bem comum estava representada na liberdade, inovação e eficácia, cujos valores neoliberais citados acima encontram lugar no conceito de empreendedorismo, autorresponsabilidade individual e redução do papel do Estado.

Geralmente a crítica ao neoliberalismo tende a considerá-lo como algo externo, exclusivamente institucional, assim como uma política pública facilmente reversível ou como um governo com prazo determinado para início e fim. Críticas rasas ao neoliberalismo costumam percebê-lo como um adjetivo negativo, uma expressão para caracterizar uma pessoa com um posicionamento de direita, sem problematizar o seu sentido político e ideológico. Sem se dar conta que a hegemonia neoliberal só foi possível porque foi legitimada através de seus valores que foram se tornando presentes e profundamente entranhados no dia-a-dia das pessoas.

Esse fato é facilmente observado através da valorização das necessidades individuais acima das coletivas, no estímulo à competição individual desde a escola, no consumo desenfreado como satisfação pessoal, na autorresponsabilização individual por problemas sociais, políticos, econômicos etc. Se uma pessoa é ignorante ou pobre, é porque ela não se esforçou suficientemente para estudar e ascender. O foco em tudo é sempre o indivíduo. Somos levados cada vez mais a esquecer o coletivo, numa busca intermitente por nossos direitos individuais, pela liberdade de exigir esses direitos como uma propriedade, algo material, esvaziado de sentido político, social e cultural. O aspecto simbólico de nossa cidadania é preenchido pelo status do que se pode ter e consumir e acreditamos que esse é o nosso papel na sociedade. O indivíduo é ao mesmo tempo uma contraposição ao coletivo e ao Estado, ao social e ao público. O individualismo forjado a partir dos princípios neoliberais é, enfim, naturalizado através de nossas práticas cotidianas, dando pouca margem para um pensamento crítico divergente.

Os novos movimentos sociais cresceram durante a expansão do neoliberalismo no mundo e ousaríamos dizer que eles foram uma aposta equivocada deste modelo capitalista porque, com esses novos movimentos, saíram de cena o protagonismo do movimento dos trabalhadores, o sindicalismo, as questões de classe e o marxismo, questões muito caras ao capitalismo ainda hoje. Ao mesmo tempo entrariam lutas mais fragmentadas, dispersas e isoladas, que pareciam não se sustentar no tempo e no espaço, nem local e menos ainda, globalmente. A ideia de movimento social tradicional não era mais compatível com os princípios neoliberais, as pessoas não estariam mais interessadas nos problemas das classes, pois estas já não representariam as verdadeiras angústias e necessidades dos indivíduos.

Doce e feliz engano neoliberal, porque a politização das lutas feministas e antirracistas, o movimento ecológico e pela paz, por exemplo, sempre ultrapassaram as reivindicações específicas de suas categorias. Ao questionar as relações cotidianas, levaram, ao mesmo tempo, seu foco a críticas sistêmicas. Esses movimentos mostraram que eram capazes de transitar muito bem do individual ao coletivo, do local ao transnacional. O movimento antiglobalização surge nesse contexto, por exemplo. Ao problematizar o corpo como algo político, o movimento feminista transgride os valores neoliberais mostrando a importância da politização de uma esfera privada, o corpo, e denunciando como a dominação e a opressão de gênero são problemas que não foram resolvidos com os preceitos neoliberais de liberdade, individualismo e menos ainda, de propriedade privada.

Essa contextualização é importante para entendermos as principais teorias dos movimentos sociais contemporâneos. Nesse artigo utilizaremos as ideias de dois autores para conceituar o que entendemos por novos movimentos sociais. Representando a escola norte-americana de Mobilização de Recursos e Oportunidades Políticas, Tarrow (2009) entende que:

o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios. Eles agem através de repertório de confronto conhecidos, expandindo-os ao criar inovações marginais. O confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiada por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social. (Ibid., p.18)

Já para Melucci (2001), da escola europeia e responsável pela teoria dos Novos Movimentos Sociais,

um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa. Defino os limites de compatibilidade como aquela série de variabilidade dos estados sistêmicos que permite a um sistema manter sua própria estrutura... (Ibid., p.35)

É através desses conceitos que a sociologia explica a efervescência dos movimentos sociais que entraram em cena a partir do final dos anos 1960. É importante destacar nessas definições que a escola norte-americana estava mais interessada em entender como e por que surgem os movimentos. Já a escola europeia valorizava a pluralidade dos atores e das lutas. Mas as duas já indicavam a centralidade das identidades coletivas como característica dos movimentos sociais. Outro destaque deve ser dado à importância do contexto social para a compreensão dos movimentos, o que os define como uma construção histórica. Então, como aplicar conceitos de realidades tão distintas a nossa situação específica? Ao contexto histórico de uma outra realidade que é um país de dimensões continentais e latino-americano como o Brasil, onde o Estado de bem-estar social nunca se concretizou totalmente?

Ainda lutamos por direitos humanos e trabalhistas, ainda lutamos por terra, segurança, moradia, saúde etc. Nossas lutas ainda e também são redistributivas e teremos que lutar por muito tempo, pois os avanços conseguidos, principalmente nos governos petistas de Lula e Dilma, estão sendo rapidamente destruídos. Nossas sociedades, na América

Latina, são extremamente desiguais, nossas democracias são muito recentes e instáveis, temos governos autoritários... Então, como seria possível para o resto do mundo, que sequer passou pela experiência concreta do Welfare State, ignorar a importância das lutas trabalhistas, a questão das classes e o próprio marxismo, que ainda explica boa parte dessa situação?

Uma resposta possível para a aplicação de teorias sem uma análise crítica que leve em conta nossos contextos históricos parece ser encontrada através da maneira como vemos e interpretamos o mundo, através das ideologias, da ideologia neoliberal que cotidianamente recebemos e reproduzimos sem maiores questionamentos. Com ela inauguramos um processo de ressignificação de conceitos e valores, através de uma confluência perversa que Dagnino (2004) nos explica muito bem, que manipula os valores e os sentidos de nossas percepções cotidianas, de nossas lutas coletivas, mesmo que para isso se recorra facilmente a mentiras, farsas e principalmente à opressão.

Nesse contexto, é importante lembrar que falar em movimentos sociais é falar em democracia, é falar em cidadania, em direitos e deveres, é falar em participação política, é denunciar as desigualdades e a opressão. Os movimentos sociais tiveram e continuam tendo um papel revolucionário. Nesse mundo neoliberal em que predomina a manipulação da realidade social, os movimentos sociais sempre vão encontrar pelo menos três inimigos fixos: os governos autoritários e/ou fascistas, a mídia corporativa e o direito elitista. Além deles encontraremos os contra-movimentos ou movimentos reacionários financiados por agentes do mercado e/ou grupos de interesses, sempre de olho no bem público a ser possuído, mas que aparecem como atores variáveis. Ora pode ser um grupo de estudantes, ora uma bancada evangélica, etc, mas todos com o mesmo intuito de desenhar ou maquiagem a realidade social para conseguir seus objetivos, além de destruir os movimentos libertários. Assim se forja a opinião pública e se ressignificam todos os conceitos em prol do mercado e dos interesses do grande capital. A cidadania vira sinônimo de consumo, a sociedade civil se resume à atuação de algumas organizações não governamentais ou empresas sociais e o próprio movimento social é confrontado com uma espécie de valorização do ativismo individual, confuso, vago, disperso e fragmentado.

Então, a mudança dos movimentos tradicionais para os novos movimentos sociais parecia bem interessante para o neoliberalismo. Havia a possibilidade de desestruturar toda a organização sindical e todo movimento operário já comprometido pela flexibilização do trabalho no novo modelo capitalista que substituiu o Fordismo. Foi assim que o governo Fernando Henrique Cardoso começou a destruir os sindicatos no Brasil e o governo golpista de Michel Temer tentou dar o golpe final nessa categoria com a reforma trabalhista. Da mesma forma, aparentemente, parece haver uma nova aposta em um tipo de ação social cristalizada na incidência de protestos pontuais que explodiram pelo mundo a partir de 2009 e que se intensificaram em 2011 com a Primavera Árabe (HARDT & NEGRI, 2014; CASTELLS, 2013; GOHN, 2014).

Tais protestos testam as dificuldades teórico-metodológicas que a academia e a sociologia enfrentam ao lidar com a questão dos movimentos sociais hoje. Principalmente para aqueles que insistem em querer fazer com que a realidade de países periféricos, caiba dentro das teorias europeias e americanas, como uma simples aplicação de fórmulas matemáticas. Isso não quer dizer que essas teorias precisam ser abandonadas por completo, porque já não cabem mais em realidade alguma, muito menos dizer que esses movimentos, os novos movimentos sociais, já não existem ou estejam morrendo.

Não podemos deixar de reconhecer a importância dessas teorias em seus contextos históricos, ao mesmo tempo, devemos estar atentos à possibilidade delas mesmas servirem como matéria prima para manipulações, apropriações e ressignificações neoliberais. No lugar de entender as teorias criadas para os novos movimentos sociais como uma possibilidade de ampliar o horizonte político de nossas lutas, há um redirecionamento, uma substituição de interesses

e conceitos, reduzindo a possibilidade de compreensão da realidade social. Com isso em mente, podemos entrar nos protestos de junho de 2013 no Brasil.

Os protestos de junho de 2013 no Brasil

Por razões óbvias relacionadas ao tempo e ao espaço, não será possível fazer uma contextualização minuciosa da situação brasileira na ocasião dos protestos de junho de 2013. Assim optamos por citar apenas alguns marcos ou questões que nos parecem fundamentais para entendermos o que estava acontecendo no Brasil e que teria uma relação direta com os movimentos sociais e os protestos que antecederam o golpe.

Primeiro, é importante lembrar que estávamos no terceiro ano do governo da Presidenta Dilma Rousseff, com aprovação de 63% da população, enquanto a aprovação pessoal da presidenta estava em 79%, superando seus antecessores Lula e Fernando Henrique Cardoso⁵⁴. Os índices econômicos e sociais ainda estavam estáveis, com a inflação controlada e dentro da meta, a taxa de desemprego historicamente baixa, mantinha-se o crescimento da renda média das famílias, a continuidade de investimentos nos programas sociais e uma redução das desigualdades atestada por indicadores de instituições internacionais como o Banco Mundial e a ONU⁵⁵.

O segundo fato que consideramos relevante é que estávamos há pouco mais de um ano das eleições para a Presidência da República e Governos Estaduais, que aconteceriam em 2014. Embora ainda não estivéssemos em total clima pré-eleitoral, é sabido que é mais ou menos nesse período que os partidos começam a pensar, testar e articular nomes para suas pré-convenções⁵⁶ e o Partido dos Trabalhadores (PT) já havia sinalizado sua intenção de tentar a reeleição da Presidenta Dilma. Qualquer acontecimento grave nesse período teria uma forte influência no processo eleitoral do ano seguinte.

Um terceiro fato considerado muito importante e presente até hoje na vida dos brasileiros é que a base para preparação da Lava Jato já estava em andamento. Justamente nessa ocasião aconteciam discussões acirradas sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 37) que limitava o poder de investigação do Ministério Público. É válido lembrar que, em março de 2014, a Lava Jato intensificou e deflagrou suas operações fazendo escutas telefônicas e descobriram que, em 2013, o doleiro Alberto Youssef doou uma Range Rover, na época avaliada em R\$ 250 mil, para Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras. Enfim, o discurso da corrupção, posteriormente direcionado à corrupção do PT, já estava em andamento.

Porém, no país do futebol, o assunto que dominava a mídia na época era a proximidade do início da Copa das Confederações da FIFA, evento que aconteceria entre 15 e 30 de junho de 2013, que serviria para testar a preparação do país-anfitrião da Copa do Mundo de 2014 e que foi alvo de diversas críticas e protestos, como também aconteceu na realização desse mesmo evento em anos anteriores, em outros países que sediaram a Copa do Mundo.

Por fim, torna-se fundamental lembrar que, além dos Comitês Populares contra a Copa do Mundo de 2014, os estudantes também estavam ocupando as ruas do país protestando contra o aumento das passagens no transporte

54 Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/26/politica/1556287380_455877.html?fbclid=IwAR251hisF_L2JYvN_n1WIrMuUI6MZu-54pbPeTwyWqhoOxCLjW0YPAUZG0bc>. Acessado em 11 mar. 2018.

55 Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru>. Acessado em 15 fev. 2019; e: <<https://exame.abril.com.br/economia/o-antes-e-depois-de-dilma-na-economia/>>. Acessado em 15 fev. 2019.

56 Ver: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/05/campos-confirma-que-colocou-o-psb-disposicao-de-beltrame.html>>. Acessado em 11 mar. 2018; e: <<https://www.insper.edu.br/blogdocpp/uol-com-corrida-presidencial-a-todo-vapor-eduardo-campos-ainda-e-coringa/>>. Acessado em 11 mar. 2018.

público. Os estudantes estavam organizados e fazendo protestos desde 2012, sua luta aconteceu em várias capitais do Brasil e não só no Rio e São Paulo, como se costuma pensar. Capitais como Natal, Porto Alegre, Goiânia, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo foram cenários de grandes protestos em 2012, inclusive, com confrontos com a polícia, gente presa e a mídia criminalizando os estudantes, como de costume.

Os protestos continuaram em 2013 e os atores estavam organizados em grupos distintos e não só no Movimento Passe Livre (MPL), outro equívoco comum. O MPL estava à frente das ações em São Paulo e não em todo o Brasil. No Rio Janeiro se destacava o Fórum de Luta contra o Aumento das Passagens. Em Goiânia, havia a Frente contra o Aumento. Em Natal, existia o movimento conhecido como a Revolta do Busão, só pra citar alguns exemplos de como os estudantes estavam organizados em sua luta. É fato que esses protestos se intensificaram a partir de maio de 2013, pois naquele momento o governo Dilma anunciou a publicação de uma Medida Provisória que desonerava o transporte público da cobrança do PIS e Cofins, com o objetivo de evitar que esses impostos pesassem nos reajustes das tarifas e pressionassem a inflação. Mesmo assim, os empresários do setor mantiveram a intenção de promover reajustes.

Mesmo com a repressão policial e os estudantes considerados pela mídia como vândalos, esses protestos se intensificaram ainda mais no final de maio e início de junho de 2013. Uma característica forte e muito positiva do repertório de ação desses movimentos é que quase todos os dias eles estavam nas ruas, passando a impressão de que estavam, de fato, tomando e ocupando a cidade. A partir do protesto do dia 13 de junho que aconteceu em várias cidades do país, o confronto com a truculenta polícia de São Paulo deu um destaque desastroso ao evento. Com muitas pessoas feridas e presas, inclusive jornalistas, além de muitos estudantes, a mídia corporativa começou a baixar o tom do discurso de criminalização aos protestos. Ao ponto que, nos protestos posteriores, sucessiva e exaustivamente, repetiam a expressão “manifestações espontâneas e pacíficas” para referirem-se aos eventos que cresciam em todo o Brasil e foi assim até o final do mês de julho, quando os black blocks acabaram com a festa das manifestações pacíficas.

Essa fase de “protestos espontâneos e pacíficos” coincide com a evidência de outros atores e multiplicidade de demandas. Tinha grupos criticando as obras da copa do mundo, a PEC 37, a situação da saúde, da educação, a questão generalizada da corrupção e a atribuição desses erros ao Partido dos Trabalhadores que fizeram eclodir o slogan, “Fora PT”. Outro aspecto importante desse momento foi a rejeição e hostilidade de alguns grupos à participação de manifestantes com bandeiras e camisas de partidos políticos e alguns movimentos sociais tradicionais que, em seus repertórios de ação, sempre ocuparam as ruas e fizeram protestos.

Os estudiosos e a grande mídia não escondiam a perplexidade sobre o mar de gente que cada vez mais tomava as ruas, enquanto se perguntavam: quem eram esses atores, onde viviam, o que comiam, o que queriam com esses protestos? André Singer (2013) apresenta alguns dados que conseguiu juntar através de pesquisas de diversas fontes realizadas durante alguns desses protestos, onde conclui que a maioria das pessoas que estava nas ruas, não era de classe média alta e se posicionava politicamente no centro. Como são fontes, metodologias, estratégias, perguntas e interesses distintos, o próprio autor admite ser complicado e quase impossível fazer comparações entre os dados.

Mas o que achamos interessante nesse material baseado em perfis como renda, escolaridade, idade, posição política e ideológica é que ele demonstra a importância dada aos atores individuais e às mobilizações em si, como se as pessoas não tivessem conectadas a grupos e movimentos, nem fossem estimuladas por eles. Além disso, é como se o recrutamento para participação dos protestos acontecesse por pura manifestação espontânea de indignidade da população brasileira, o que acaba dando a impressão que saíram do foco, do protagonismo e da responsabilidade os atores coletivos envolvidos, suas redes de apoio, suas identidades coletivas e seus objetivos, inclusive, os objetivos políticos de uma maneira mais ampla. Enfim, destaca-se a imagem do ativista individual, não do movimento social

que ele representa, afinal os nossos valores neoliberais exigem essa percepção.

Desde o que ficou conhecido como a Primavera Árabe em 2011, virou lugar comum a grande mídia se referir aos protestos que tomaram conta do mundo como protestos surgidos espontaneamente através das redes sociais digitais, compostos por jovens de classe média, apolidários e organizados horizontalmente, ou seja, sem lideranças. As redes sociais digitais aparecem como uma entidade, que por vontade política própria consegue driblar os algoritmos da internet, disseminar, massificar, politizar e, o mais importante, levar as pessoas às ruas.

O papel das redes sociais digitais nesses protestos, com o pouco que sabemos hoje sobre as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, por exemplo, seria conteúdo suficiente para outro artigo. O mais importante aqui é mostrar que esse discurso da mídia, aparentemente inocente, facilita a categorização dos protestos, no sentido de afastá-los de movimentos sociais tradicionais e com isso criminalizá-los ou não, estimulando ou inibindo essas manifestações. Por exemplo, enquanto o movimento estudantil organizado estava sozinho nas ruas lutando pela redução dos preços das passagens, ele era considerado vândalo e indesejado pela grande mídia por incomodar a população. Depois da entrada de vários atores e múltiplas demandas, eles foram considerados manifestantes pacíficos.

Entendemos que, para os estudos das ações coletivas, não cabe a ocultação da presença ou ausência dos atores coletivos, nem a constituição de suas redes de apoio e objetivos. Nesse segundo momento das manifestações de Junho de 2013, consideradas como manifestações pacíficas, o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua e os Revoltados Online já estavam com uma presença muito forte nas ruas e nas redes sociais. No nosso entender, a sigla MBL não surgiu à toa, não é mera coincidência ser uma corruptela do MPL. Parece-nos que ela surge daquela tentativa dos grupos conservadores neoliberais de ressignificação, de apropriação do significado original das lutas estabelecidas pela sociedade civil e pelos movimentos sociais. O estudo de Marina Amaral (2016) explica muito bem como o MBL surgiu, como se organizou, como recebeu recursos financeiros e técnicos de empresas norte-americanas e como encontrou, nos protestos iniciais de Junho de 2013, o ambiente perfeito para entrar em cena e se estabelecer no cenário político nacional.

Lembramos que os protestos não começaram órfãos e sem objetivos. Sabíamos exatamente os grupos que estavam nas ruas, seus objetivos e seus inimigos, mas a partir dos protestos do dia 17 de Junho, a repercussão midiática positiva serviu como um estímulo para que mais pessoas, indignadas com a violenta resposta da polícia paulista, ocupassem as ruas. A partir daí os primeiros atores sociais, movimentos como o MPL, não sabiam mais dizer ao que vieram. Eles não tinham mais o controle do que estava acontecendo. Quando o movimento estudantil saiu de cena, mas não das ruas, a demanda do aumento das passagens perdeu o protagonismo, em parte porque suas reivindicações foram atendidas, em parte porque já existia uma multiplicidade de atores e demandas nas ruas, tornando complicado entender quais eram as reais prioridades dos protestos.

É importante salientar que não houve aumento de passagem em nenhum estado brasileiro. Mesmo assim, os estudantes organizados e uma multidão de pessoas continuavam ocupando as ruas. É compreensivo pensar no sentimento de potência que o gosto da vitória trouxe para os manifestantes. Se aliarmos isso ao sentimento de força coletiva que emanava da multidão que ocupava as ruas, esses manifestantes pareciam acreditar que poderiam transformar tudo (“o gigante acordou”), esquecendo-se porém, de determinar o que seria esse tudo que deveria ser mudado e como essa mudança deveria acontecer. É inevitável concluir que já estava em andamento um conflito difuso, uma disputa pelo sentido político dos protestos de Junho no Brasil.

Se voltarmos àquelas definições de movimentos sociais que são utilizadas até hoje, no nosso ponto de vista é

perfeitamente possível aplicá-las à primeira fase dos protestos de junho, já que existiam organizações coletivas em conflito (estudantes X empresas do transporte público), objetivos e inimigos definidos. Já a partir da segunda fase se torna extremamente confuso compreender o que aconteceu através desses conceitos e definições, pois, como grupos tão distintos, com propostas tão múltiplas, poderiam forjar uma identidade coletiva ou mesmo definir o conflito que romperia uma determinada situação ou ordem social? Como tantas demandas poderiam se traduzir em um objetivo concreto? Quem era ou quem eram os seus inimigos, os empresários? Os políticos? O governo Dilma?

Se tivermos em mente os valores neoliberais mencionados anteriormente, com sua ênfase no individualismo, torna-se mais fácil entender porque cada manifestante fazia questão de levantar seu cartaz com reivindicações inovadoras, engraçadas e tão distintas, mantendo uma distância cuidadosa de movimentos sociais consolidados e partidos políticos. Curioso é não questionar, sendo realmente levada a sério a exigência desse afastamento de grupos tradicionais, por que o próprio movimento estudantil não foi banido dos protestos, já que podemos considerá-lo como um movimento social tradicional? De fato, mais tarde ele perdeu totalmente o seu protagonismo nas manifestações.

Essa perspectiva poderia criar uma confusão suficiente para não se pensar mais em movimentos sociais e só em protestos individuais que não cabem mais dentro das teorias de movimentos sociais citadas. Por outro lado, é inegável que o momento dos protestos de 2013 configurou um excelente momento de oportunidade política, presente na teoria de Tarrow (2009), uma oportunidade de inserção numa fissura política forjada, em que grupos ou forças conservadoras ocultas, aos poucos, foram dando as caras.

A proximidade do golpe

Se as pessoas que estavam nas ruas em 2013 não sabiam exatamente o que queriam, o MBL, o Vem Pra Rua, os Revoltados Online, a grande mídia, alguns partidos de direita, como a juventude do PSDB, e o poder judiciário sabiam. Sem pudor nenhum, em entrevista ao Programa do Jô, exibido pela Rede Globo em 2015, o procurador da República Deltan Dallagnol definiu as manifestações de 2013 como uma indignação do povo brasileiro que foi para as ruas pedir o fim da corrupção. Na mesma entrevista, ele fala que o surgimento da Operação Lava Jato foi uma conspiração do universo e uma resposta de sua categoria às exigências da população. Só faltava explicar que ela seria a materialização dos desejos da consciência coletiva brasileira, nos termos de Durkheim.

Esses atores sociais encontraram nesses protestos o ambiente perfeito pra levar sua proposta adiante e seguir com manifestações, agora objetivamente, para onde eles queriam: desestabilizar o governo Dilma e desqualificar o PT. Enquanto nós, da academia, tivemos pudor em fazer análises no calor dos acontecimentos, esses atores não tiveram pudor nenhum em tomar as rédeas da situação e em aproveitar competentemente o momento forjado de oportunidade política, para esclarecer os acontecimentos, revelando o descontentamento generalizado da população brasileira com a corrupção e com os políticos. Mas não era qualquer corrupção, nem toda a classe política. As manifestações que sucederam aos protestos de Junho de 2013 evidenciaram a centralidade e as consequências desastrosas do problema da corrupção na administração pública brasileira sob o comando petista. Para isso, era mesmo muito bom e importante que houvesse muitas demandas, para forçar uma crise política, mostrando que tudo estava mal no Brasil. Independentemente dos bons indicadores econômicos e sociais e da boa aprovação do governo, a sociedade exigia mais.

O ano de 2014 seguiu com uma série de protestos de ruas alinhados politicamente com a direita. Mesmo o destaque recebido pela campanha Não Vai ter Copa, já presente nos protestos de Junho de 2013, por não apresentar qualquer proposta consistente às suas demandas, acabou por também incorporar o vigor da força conservadora que seguia

ocupando as ruas. É importante lembrar que nesses protestos estavam presentes movimentos organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros movimentos considerados de esquerda e libertários, mas, o que acabou predominando mesmo foi a turma do “Contra tudo que está aí”, que no fundo era o mesmo que dizer “Contra o PT”.

Mesmo assim, em 26 de outubro de 2014, a presidenta Dilma se reelegeu com mais de 54 milhões de votos. No final do mesmo mês o PSDB pediu auditoria na eleição presidencial, demonstrando total relutância em aceitar o resultado de um processo eleitoral legítimo e democrático e, juntamente com o MBL, inaugurou em 5 de Dezembro uma série de protestos em São Paulo, depois em todo o país, agora especificamente contra Dilma e o PT. Manifestações que se estenderam por todo o ano de 2015, alcançando mais de 300 cidades do Brasil em 2016⁵⁷. Apesar de outros movimentos também ocuparem as ruas nesse mesmo período, como o Movimento de Mulheres, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MTST, entre outros, todo o destaque da grande mídia brasileira, como a Rede Globo, por exemplo, foi dado aos movimentos de direita contra a presidenta Dilma e o PT, muitas vezes com chamadas, verdadeiras convocatórias para a agenda dos protestos, com transmissões ao vivo aos domingos, durante todo o horário em que aconteciam os eventos, com o mesmo jargão das manifestações espontâneas e pacíficas, iniciado anteriormente.

Esse cenário se estendeu até o Golpe, foi reforçado pela intensificação das atividades da Operação Lava Jato e os embates, entre ameaças e chantagens, do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha e a Presidenta Dilma.

Pós-golpe e as eleições de 2018

A partir do afastamento da Presidenta Dilma, houve uma diminuição na frequência de protestos dos movimentos de direita e um aumento de protestos e ocupações dos movimentos de esquerda, obviamente sem a mesma repercussão midiática. Talvez por isso, muita gente acredite que não houve manifestações contra o golpe. Outro fato que corrobora essa impressão foi a rapidez com que o desmonte das conquistas dos governos petistas foi ocorrendo (“cada dia um novo golpe”), o que forçou os movimentos de esquerda a protestar, não só contra o impeachment, mas contra as primeiras e desastrosas medidas do governo Temer. É importante citar algumas dessas medidas que tiveram impacto direto nos direitos humanos e nos movimentos sociais.

Para começar, a equipe de ministros nomeados por Temer foi composta apenas por homens brancos e ricos ou de classe média alta. As nomeações, por si só, já representaram um insulto aos movimentos sociais de esquerda. No primeiro dia em que assumiu a Presidência interina, Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Estes foram transformados em secretarias integradas a outras pastas.

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário foi integrada à Casa Civil e comandada por Eliseu Padilha, vinculado à bancada ruralista. A medida foi vista como um ataque à agricultura familiar, que respondia por 70% da produção de alimentos, e à reforma agrária, principal luta de um dos maiores movimentos sociais da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para a Secretaria de Direitos Humanos, Temer nomeou a professora evangélica Flávia Piovesan, assumidamente fiel aos valores bíblicos e contrária à descriminalização do aborto – inclusive em casos de estupro, permitido por lei no Brasil. Para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foi nomeada a desembargadora Luislinda Valois, que ficou conhecida depois que o jornal O Estado de S. Paulo revelou que a

⁵⁷ Ver: <<https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>>. Acessado em 11 mar. 2018.

ministra pediu para acumular seu salário de desembargadora aposentada com a remuneração da pasta, alegando “trabalho análogo à escravidão”.

Estas últimas secretarias foram integradas ao Ministério da Justiça e Cidadania, então comandado por Alexandre de Moraes, outra nomeação afrontosa para os movimentos sociais, pois, como secretário da Segurança Pública de São Paulo, ficou conhecido pela violência excessiva em protestos e atos públicos, como a que foi empregada contra os estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas em 2015 e 2016.

Poderíamos discorrer sobre várias medidas consideradas como verdadeiros golpes aos movimentos sociais e à sociedade civil, entre elas as relacionadas ao trabalho, como a Lei da Terceirização e posteriormente a Reforma Trabalhista, que retirou direitos históricos dos trabalhadores para flexibilizar o mercado de trabalho; a aprovação da PEC do Teto, que congelou os gastos públicos por 20 anos, comprometendo os investimentos em áreas essenciais como saúde e educação; o desmonte da Funai e a paralisação dos processos de demarcação das terras indígenas; os cortes substanciais em todos os projetos sociais do governo, como o Minha Casa Minha Vida; a intervenção militar no Rio de Janeiro, com o argumento de deter a onda de violência vivida naquele Estado. Devemos lembrar que essa intervenção chegou quando se esperava uma reação gradativa dos movimentos sociais, com protestos contra o Golpe, contra o governo Temer e contra a prisão coercitiva e depois definitiva do ex-presidente Lula em 2018.

Nefastas considerações

Essas observações servem para desenhar um pouco do cenário que os movimentos sociais organizados e de esquerda tiveram que enfrentar, entre espasmos e confusões, até a chegada das eleições de 2018. É extremamente importante colocar que foi um cenário de ameaças e criminalização, não só por parte do governo Temer, mas por uma visível aliança de interesses entre esse governo, o Poder Judiciário, os novos movimentos de direitas e a grande mídia, que mais do que nunca teve uma importância decisiva na manipulação da opinião pública. Não seria exagero denunciar o clima de terror vivido pela sociedade civil nesse percurso que trilhamos desde as manifestações de Junho de 2013, inclusive com a ameaça de suspensão das eleições de 2018 pairando no ar e o retorno dos militares à cena política nacional, cuja presença se expande até os dias de hoje.

É possível considerar que o MBL foi o grande herdeiro dos protestos de 2013, pois ele conseguiu capital político suficiente para dar sequência às manifestações, até o Golpe, o impeachment da Presidenta Dilma em 2016. Podemos supor que o golpe não aconteceu já em 2013 porque se acreditava que a força do descontentamento da população brasileira, demonstrada nas manifestações de ruas e redes sociais digitais, seria suficiente para levar a direita à vitória nas eleições de 2014, ou melhor, suficiente para fazer o PT perder as eleições.

Aos novos ativistas que ocuparam as ruas pela primeira vez em 2013, cabe uma reflexão que extrapole as selfies postadas em suas redes sociais digitais e ela deveria iniciar pela honestidade da resposta a uma simples pergunta: por que fomos às ruas em 2013 e não estamos nelas agora? Aos movimentos de esquerda que tentaram engrossar as fileiras das manifestações, coletivamente ou através da participação de seus membros, individualmente, cabe uma reflexão mais profunda, já que a estes não é permitida a ingenuidade de acreditar que mobilizações tão grandes acontecem por força ou conspiração do universo, sem interesses, sem patrocinadores, sem sentido e sem consequências políticas.

Agora, o desafio que os movimentos sociais libertários enfrentam, além de resistir, é superar a perplexidade gerada por todos esses golpes e retrocessos, para insistir em cumprir o seu papel na história das lutas por uma sociedade mais justa. Se algum gigante despertou em 2013, definitivamente, esse gigante não foi a sociedade civil, nem os movimentos sociais emancipadores, mas as sombrias forças conservadoras e fascistas que chegaram ao poder com a eleição de Bolsonaro em 2018.

Referências

AMARAL, Marina. *Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires, Clacso, 2004. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos movimentos sociais: questões da nossa época*. São Paulo: Cortez, Vol. 47, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

HARVEY, David. *Breve historia del neoliberalismo*. Madri: Akal, 2007.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 97, novembro de 2013.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

O GOLPE DE 2016 E O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO

Liana Lewis^{58*}

RESUMO

Ao longo da história do Brasil o povo negro tem sido recorrentemente submetido a diversos e profundos processos de violência que desautorizam sua plena humanidade. Um imaginário de comunidade fundado através do Mito da Democracia Racial tem implementado um revisionismo que insiste em negar as dicotomias raciais que compõem nossa sociedade. Este artigo tem por objetivo analisar como o genocídio negro no Brasil constitui um projeto de Estado – apesar de sua corrente negação por parte considerável da sociedade –, e discutir como o Golpe de 2016 que resultou no Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff representa, dentre outras coisas, uma interrupção de um projeto de reconhecimento da violência racial a que é submetida o povo negro, posto que apresentava um projeto de dignificação desta população. Para tanto, lançaremos mão do termo continuum genocida que implica em uma compreensão mais ampla do genocídio, indo além das definições oficiais e do senso comum que o restringe à morte física e impedimento de nascimento

Palavras-chave: Genocídio Negro. Continuum Genocida. Golpe de 2016. Comunidade Imaginada.

Introdução

O emprego do conceito de genocídio à população negra é amplamente contestado porque presume-se restrito ao holocausto judeu. A ideia de sua redução e exclusiva associação aos horrores da Segunda Guerra Mundial sofridos pelo povo judeu implica em uma disputa pelo lugar do sofrimento permeada pela branquitude (FLAUZINA, 2014), na medida em que os judeus sempre ocuparam um espaço ambíguo em relação à categorização racial, ora branco, ora posicionado como de espécie diferenciada da branquitude europeia. No caso brasileiro, em específico, a contestação em relação ao uso do termo dá-se por sua contraposição à forma como construímos uma narrativa sobre as relações raciais, sobre o imaginário da constituição do povo e da nação.

A acepção moderna do termo genocídio – “genos”, do grego significando raça ou tribo e “cide”, do latim, significando matança – foi cunhado pelo jurista judeu polonês Raphael Lemkin, refugiado da ocupação nazista, como resposta aos horrores do holocausto. Lemkin definiu genocídio, em 1944, como dizendo respeito à destruição intencional de um grupo nacional com base em sua identidade coletiva. Para ele, além do extermínio físico, o genocídio diz respeito também ao extermínio cultural, às instituições políticas, linguísticas e religiosas (JONES, 2006). Em suas palavras, genocídio constitui a

destruição de uma nação ou grupo étnico... De maneira geral, genocídio não significa uma destruição imediata de uma nação, exceto quando acompanhada de assassinato em massa de todos os membros de uma nação. Ele possui a intenção de dar sentido a um plano coordenado de diferentes ações visando a destruição das fundações essenciais dos grupos nacionais, com a finalidade de aniquilar os próprios grupos. Os objetivos de tal plano seria a desintegração das instituições políticas e sociais da cultura, língua, sentimentos nacionais, religião e a existência econômica de grupos nacionais, e a destruição da segurança pessoal, liberdade, saúde, dignidade e

58 * Gostaria de agradecer aos colegas Fatima Cruz, Thiago Panica Pontes e Cloves Luiz Pereira de Oliveira pela leitura atenta e sugestões que ajudaram na finalização deste artigo.

mesmo as vidas dos indivíduos que pertencem a tais grupos. Genocídio é direcionado contra o grupo nacional enquanto uma entidade e as ações envolvidas são direcionadas contra indivíduos, não em suas capacidades individuais, mas como membros de um grupo nacional (LEMKIN apud JONES, 2006, p.10).

A apropriação do conceito pela ONU na Convenção sobre a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, aprovada em 9 de dezembro de 1948 e tornada efetiva em janeiro de 1951, foi resultado de uma disputa entre países imperialistas como França, Inglaterra e Estados Unidos, os quais, de acordo com a concepção original, teriam que responder por crimes de genocídio. Houve então uma redução do conceito à ideia de destruição física ou impedimento de perpetuação da vida de alguns grupos (VARGAS, 2010).

No entanto, estudiosos da temática (HINTON, 2002; JONES, 2006) consideram esta definição extremamente limitada e problematizam sua restrição histórica ao holocausto judeu. Concordamos com essa crítica que nos permite, assim, partir do pressuposto de que o extermínio físico não é a única tecnologia mobilizada contra uma determinada população. Neste sentido, Jones (2006) caracteriza o genocídio também por ações que ferem a dignidade e a possibilidade de vida plena dos indivíduos de um determinado grupo. O conceito de genocídio que utilizaremos diz respeito, então, não apenas a uma sistematização da morte física, mas, retomando o conceito original de Raphael Lemkin, a uma morte que diz respeito aos aspectos mais amplos que compõem a vida de indivíduos de determinados grupos sociais.

Aqui, o trabalho da antropóloga Nancy Scheper-Hughes também nos ajudará a fazer a ponte com o caso brasileiro. Na clássica obra *Death without Weeping- The Violence of Everyday Life in Brazil* publicada em 1993, Scheper-Hughes observou que mulheres brasileiras, diante de uma vida profundamente precária e dado o alto índice de mortalidade de suas crianças, passam por um processo de dessensibilização e mesmo de cumplicidade em relação a este evento. A autora então lançou o conceito de continuum genocida. Para Scheper-Hughes, a ação genocida incide no nível micro através de uma erosão da cidadania a partir das instituições. O continuum genocida consiste em

uma multiplicidade de “pequenas guerras e genocídios invisíveis” conduzida nos espaços sociais normativos das escolas públicas, clínicas, salas de emergência, pavilhões de hospitais, casas de repouso, salas de audiência judicial, prisões e necrotérios. O continuum se refere à capacidade humana de reduzir outros em não pessoas, em monstros, ou a coisas que dão estrutura, sentido e rationale a práticas diárias de violência. É fundamental que reconheçamos em nossa espécie (e em nós mesmos) uma capacidade genocida e que nós exercitemos uma hiper vigilância, uma hiper sensibilidade em relação aos menos dramáticos, permitidos, atos cotidianos de violência que tornam possível a participação (sob outras condições) em atos genocidas, talvez, de maneira mais fácil do que gostaríamos de reconhecer. Eu incluiria todas as expressões de exclusão social, desumanização, despersonalização pseudo-evolução e reificação que normalizam comportamentos atroz e violentos em relação aos outros (SCHEPER-HUGHES apud JONES, 2006, p. 299).

A ideia de continuum também é utilizada nessa mesma acepção por Leo Kuper. O autor desnaturaliza as ações genocidas observando ser o assassinato em massa de seres humanos repugnante, o que tornaria necessário um trabalho de legitimação ideológica (KUPER apud JONES, 2006). É a partir desta prerrogativa que Jones (2006) questiona o que torna o genocídio possível. Assim como para Scheper-Hughes, para este autor sua realização faz parte justamente de um continuum, sendo percebido pelos perpetradores e, até mesmo pelas vítimas, como algo rotineiro, esperado e até justificável (como no exemplo das chamadas “chacinas”). No caso brasileiro o genocídio negro é justificado através

da negação do racismo como problema. Como resultado existe uma miopia social em relação a esta violência. Esta miopia, que nada tem de fortuita, tem a ver com a forma como nos constituímos historicamente, como nos imaginamos como comunidade.

Comunidade imaginada, a negação da questão racial e as tecnologias da morte

O Estado-nação, um dos principais resultados da modernidade, constitui o que Benedict Anderson denominou comunidade imaginada. Na obra *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo* (2008), o autor observa o caráter homogeneizador e construído da nação, apesar de recorrentemente a tomarmos como algo natural. Para Benedict Anderson nação é

uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (2008, p. 32).

No caso brasileiro, nossa comunidade imaginada foi constituída de modo a desconsiderar a violência colonial e estatal contra a população negra através de um artifício de negação da questão racial. Nosso ideário de comunidade imaginada implica em um solapamento da categoria racial, utilizando no seu lugar classe social como classificação hegemônica das hierarquias sociais. Fundamental para este solapamento da categoria racial tem sido uma narrativa teorizada e amplamente divulgada por Gilberto Freyre (2006) acerca da miscigenação racial como supostamente originária de uma metarraça brasileira. De acordo com Freyre, devido a uma forma particular de composição cultural, o português, durante os séculos de colonização, teria se mostrado afeito a uma relação de abertura para com os dominados (indígenas e africanos), o que resultaria em uma mescla cultural e biológica que nos impediria de pensarmos os brasileiros por meio de categorias raciais binárias. A miscigenação garantiria uma horizontalidade aos grupos que seria quebrada apenas por fatores religiosos e culturais. Ainda de acordo com o autor, o caráter especialmente plástico do português, diferentemente dos anglo-saxões e espanhóis por exemplo, haveria assegurado um processo colonizador particularmente harmônico.

Essa forma de nos pensarmos foi definida por Florestan Fernandes (2008) como o mito da democracia racial. De acordo com Florestan, nosso racismo se estrutura através de determinadas etiquetas do cotidiano, e não na forma da lei jurídica, sendo assim, diferente do que ocorria à época nos Estados Unidos com a política de Jim Crow e na África do Sul com o Apartheid. Como consequência, as relações raciais no Brasil eram vistas como que despidas de seu conteúdo eminentemente violento e hierarquizador. Não é por acaso que Hasenbalg (2005) observa que um dos resultados da ideia de democracia racial é a culpabilização do grupo negro por seus infortúnios e uma correlata redenção da sociedade e do Estado. O resultado desse processo é que a ideologia negacionista da categoria racial por parte da população brasileira aponta não apenas para a manutenção da violência racial nas relações cotidianas, como também para uma ausência da parte do Estado no que diz respeito ao direcionamento de políticas que corrijam a desigualdade estrutural entre os grupos raciais.

O mito da democracia racial apresenta-se como fundante da nossa comunidade imaginada, ou seja, de nossa constituição identitária, operando de modo a elidir a categoria raça através do pressuposto de que uma população am-

plamente miscigenada seria impedida de ser definida através de uma polarização entre cores (LEWIS, 2014). Como consequência, a despeito dos fatos densamente evidenciados por pesquisas localizadas no Atlas da violência (IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019), jamais se estabeleceu perante a opinião pública, ou mesmo nos meios acadêmicos, o reconhecimento da existência de um projeto de extermínio da população negra, sendo a violência perpetrada contra ela percebida como resultado de um legado exclusivamente, ou principalmente, socioeconômico. Para Abdias do Nascimento, na obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978, p. 93),

devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilegio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes.

Através de Abdias do Nascimento, concluímos que o processo de embranquecimento, implicado na ideia de democracia racial resulta, por definição, na eliminação da negritude, indo ao encontro da ideia de continuum genocida. O genocídio, além de um dado quantitativo em relação ao número de corpos abatidos, é qualitativo ao passo em que tenta eliminar a negritude enquanto história, cultura e condição. Assim, para compreendermos as tecnologias de aniquilação do povo negro precisamos lançar mão da categoria Raça, situando-a a partir da perspectiva teórica que utilizamos. Por raça, entendemos uma categoria discursiva, socialmente construída, tomando como base representações acerca do dado biológico (e não o biológico em si) e que estabelece e reproduz hierarquias entre grupos (HALL, 2003; VERAS; ALBERNAZ; LEWIS, 2009). Vamos argumentar agora ser raça uma categoria central na regulação estatal da população, regulação esta que se dá, inclusive, através da morte. Por conseguinte, o continuum genocida, definido na seção anterior, faz-se presente através de um poder de morte empregado e administrado pelo Estado. Um conceito fundamental para pensarmos esta questão é o necropoder cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2011) a partir do conceito de biopoder de Foucault.

Para Foucault (2000), o biopoder veio, a partir do século XVIII, a completar o poder do soberano que representava o poder de morte sobre os súditos. No novo ordenamento do Estado moderno, o poder passa a dizer respeito à administração dos corpos individualizados (poder disciplinar) pelas instituições em geral e à gestão da vida do corpo coletivo (biopoder) pelo Estado em particular através do que ele denomina de estatização do biológico. Agora a vida é possível, algo acessível, e o biológico ocupa um lugar central no conhecimento, organização e controle da vida. A governamentalidade diz então respeito ao cuidado e propagação da vida. Ao demonstrar que o poder do soberano e o biopoder não se excluem, mas podem operar de maneira complementar, Foucault denuncia um projeto de erradicação racial por parte do Estado através da separação entre as vidas que merecem ser potencializadas pelo Estado e as que devem ser ignoradas, em especial através do racismo:

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. Vocês estão vendo que aí estamos, no fundo, muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. Também estamos muito longe de um racismo que seria uma espécie de operação ideológica pela qual os Estados, ou uma classe, tentaria desviar para um adversário mítico hostilidades que estariam voltadas para eles ou agitariam o corpo social. Eu creio que é muito mais profundo do que uma velha tradição, muito mais profundo do que uma nova ideologia, é outra coisa. A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade, não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder. Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder. Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da história, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza (FOUCAULT, 2000, p. 308-309).

O conceito de necropoder, de Mbembe (2011), atualiza o conceito de biopoder na medida em que afirma que o Estado não apenas “faz viver e deixa morrer”, mas produz zonas de morte agindo ativamente com o objetivo de exterminar grupos de pessoas. Neste sentido, Berenice Bento (2018) observa a relação indissociável entre biopoder e necropoder no contexto do Estado brasileiro. A autora argumenta que o Estado escolhe quais vidas/corpos merecem ser investidos pelo Estado e quais vidas/corpos podem ser desinvestidos ou mesmo exterminados. A governamentalidade e o poder soberano atuam de maneira sincronizada, de modo intimamente interdependente. A governamentalidade então não diz respeito apenas ao cuidado da vida, mas à produção de corpos descartáveis.

A este respeito, Frantz Fanon, na obra *Pele negra, máscaras brancas* (2008), observa que a partir do colonialismo europeu existe uma produção de desumanização do negro. De acordo com Fanon, a única saída para o negro é a identificação com o branco. Esta identificação aponta para uma violência subjetiva e cultural erradicando possibilidades de resistência e afirmação da negritude como identidade positiva. Já em *Os condenados da terra* (2006), última obra do autor, Fanon elabora uma refinada análise do colonialismo europeu desnudando suas estratégias de violência e apontando as possibilidades de resistência. Para o autor, existe uma impossibilidade de coexistência entre o mundo do colonizador e o do colonizado. Ele descreve seus espaços de morada como representantes da territorialização da raça e do projeto de aniquilação do povo negro:

A zona habitada pelos colonizados não é complementar à zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas se opõem, mas não a serviço de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, elas obedecem ao princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, nunca vistos, nem mesmo sonhados. Os pés do colono nunca se mostram, exceto talvez no mar, mas nunca se está bastante próximo deles. Pés protegidos por sapatos fortes, enquanto as ruas das cidades são limpas, lisas, sem buracos, sem pedriscos. A cidade do colono é uma cidade empanturrada, preguiçosa, seu ventre está sempre cheio de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a medina, a reserva é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ali, nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada (FANON, 2006, p. 55, 56).

Esta passagem de Fanon é exemplar de como o biopoder atua através da omissão do Estado em relação a política públicas resultando em um projeto de continuum genocida do povo negro através da territorialização da vida indigna. No caso brasileiro esta omissão do Estado se orchestra com sua presença através da força policial cujo principal objetivo é o controle através da erradicação de corpos negros. A falta de compreensão desta dinâmica se dá justamente pela forma como construímos nossa auto compreensão enquanto comunidade imaginada a partir do mito da democracia racial, um mito que constrói uma narrativa de homogeneização, que obnubila a real negação da humanidade plena em relação ao povo negro. Tal mito visa unificar a identidade racial através da ideia do miscigenado, lançando ao esquecimento os conflitos que operam na constituição das identidades raciais e nas vidas concretas dos grupos raciais. Na próxima sessão observaremos como esta narrativa própria à comunidade imaginada nos previne de perceber que o Golpe de 2016 teve como um de seus objetivos primordiais o reordenamento de poder com o intuito de ampliar os privilégios dos poderosos em detrimento do povo negro.

O Golpe de 2016 e a aniquilação da reparação racial: o Estado e o genocídio negro

A forma por excelência para combater o genocídio negro é a implementação da reparação racial por parte do Estado. A ideia de reparação, juridicamente falando, remonta à Segunda Guerra Mundial, tomando como base a exploração dos bens dos judeus e a restituição às vítimas e descendentes. Posterior a este período a reparação tem adquirido outros significados e tem sido utilizada em contextos diversos. Em relação à questão racial, um marco importante foi a Conferência de Durban contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância, realizada em 2001, onde 100 ONGs africanas demandaram reparações em decorrência do processo de colonização e de escravidão (SAILLANT, 2009). A importância deste evento se deu através da compreensão de que a reparação diz respeito a uma violência não apenas histórica, mas estrutural, e que o Estado, propagador desta violência, deve assumir a sua responsabilidade.

No caso brasileiro, a ideia de reparação remonta aos primórdios do Movimento Negro em 1930 em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando os ativistas já criticavam as condições sociais e econômicas impostas aos descendentes de escravos. Em 1970, houve uma maior politização do Movimento quando este sofre influência dos Direitos Civis Norte-Americanos da década de 1960. No período posterior à Ditadura Militar, essas reivindicações ganham impulso através dos movimentos sociais e de direitos humanos que se tornam visíveis e ganham legitimidade. A partir da ideia de Ações Afirmativas, o Movimento Negro demanda cidadania plena através de melhoria no acesso à educação, saúde e cultura.

É a partir destas demandas que em março de 2003, logo no início do primeiro mandato do Presidente Lula, é instituída a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), com status de Ministério. Pela primeira vez na história do país um Ministério se ocupa da questão racial. Este é um marcante reconhecimento de que o racismo é um

poder definidor das vidas das populações, de que a ideia de democracia racial não dá conta da nossa estrutura social, e da necessidade de haver políticas públicas específicas que visem a correção das profundas desigualdades raciais.

Foi ao longo do governo do PT que foram implementadas importantes Ações Afirmativas, como a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas redes de ensino pública e privada, as cotas raciais nas universidades, bem como nos concursos públicos, assim como a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Além destas políticas direcionadas ao povo negro, políticas universalistas direcionadas à camada popular como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, política de valorização do salário mínimo, política de crédito, impulsionamento de geração de empregos, na maioria formalizados, findou por beneficiar, em sua maioria, negros e mulheres (PONTES, 2015).

A mudança de perspectiva do governo a partir do Golpe de 2016 é anunciada pela observação dos seus slogans, uma síntese da compreensão do governo em relação à sociedade e Estado e seus objetivos para com estes. Nos dois mandatos do governo Lula o slogan “Brasil, um país de todos”, o slogan do primeiro mandato de Dilma “País rico é país sem pobreza”, e do segundo mandato “Pátria Educadora”, implicaram em um projeto de inclusão social no qual as distinções são postas de lado (primeiros dois slogans) para desaguar em um projeto de utilização dos recursos do pré-sal para a educação pública (terceiro slogan) que, através das cotas, já apontava para um projeto de dignidade para os grupos subalternos. A passagem para o slogan do governo de Michel Temer, resultante do golpe de 2016, “Ordem e Progresso”, em seu explícito caráter positivista e conservador, aponta para um reordenamento que exige submissão dos subalternos. Este slogan foi de imediato acompanhado por outro que já indicava seu caráter autoritário e as perdas que seriam impostas às camadas populares: “Não pense em crise, trabalhe”.

Esta abrupta mudança de perspectiva foi possível graças a uma confluência de forças conservadoras que, através de setores do próprio Estado (parlamento e judiciário) e um poderoso aparelho de Estado (mídia), inovaram na forma de usurpar o poder: o governo e seu partido foram diuturnamente alçados ao posto de inimigo interno, ao passo que o parlamento minava toda forma de governabilidade e o judiciário construía uma narrativa de legalidade atropelando, de maneira vexaminosa e partidária, preceitos básicos da literatura jurídica.

Concordamos com a afirmação de Teixeira e Pinho (2018) de que o Golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a Presidenta Dilma veio atender a um projeto de incompatibilidade entre o capitalismo em sua versão financeirizada e a democracia representativa. Como resultado, ficam postas de lado as políticas de proteção social e a regulamentação das relações entre o capital e o trabalho. Ainda de acordo com os autores, ocorre uma imunização da política econômica em relação às pressões democráticas de base, o que é possível graças à manutenção de uma forte coalizão política que representa diretamente os interesses das elites conservadoras. Eles lembram que os retrocessos sociais da década de 1990 não conseguiram materializar-se em um contexto democrático; isto só foi possível graças à consolidação do Golpe⁵⁹.

Dwek, Oliveira e Rossi, na obra *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil* (2018), observam que, a despeito da fragilidade dos argumentos que justificam a austeridade econômica, argumentos estes que não possuem fundamentação em evidências, o debate público no Brasil encontra-se contaminado pela ideia de suas supostas qualidades positivas. Os autores afirmam ser a austeridade um programa que, na realidade, objetiva a concentração de renda e riqueza comprometendo o futuro das gerações vindouras, aumentando a desigualdade social e destituindo os direitos dos cidadãos. A partir deste discurso foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que, ao

⁵⁹ As políticas de austeridade foram adotadas pelo governo Pós-Golpe sem passar por um debate público, de modo desprovido de transparência, sendo que o apoio ao governo partiu de forças ligadas ao mercado. Estas forças impuseram a abdicção da soberania, um violento processo de privatizações, desmonte da rede de proteção social, corte com gastos sociais, desregulação de políticas ambientalistas, etc. (TEIXEIRA; PINHO, 2018). Estes retrocessos impactam sobremaneira a população negra, visto que ela se encontra em franca desvantagem em relação à população branca nos mais diversos indicadores socioeconômicos.

congelar o aumento dos gastos públicos por vinte anos, representa um projeto de desconstrução de um dos pilares da Constituição de 1988, a saber, a cidadania social.

O discurso sobre a democracia racial facilmente estorvaria nossa percepção da dimensão racial deste desmonte, na medida em que todo o aparato conceitual das medidas recessivas aparentam ter bases generalistas, ou seja, os cortes atingiriam as várias camadas, com destaque especial apenas para a dimensão social/econômica, a saber os mais pobres. No entanto, desde o Golpe é gritante a emergência de uma nova geografia racial dos corpos. Cena comum nas grandes cidades brasileiras é o aumento exponencial de pessoas em situação de rua, seja trabalhando de maneira extenuante nos semáforos sob sol a pino, seja solicitando esmolas nas ruas e nos transportes públicos com, muitas vezes, famílias inteiras dormindo nas ruas. Habitar a rua é a maior representação da precarização da vida: corpos em situação de absoluto desamparo e vulnerabilidade a toda sorte de violência. Quem olha estes corpos desafiando a invisibilidade da profunda violência racial? Quem percebe ser a negritude definidora desta situação desumanizante?

Esta invisibilização dos corpos, a dessensibilização frente ao sofrimento, a degradação da vida do povo negro, são provas de que este está submetido a um continuum genocida. As estatísticas oficiais são testemunhas da racialização da precarização da vida, do aprofundamento do continuum genocida no período pós-golpe. Através destas podemos observar que, se nos governos do Partido dos Trabalhadores houve, especialmente em relação à ocupação e à educação, uma melhora de vida da parte dos negros, no período pós-golpe acontece o contrário: melhora nas condições dos brancos e correlata piora em relação aos negros. Como exemplo, no que diz respeito ao trabalho, observa-se que a taxa de desocupação de pessoas em idade ativa em 2014 para brancos foi de 5,6 % e para negros 8,1% representando uma diferença de 2,5%. Já no ano de 2017, a de brancos saltou para 10% e de negros para 14,7% representando uma diferença de 4,7%. Ou seja, um ano após o Golpe, a diferença de porcentagem de desempregados brancos e negros praticamente duplicou (IBGE, 2018, p. 37).

Em relação ao rendimento por ocupação, percebemos que entre os anos 2014 e 2017, ocupações majoritariamente negras como Agropecuária (60,8%), Construção (63,0%) e Serviços Domésticos (65,9%) tiveram uma clara perda (de R\$ 1.238 para R\$1.223; de R\$ 1.802 para R\$ 1.687 e de R\$ 852 para R\$ 832 respectivamente), enquanto ocupações majoritariamente brancas como Administração Pública, Educação, Saúde e Serviços Sociais (51,7%) tiveram um aumento (de R\$ 3.469 para R\$ 3.721) (IBGE, 2018, p. 23).

No que diz respeito à distribuição das raças por camadas sociais, observa-se que entre os anos 2004 e 2014 houve uma atenuação das desigualdades raciais, ao passo que no período pós-golpe, esta tendência foi abruptamente revertida. De acordo com o IBGE, em relação à distribuição das raças por décimos de rendimentos, de 2004 a 2014, a representação de brancos nos três décimos superiores, ou seja, nas camadas mais privilegiadas, caiu de 41,9% para 41,7%, enquanto que em 2017 subiu para 42,8%. No período de 2004 a 2014, em relação aos negros, a representação destes subiu de 17,2% para 20,1%, caindo para 19,6% em 2017. Em relação aos mais pobres, considerando os três décimos inferiores, de 2004 a 2014 a representação de brancos subiu de 19,1% para 19,8% e em 2017 caiu para 19,1%. Já a representação de negros nos três décimos inferiores caiu de 41,6% para 38,5% no período de 2004 a 2014 e subiu para 38,7% em 2017. Fica posto que, desde o Golpe, a tendência tem sido uma retomada de maior concentração de renda entre os brancos e o correlato empobrecimento da população negra (IBGE, 2015, p. 90; 2018, p. 54).

Em relação ao acesso à educação, crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola por falta de dinheiro para pagar as despesas, no ano de 2016, a porcentagem de crianças brancas foi de 1,7% sendo esta porcentagem mantida em 2017. Já em relação às crianças negras, em 2016 esta porcentagem era de 2,0% tendo subido em 2017 para 2,3%. (IBGE, 2018)

Como outros indicadores mostraram, entre os anos de 2004 e 2014, anos anteriores ao Golpe, havia uma diminuição da diferença das condições de vida entre negros e brancos. Ainda analisando as desigualdades na educação, em relação à proporção de pessoas de 20 a 22 anos de idade que concluíram o ensino médio ou níveis posteriores entre estes anos, a diferença entre brancos e negros caiu de 24,5% para 19,1% (IBGE, 2015). Isto certamente é resultado das políticas de cotas implementadas pelo governo federal em 2012 que, apesar de não resolver por completo as diferenças raciais, tem se mostrado um caminho profícuo na diminuição destas. Podemos inferir que, com o crescente corte na área de Educação, a permanência dos alunos negros nas universidades tem sido fortemente ameaçada. Assim como tem sido ameaçada a possibilidade de vida digna para o povo negro de modo geral.

Considerações Finais

Ao longo do artigo observamos como, no Brasil, construímos uma concepção de comunidade imaginada, fundamentada na democracia racial, que insiste em negar o genocídio do povo negro. O Golpe de 2016 teve como objetivo um realinhamento de forças que impõe uma retomada de padrões históricos de violência racial. Neste cenário a possibilidade de vida digna do povo negro é drasticamente reduzida atendendo ao projeto de um continuum genocida. Em relação aos dados empíricos, demos especial atenção aos indicadores de renda, trabalho e educação. No Pós-Golpe, a perspectiva de vida do povo negro encontra-se fortemente ameaçada: dificuldade de permanência nas escolas e universidades, aumento da informalização do trabalho e crescente desemprego, diminuição de renda, para não falar da face mais visível do genocídio que é o contínuo assassinato do povo negro da parte do Estado.

Em relação ao futuro, com o delineamento da fascistização do Estado e da população diante da eleição de Jair Bolsonaro, os corpos negros têm sido massacrados com um discurso autorizado pelo governo. Várias ações do governo visam o aprofundamento do continuum genocida, a exemplo de um projeto de flexibilização das armas, que praticamente torna qualquer cidadão apto a adquiri-las (inclusive fuzis), o excludente de ilicitude, que isenta a polícia de responder por mortes utilizando argumentos que fogem a situações concretas de confronto diante da apresentação de “medo, surpresa e violenta emoção”. Ambos projetos tornam o povo negro alvo ainda mais fácil da violência de Estado e da população. Outra ação que visa o povo negro como vítima preferencial é a reforma da previdência que, dentre várias perdas para a classe trabalhadora, impõe um sistema de capitalização e amplia consideravelmente o número de anos de contribuição. Precisamos lembrar que os postos de trabalho mais precarizados (salários mais baixos, maior taxa de rotatividade, menos segurança tanto laboral quanto jurídica, menor qualificação educacional) são compostos, em sua maioria, por mulheres e negros.

Ao nível simbólico, o presidente da república vetou um comercial do Banco do Brasil que celebrava a diversidade através de atores LGBT's e negros, e em outro, houve a veiculação de um comercial do MEC com a transformação da imagem de uma pessoa negra em branca no momento em que adquire um diploma atestando sua perspectiva racista de embranquecimento e exclusão do povo negro de um espaço de poder altamente privilegiado.

O Golpe de 2016, com seu desprezo pelas regras democráticas, abriu espaço político para a extrema direita cujo sentido de sobrevivência encontra-se na erradicação da diferença. Apenas a sociedade organizada através de uma repactuação do marco civilizatório, em que consigamos perceber o quão racistas somos, será capaz de nos trazer uma democracia que não seja apenas formal, mas vivida no cotidiano, independentemente do pertencimento racial.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 53, 2018.
- DEWK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; ROSSI, Pedro. *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. São Paulo: BRASIL DEBATE E FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT, 2018.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008. v.1.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. *Revista de Direito da Universidade de Brasília*. Brasília: v.1, n. 1, janeiro–junho de 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- HALL, Stuart. The spectacle of the other. In: HALL, Stuart (ed.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage/The Open University, 2003.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- HINTON, Alexander Laban. The Dark Side of Modernity - Toward an Anthropology of Genocide. In: HINTON, Alexander Laban (ed.). *Annihilating Difference - The Anthropology of Genocide*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2002.
- IBGE. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informação demográfica socioeconômica*, n. 35, 2015.
- _____. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informação demográfica socioeconômica*, n. 39, 2018.
- IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- JONES, Adam. *Genocide: a comprehensive introduction*. London/New York: Routledge Publishers, 2011.
- LEWIS, Liana. Raça e uma nova forma de analisar o imaginário da nossa comunidade nação Da miscigenação freyreana ao dualismo fanoniano. *Civitas*. Porto Alegre, v. 14 n. 1 p. e1-e10 jan.-abr. 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica seguida de Sobre el Gobierno Privado Indirecto*. Espanha: Melusina, 2011.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo macarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- PONTES, Thiago Panica. “Crescer na vida”: trajetórias de micromobilidade nos meios populares. Orientador: Frédéric Vandenberghe 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2015.
- SAILLANT, Francine. Cidadania e reparações pelos erros do passado escravista: perspectivas e movimento negro no Brasil. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.
- TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury; PINHO, Carlos Eduardo Santos. Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário. *Revista Katálysis*. Florianópolis, vol.21 n.1 Jan.- Apr. de 2018
- VARGAS, João costa. A diáspora como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. *Revista da ABPN* v. 1, n. 2 – jul.-out. de 2010.
- VERAS, Eliane; ALBERNAZ, Lady Selma F.; LEWIS, Liana. O que é raça? Estratégias para definir e combater o racismo. IN: SCOTT, Russel Parry; LEWIS, Liana, QUADROS, Marion Teodósio de. *Gênero e diversidade na escola*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

O GOLPE DE 2016 E O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO: FERRAMENTAS DE CONTINUIDADE E EXPANSÃO DO PROJETO DE PODER RACISTA DO ESTADO E DA SOCIEDADE BRASILEIROS

Ciani Sueli das Neves

RESUMO

O racismo religioso tem se apresentado como um dos desafios a serem enfrentados pelo Estado brasileiro nos últimos anos. Tal prática aparece de forma recorrente como meio de criminalizar lideranças religiosas e destituir práticas ancestrais provenientes das religiões de matriz afro-indígena. Para além das religiões neopentecostais, outros sujeitos, como movimentos sociais de caráter conservador como o movimento pelo direito dos animais tem se apresentado como adversários bastante significativos desse segmento religioso, cujas atuações e alegações vêm, geralmente, carregadas de racismo, e favorecem o uso da pilhagem, prática que configura o uso fraudulento da legislação, uma vez que alegam estar defendendo os direitos da coletividade, mas estão na verdade usando os mecanismos legais e desencadeando ações políticas para perseguir e criminalizar um segmento específico, seja por ignorância, seja por discriminação, ou pelas duas opções articuladas. À medida que esses grupos têm buscado o Estado para reprimir as religiões de matriz afro-indígena, frequentemente, têm encontrado resposta positiva a seus intuitos, revelando, assim, o caráter racista das instituições e do direito brasileiros.

Palavras-chave: Racismo Religioso. Racismo Institucional. Violência. Golpe.

Introdução

Discutir sobre religiões de matriz africana e afro-indígena no Brasil tem sido um trabalho desafiador, sobretudo se considerado o aumento dos ataques religiosos motivados ou protagonizados por parte de adeptos de religiões fundamentalistas, com destaque para as evangélicas de caráter neopentecostal.

Nos últimos anos, o debate sobre conceitos primordiais ao exercício da democracia como igualdade racial e de gênero tem se constituído como um grande desafio para as garantias das liberdades individuais no Brasil. Um misto de ignorância e discriminação se articula por meio de ataques nos meios de comunicação social e espaços públicos no tocante a alegações discriminatórias que resultam no fomento de situações de violência contra segmentos minoritários, a exemplo dos povos e comunidades tradicionais de religiões de matriz africana e afro-indígena, nos quais a base dos ataques, sejam verbais, sejam físicos ou materiais, dão-se, com frequência, sob alegação de discurso de ódio que visa demonizar as formas de vida desses povos e comunidades tradicionais.

Debates acalorados tornam praticamente impossível a existência de um diálogo entre esses sujeitos que terminam por desencadear ataques racistas contra os povos e comunidades tradicionais de terreiro. Por tais razões, neste trabalho busca-se indagar as questões que mobilizam tais leituras acerca das religiões de matriz africana e a responsabilidade do Estado brasileiro, por meio de suas instâncias no âmbito do poder público que atuam de maneira efetiva pela continuidade do racismo institucional, favorecendo assim o recrudescimento do racismo religioso, que tem se evidenciado cada dia mais em meio à sociedade brasileira e encontrou fortalecimento a partir do golpe de 2016 com significativa atuação de políticos evangélicos para o desfecho do mesmo. Quais caminhos serão possíveis frente à onda de racismo religioso e intolerância que tem sido estimulados no país ainda não se sabe, mas sabe-se da necessidade em

se enfrentar o problema, tratando a partir da causa e não dos sintomas, de forma que esta é a única maneira possível de se constituir uma sociedade que se pretenda verdadeiramente democrática, plural e capaz de sustentar a cidadania.

As religiões de matriz africana e afro-indígena na formação da sociedade brasileira⁶⁰

A história da sociedade brasileira se estrutura a partir de elementos componentes da história das religiões de matriz africana e afro-indígena, dada a ligação existente entre estas e presença forçada, por meio do sequestro, de povos africanos e da expropriação de povos nativos destas terras, denominados como povos indígenas. Assim, faz-se necessário evidenciar que se constituiu uma relação diaspórica pautada na violência racial, e que esta se depara até os dias atuais com as estratégias de resistência do povo de terreiro como forma de dar continuidade à sua existência nestas terras.

Sob o propósito de vencer a disputa por poder, o Estado brasileiro sempre deixou evidente quais contornos definem o seu projeto político, e desse modo, favoreceu, ao longo do tempo, o desencadeamento dos mecanismos de controle de poder para que assim continuasse a exercer o domínio sobre os sujeitos e de modo que permanecesse definindo “quem pode viver e quem deve ser deixado morrer”. É nesse âmbito que se pode identificar o cerne de muitas violências praticadas contra o povo de terreiro ao longo do tempo no país. Se observadas que durante a vigência do Código Criminal e do Código de Processo Criminal haviam as práticas referentes às religiões de matriz africana e afro-indígena constituindo-se como crimes, à medida que a sociedade vai avançando em conquistas e ampliação de direitos, essa influência explicita o passivo imaginário que se traça ainda nos dias atuais com relação a tais segmentos, com amplo rol de inferências discriminatórias e acusações pautadas exclusivamente em preconceitos.

Historicamente o Brasil lançou mão dos mecanismos estatais, ora para criminalizar, ora para perseguir e justificar violências praticadas contra o povo de terreiro sob a alegação de estar defendendo a ordem e os interesses da sociedade de forma mais ampla. Sob esse aspecto, tornam-se questionáveis as referências feitas com relação a princípios como liberdade religiosa e laicidade, uma vez que a escolha política do Estado brasileiro caracteriza-se, conforme nos mostram a história e a legislação, pela hierarquização de religiões, de modo que “malgrado a primeira Constituição Republicana assegurasse a liberdade religiosa, perdurou a perseguição sistemática às religiões de matriz africana, próprias a negros e pobres’ (BRITO, 2016, p. 39). As religiões de matriz indígena também seguiram sob ataques sucessivos, fosse pela perseguição propriamente dita, fosse pela catequização desencadeada até os dias atuais, por segmentos de religiões cristãs.

Desse modo, ainda que passados os anos e sob vigência da Constituição de 1988, reconhecida como democrática, os terreiros de religião de matriz africana e afro-indígena permanecem sob o desafio de lidar cotidianamente com o racismo vigente na sociedade brasileira. Sob esse prisma, percebem-se obrigados a forjar mecanismos de autodefesa e, simultaneamente, a promover a apropriação dos mecanismos desencadeados pelo Estado como uma das estratégias de enfrentamento dos genocídios negro e indígena, os quais alcançam de maneira incisiva as formas tradicionais de existência desses sujeitos, conforme é possível perceber ao se observar a realidade enfrentada pela grande maioria dos terreiros no País, conforme Brito:

60 Parte desta apresentação foi tematizada em texto anterior, ao qual é feita referência: NEVES, Ciani Sueli das. E a Jurema se abriu toda em Flor: práticas e discursos para a efetivação de direitos humanos na Jurema do Ilê Asé Orisalá Talabí, publicado na revista Calundu, v.3, n.2 (2019): Re-existência que continua. Revista Calundu – Vol.3, N.2, Jul - Dez 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v3i2>.

um dos grandes desafios para os Terreiros urbanos, autênticos ‘quilombos’, é a crescente perda do seu território, devido às desapropriações pelo poder público, invasões e ocupações irregulares, à especulação imobiliária, ao estelionato na venda de glebas, com imenso prejuízo à mata, ou roça, e às fontes, essenciais ao culto e às obrigações (2016, p. 256)

Nesse sentido, a luta em defesa da territorialidade consiste em um dos desafios que vem se associar a outros interligados, dentre os quais as frequentes alegações de supostos maus tratos e agressões praticadas ao meio ambiente pelos adeptos das religiões de matriz africana e afro-indígena. Mediante uma nítida demonstração de ignorância acerca dessas religiões, adversários, seja por professarem credos divergentes, em sua maioria evangélicos neopentecostais, seja por atuarem sob a alegação de defesa do meio ambiente e dos animais, elegem tais religiões como alvo de acusações, perseguições e demonizações de modo que deitam sobre elas o risco de interromper e/ou aniquilar a continuidade de suas práticas e a integridade dos espaços sagrados e de seus praticantes. Nessa perspectiva, tem sido comum o ajuizamento de denúncias cujo intuito é criminalizar sacerdotes e sacerdotisas de religiões de matriz africana e afro-indígena. Estas, por sua vez, dão-se sob as alegações de descumprimento da lei e da consequente existência do risco ao interesse da coletividade caso as vivências de tais povos e comunidades tradicionais não cheguem a sofrer intervenção estatal.

Diante de alegações com tal teor os mecanismos jurídicos têm sido utilizados como uma via de criminalização das lideranças de religiões de matriz africana e afro-indígena. Em boa parte dos casos, o Ministério Público tem figurado como o principal agente pugnador pela utilização dos meios jurídicos de criminalização das lideranças de religiões de matriz afro-indígena, ressalte-se que na maioria das vezes sob a alegação de estar defendendo os interesses da sociedade, conforme o caso do Recurso Extraordinário nº494.601, proposto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, o qual trata da constitucionalidade do sacrifício de animais em rituais de religião de matriz africana⁶⁸. Em outras, a gestão pública tende a buscar formas de criminalização dos adeptos das religiões de matriz africana ou, ainda, pugnam pela negação do acesso a direitos em virtude de o agente público ser integrante de um credo diverso, e, por tal razão, considerar que a pessoa que procura o serviço não deve ter acesso ao mesmo. Há ainda, os episódios em que gestores/as públicos/as ou parlamentares utilizam-se de seus credos particulares para ofender as religiões de matriz africana e afro-indígena ou para justificar uma posição que, em regra, destoa dos princípios que os mesmos dizem integrar a base de seu pertencimento religioso, um exemplo de tal postura se dá com a votação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em abril de 2016. Liderado por Eduardo Cunha, à época presidente da Câmara dos Deputados, e aprovado pela maioria dos parlamentares, chamou a atenção o teor do voto de deputados e deputadas integrantes da chamada bancada evangélica, e simpatizantes, os quais justificavam o voto favorável ao impedimento da Presidenta fazendo referência a Deus para tal escolha.

Racismo religioso e violência estrutural

A experiência contemporânea das relações sociais tem se dado eivada de intolerâncias, desrespeitos, discursos odiosos e outras diversas formas de controle cujos padrões se dão sob uma perspectiva hegemônica. A minorização de outras representações tem como objetivo desautorizar tais sujeitos, resultando, portanto, na hierarquização das relações entre indivíduos de forma a incidir em práticas e discursos violentos em relação a determinadas identidades, conforme afirma Flor do Nascimento (2017, p. 52):

Essa disputa muitas vezes se expressa na forma da violência contra o diferente, assumindo ora um gesto de recusa radical, que quer extirpar o diferente do convívio, ora assume um caráter educativo, apostando que uma punição ao diferente o fará se submeter aos valores impostos pelos contextos sociais hegemônicos. Nessa dupla ambiência dos gestos de violência, encontra-se uma justificação para violentar, de tal maneira que o sofrimento de quem seja atingido por tais gestos seja uma espécie de prova necessária para um adequado funcionamento das sociedades em função de seus valores prevalentes e em detrimento de outras crenças, saberes, práticas e valores.

Em outras palavras, a violência contra o diferente se dá com o propósito de promover a formatação de um modelo de sociedade na qual ocorra a exclusividade de uma forma de vida ou tipo de identidade, sob a perspectiva de “fazer prevalecer um único pressuposto moral em um país marcado pelo multiculturalismo e pela pluralidade de cosmovisões, como é o Estado brasileiro” (BUENO, 2017, p. 03), o que configura uma prática incompatível com o ideal de uma sociedade que se proponha liberal. Taylor (1993, p.56) afirma que

(...) una sociedad con poderosas metas colectivas puede ser liberal siempre que también sea capaz de respetar la diversidad, especialmente al tratar a aquellos que no compartem sus metas comunes, y siempre que pueda ofrecer salvaguardias adecuadas para los derechos fundamentales. Indudablemente, habrá tensiones y dificultades en la búsqueda simultânea de esos objetivos, pero tal búsqueda no es imposible, y los problemas no son, en principio, mayores que aquellos con los que tropieza cualquier sociedad liberal que tenga que combinar, por ejemplo, libertad e igualdad, o prosperidad y justicia.

O histórico das religiões de matriz africana no Brasil é caracterizado por percepções jurídicas que variam conforme as concepções adotadas no âmbito das Constituições Federais instituídas ao longo do tempo, ora protegidas pela normativa constitucional, ora submetidas ao controle e à repressão jurídico-legal em consonância com as correntes políticas e doutrinárias exercidas nas diversas épocas cujos resultados eram as tentativas de apagamento de tais práticas a fim de homogeneizar toda uma sociedade. Nesse sentido, as religiões de matriz africana não só foram desconsideradas como foram demonizadas ao longo do tempo pela Igreja⁶¹ e criminalizadas pelo Estado. Assim, criou-se um cenário favorável à repressão dos cultos afro-brasileiros, o qual apresentará várias faces ao longo dos séculos (OLIVEIRA, 2015, p. 183). Segundo Oliveira,

61 Neste caso específico faz-se referência à Igreja Católica e suas ações de catequização durante todo o processo de colonização do Brasil, bem como durante o Brasil Império e as primeiras Repúblicas.

o fato é que as religiões de origem africana no Brasil foram submetidas a rígido controle social, político, legal e jurídico ao longo de suas trajetórias históricas. Essas religiões foram severamente reprimidas e impedidas de se expressarem e tiveram de encontrar alternativas e maneiras de viverem e de se manifestarem (Ibid., loc. cit.).

Pode-se alegar, portanto, que tais segmentos religiosos desenvolveram formas diversas de se manifestarem com o propósito de garantir a sua continuidade, uma vez que o direito e a legislação serviram, na maior parte do tempo, como instrumentos de repressão aos cultos ora referidos, contribuindo para a difusão do racismo religioso sob a denominação de intolerância religiosa, conceito vigente no país, o qual compreende:

(...) entende-se por intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância de Discriminação Fundadas na Religião e nas Convicções, 1981, artigo 2, §2º)

O conceito de intolerância religiosa, embora seja de existência desagradável, uma vez que configura uma ameaça a toda e qualquer sociedade que se proponha democrática, pois traz a noção de hierarquização entre grupos, soa mais palatável aos espaços de poder e aos meios de comunicação social. O que termina por difundir um imaginário social com o qual a sociedade passe a conviver de forma mais generalista. A intolerância religiosa de fato existe, e atinge os diversos segmentos religiosos, ainda que hegemônicos, tendo em vista que se dá por meio de entendimentos ou práticas preconceituosas motivadas por diferenças religiosas. Entretanto, tal conceito não é suficiente para tratar dos casos de discriminação e violência a que estão expostas as religiões de matriz africana e afro-indígena, em razão da própria constituição desses segmentos religiosos, os quais abarcam muito além de uma vivência religiosa, constituindo, efetivamente, formas de vida divergentes das constituídas em meio à sociedade em geral.

As religiões de matriz africana e afro-indígena, conforme os nomes já o dizem, são constituídas de elementos provenientes dos povos negro e indígena, o que lhes atribui um lugar social referente a esses povos na formação da sociedade brasileira. Logo, as práticas discriminatórias disseminadas em direção a esses segmentos não se constituem como um simples fato de intolerância, mas de motivação baseada na falsa crença de superioridade racial em relação aos grupos dos quais são originárias, o que está baseado no racismo. É sob tal viés que se constitui o racismo religioso, uma vez que, segundo Claudilene dos Santos Lima,

o racismo pode ser definido como crenças na existência de raças superiores e inferiores. Dessa forma é passada a ideia de que por questões de pele e outros traços físicos, um grupo humano é considerado superior ao outro. Ao direcionar os argumentos racistas para as religiões, tem-se racismo religioso, através do qual se discrimina uma religião (LIMA apud NASCIMENTO, 2017, p. 55)

Sob tais aspectos, necessário se faz refletir sobre o discurso articulado pelos representantes dos espaços de poder,

que em uma significativa expressão de argumentos não jurídicos, porém com forte teor político, evidenciam a percepção que trazem sob o segmento religioso ora referido. Segundo Wanderson Flor do Nascimento, tais concepções se dão sob conotação reducionista, o que representa uma das facetas do racismo:

E um dos primeiros gestos do racismo religioso é reduzir toda a complexidade dos modos de vida africanos que se mantêm e se organizam nesses povos e comunidades a um caráter religioso, como se apenas fizessem rituais. Também fazem rituais, mas não é só isso! Simplificar toda uma matriz cultural (JESUS, 2003) a uma prática religiosa é construir uma desculpa para ocultar o racismo como ação política e deslocar a questão para o campo da verdade das disputas religiosas entre crenças hegemônicas e crenças inferiorizadas, atrasadas, falsas etc.

E parece que não é disso que se trata! Enfrentar o racismo religioso é uma forma de desmascarar a continuação da mentalidade racista que permeia a sociedade brasileira e que ataca tudo que tenha heranças africanas de resistência, levando pessoas e instituições a desrespeitarem os territórios, crenças, práticas e saberes que se mantêm em torno dos terreiros (NASCIMENTO, 2017, p. 55)

Sob tais aspectos evidencia-se a violência desencadeada contra os povos e comunidades tradicionais de terreiro, de forma que esta encontra uma força significativa no desfecho do golpe de 2016, no qual ataques à honra de adversários políticos e homenagens a indivíduos e situações ofensivas decorrentes de momentos totalitários na história do país passam a ser utilizadas de forma ampla por personagens do cenário político brasileiro, dentre os quais figuram tanto parlamentares com mandatos em exercício quanto lideranças religiosas de denominações evangélicas pentecostais. A conduta adotada por esses personagens e de mais alguns outros da cena política brasileira, encontra respaldo no que Luís Felipe Miguel define por violência estrutural. De acordo com o cientista político e professor da Universidade de Brasília, violência estrutural compreende uma prática camuflada dada à sua conformidade às regras, algo que se demonstra tecnicamente adequado, porém com conteúdo manipulável, cujos executores não são explicitamente identificados. Eis:

A violência estrutural é camuflada por sua conformidade às regras; é naturalizada por sua presença permanente na tessitura das relações sociais; é invisibilizada porque, ao contrário da violência aberta, não aparece como uma ruptura da normalidade. Em particular, a violência estrutural tem beneficiários, mas não tem necessariamente perpetradores particularistas (MIGUEL, 2018, p. 96).

Desse modo, pode-se afirmar que a violência estrutural se relaciona intimamente com a política, o que define os meandros desta e os sujeitos que serão alvo de suas definições no âmbito das escolhas políticas sobre quem deverá suportar a violência estrutural por meio da retirada de direitos, privação das condições básicas de subsistência, dentre outros efeitos produzidos pelo resultado da violência estrutural como elemento constituinte da política. De acordo com Miguel:

Não há como discutir a relação entre violência e política sem introduzir a violência estrutural, que, muitas vezes está incorporada nas próprias instituições que deveriam prevenir a violência aberta. A desatenção à violência estrutural faz com que a reação contra a opressão transite simbolicamente como violenta, mas a própria opressão não (Ibid., p. 97).

E continua:

A violência estrutural é um componente permanente da política, afirmação que pode ser entendida de três formas complementares. Em primeiro lugar, os constrangimentos que ela impõe afetam diferentemente cada grupo social, distribuindo de forma muito desigual os recursos necessários para a ação política. Em segundo lugar, é o poder político que mobiliza as forças da ordem, que simultaneamente buscam impedir a violência aberta e evitar a oposição à violência estrutural. Por fim, os mecanismos que geram tal violência são – a despeito do que gostaria Hannah Arendt – uma das questões centrais da luta política.

Assim, não há como discutir a relação entre violência e política focando apenas a violência aberta. Isso é deixar de fora metade da história. A violência estrutural é tão discricionária, tão física, tão material e tão preta de consequências quanto a violência aberta – ou ainda mais. Fazem parte dela, de maneira central, os mecanismos ideológicos que a invisibilizam. Da violência policial e da violência produzida pelas desigualdades estruturais, nós nos lembramos só de vez em quando e, muitas vezes, encontramos motivos para desculpá-las ou naturalizá-las. No entanto, elas estão em funcionamento todos os dias, 24 horas por dia, incidindo sobre os grupos em posição social subalterna. São centrais à operação das formas de dominação política em qualquer sociedade (Ibid., p. 110).

A violência é, portanto, uma forma de operar a política sob a perspectiva de manutenção do domínio nas sociedades, cuja ferramenta primordial se dá pela naturalização dos aspectos relacionados com a violação de direitos ou negação a esses, assim como a seletividade das práticas a serem rechaçadas como reprováveis no âmbito do exercício da política. A seletividade estabelecida para as reações e indignação com as práticas reprováveis contribuem, desse modo, para a inversão de valores, o que estimula nos indivíduos o sentimento de ódio e a perseguição a segmentos minoritários, como as religiões de matriz africana e afro-indígena, mas que admitem aceitação por parte de outros segmentos ou reprodução de atitudes discriminatórias e até mesmo criminosas, a exemplo dos ataques estimulados e praticados por pastores evangélicos a adeptos das religiões de matriz africana e afro-indígena e a seus respectivos templos.

Racismo religioso, racismo institucional e o alcance das políticas públicas de ação afirmativa para os povos e comunidades tradicionais de terreiro

A religião consiste em um elemento fundamental da concepção de vida de quem a profere, de modo a contribuir na formação da identidade do indivíduo. As políticas de ação afirmativa implementadas pelo Estado brasileiro ao longo dos anos 2003 – 2016 evidenciaram o fortalecimento das religiões de matriz africana como um segmento identitário com reivindicações próprias baseadas na noção da ética da autenticidade, uma vez que, “havendo igualdade em outros aspectos, a gente tem direito a ser reconhecido publicamente como o que se é” (APPLAH, 1993, p. 213)⁶².

A partir do ano 2003, houve, por parte do Estado brasileiro, a adoção de diversas políticas de ação afirmativa,

62 Tradução livre da autora deste artigo. [Qual o trecho traduzido? Não está entre aspas.] corrigido

muitas das quais tinham como objetivo desenvolver mecanismos de enfrentamento ao racismo e viabilizar a reparação histórica há muito advogada pelos movimentos sociais. Muitos dos mecanismos formulados traziam propostas de políticas públicas direcionadas para as religiões de matriz africana e afro-indígena, cuja fundamentação dava-se com base nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, e nas concepções de multiculturalismo e pluralismo admitidas pelo poder público até então. Tais medidas contribuíram para que as religiões de matriz africana e afro-indígena fossem reconhecidas pelo poder público como povos e comunidades tradicionais, considerado o disposto em mecanismos jurídicos internacionais ratificados pelo Brasil, a exemplo da Convenção 169 (OIT) e da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Material e Imaterial (UNESCO) e também de mecanismos nacionais, como o decreto nº6040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Partindo-se do pressuposto de que as relações sociais não são homogêneas, sobretudo, se considerarmos que o sistema político lida com conflitos e tensões, evidencia-se que simultaneamente ao reconhecimento das religiões de matriz africana por parte do Estado, passa-se a perceber um aumento dos casos de racismo religioso direcionados a esse segmento. Segundo Márcio Alexandre Gualberto (2011, p.09):

Em meio a esse cenário violento, vemos, nos últimos anos, um número cada vez maior de perseguições e ataques às pessoas e aos territórios que experienciam maneiras africanas de viver, em nosso país. Notícias de templos incendiados, invadidos, derrubados e de pessoas que praticam o que se tem chamado de religiões de matrizes africanas sendo agredidas, desrespeitadas, mortas têm sido frequentes nos meios de comunicação.

As agressões desferidas a um segmento religioso correspondem a uma agressão “à identidade social coletiva⁶³” (TAYLOR, 1993), nesse sentido, agressões aos “conceitos e práticas proporcionados pela religião, os quais constituem a identidade do sujeito” (Ibid., p. 229), ou agressões “à dimensão coletiva dos direitos individuais” (PETERKE, 2013, p. 29). O que sugere que o preconceito e a intolerância aos afroreligiosos ainda constituem um fator dissonante da garantia da dignidade desse segmento religioso, cuja superação consiste em um compromisso do Estado e da sociedade brasileiros na proteção das manifestações culturais e religiosas, da memória dos povos que contribuíram com o processo de construção do país na direção de uma nação efetivamente plural (OLIVEIRA, 2017, p. 23).

Diante de tal perspectiva, a gravidade se torna mais aguda quando as práticas discriminatórias se desencadeiam por parte do Estado, seja por ação individual e não punida de seus agentes, seja por quem teria o dever de viabilizar o acesso a direitos, mas termina por ocasionar a violação. A discriminação praticada por motivação religiosa passa-se a configurar racismo institucional uma vez que os elementos identificados pelo agente discriminador têm relação direta com os aspectos constituintes dos povos considerados inferiores por aqueles. Conforme Thula Pires:

Manifesta-se o racismo através de condutas individuais que promovem a discriminação racial das suas mais variadas formas ou através da atuação silenciosa, mas contundente dos órgãos públicos e privados. O racismo institucional, aquele que pode ser experimentado e observado na dinâmica das instituições, decorre necessariamente do alto grau de naturalização da hierarquia racial e dos estereótipos que inferiorizam determinado grupo enquanto afirmam a superioridade de outro (PIRES, s/d, p. 06).

63 Tradução livre da autora.

E continua:

O racismo institucional aparece como um sistema generalizado de discriminações inscritas nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros sem que haja necessidade de teorizá-la ou justificá-la pela ciência, além de constituir entrave claro à realização plena do acesso à justiça por parte da população afro-brasileira. Para que haja um processo de mudança nessas relações institucionais, é necessário que a esfera pública seja ocupada por novos sujeitos, que o processo de produção do conhecimento abrigue novas epistemologias, o que somente será possível a partir de um trabalho concreto de expansão de políticas públicas antirracistas para o interior do Poder Judiciário, para a sua estrutura humana.

Conforme afirmado por Harris (1993), o direito atua decisivamente na construção do que se entende por raça, não só em domínios onde raça é explicitamente articulada, mas também onde não é mencionada ou desconhecida. A mácula da neutralidade, mascarada nas armadilhas doutrinárias e jurisprudenciais que garantem a inefetividade das normas penais contra discriminação, servem para manter as relações raciais exatamente como estão (Ibid., p.22).

No decorrer do período 2003 a 2016 as políticas adotadas pelo governo traziam em seus campos de atuação ações direcionadas aos segmentos vulneráveis, dentre os quais estavam compreendidos os povos e comunidades tradicionais de terreiro. Foram desencadeadas também políticas públicas de ação afirmativa direcionadas para os povos e comunidades tradicionais dentre os quais estão as religiões de matriz africana e afro-indígena. O decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o Estatuto da Igualdade Racial, que dispõe de um capítulo específico para o fortalecimento dos povos de terreiro, as políticas de Ponto de Cultura, o Programa Fome Zero, que distribuía regularmente cestas básicas para os terreiros de todo o Brasil, e os prêmios outorgados a diversos terreiros como reconhecimento na condição de patrimônio cultural imaterial dos povos e comunidades tradicionais, além da aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil⁶⁴, que permite às organizações de caráter religioso contratar com a gestão pública, são exemplos de ações desenvolvidas pelos governos do período citado e que viabilizaram o fortalecimento das comunidades tradicionais de terreiro.

Este fortalecimento ocorreu, uma vez que estimulou os terreiros a se apropriarem da cena política na condição de cidadãos e cidadãs conscientes do exercício de seus direitos, com participação política efetiva e exercício do controle social. Tais ações favoreceram o fortalecimento também no sentido de que os povos e comunidades tradicionais, à medida que obtinham conhecimento de seus direitos, passaram a reagir com mais contundência às agressões que lhes eram desferidas, o que ocasionou uma procura e provocação ao sistema de justiça brasileiro para tratamento dos conflitos.

Obviamente tais reações explicitaram cada vez mais o caráter racista do Estado brasileiro e a reação trazida pelo fundamentalismo religioso se deu com o apoio incondicional ao impeachment da Presidenta Dilma Rouseff e, conseqüentemente, o esvaziamento de todas as políticas e setores responsáveis por atender aos povos e comunidades tradicionais de religião de matriz africana e afro-indígena, com a conseqüente extinção ou deturpação de tais políticas

⁶⁴ A referida lei admite a contratação entre o poder público e organizações religiosas vinculadas a qualquer segmento religioso, o que, formalmente, viabiliza, também, a participação dos terreiros em ações de natureza contratual junto à administração pública.

à medida que o golpe foi se intensificando. Ou seja, o elemento evidente na motivação de evangélicos – sobretudo, ligados às igrejas neopentecostais, as quais contam com grande número de parlamentares no Congresso Nacional, que formam a chamada bancada evangélica, além dos simpatizantes – em apoiar o golpe de 2016 dá-se também por motivação religiosa, não contra qualquer religião, e sim contra aquelas que, historicamente, foram demonizadas em sua essência e na sua forma de existir, numa nítida expressão de que os colonizadores sempre voltam, na maioria das vezes encobertos por outras vestes.

Considerações Finais

No desenvolver deste artigo abordamos o racismo e o racismo institucional como elementos definidores das situações discriminatórias na sociedade brasileira, o que resulta na violação de direitos das populações negra e indígena ao longo de todo o processo de formação da sociedade brasileira.

O racismo, por ser uma ideologia de poder que se baseia na falsa crença de superioridade racial entre sujeitos presentes numa sociedade, alimenta ideais e práticas de poder que se compreendem na exclusão de indivíduos. Uma de suas facetas é o racismo religioso, o qual busca, com veemência, negar a contribuição das religiões de matriz africana e afro-indígena no desenvolvimento da sociedade, além de desencadear um processo de demonização desses segmentos religiosos, que resulta na sua perseguição em todo o território brasileiro.

Tal cenário tem se agravado desde o ano 2003, quando, por ação do Estado brasileiro, as religiões de matriz africana e afro-indígena passaram a ser reconhecidas como povos e comunidades tradicionais e como tal, tornaram-se públicos-alvo das políticas de ação afirmativa de promoção da igualdade racial. Esse fato gerou reações do segmento evangélico neopentecostal que, sob ações de caráter fundamentalista, passaram a intensificar os ataques contra os povos de terreiro.

Aliado aos ataques direcionados aos adeptos das religiões de matriz africana e afro-indígena surgiram os ataques e sabotagens, por parte de políticos e gestores públicos evangélicos ou a estes ligados, contra o governo, que culminou com a aprovação do impeachment e conseqüentemente o esvaziamento das políticas públicas direcionadas para os povos e comunidades de terreiro.

O cenário que se desenhou com o desfecho do golpe resultou em recrudescimento da violência estrutural com ampliação para a violência aberta; a demonização com conseqüente aumento da perseguição às religiões de matriz africana e afro-indígena; e o apego à técnica com o objetivo de instituir uma imagem de normalidade das situações de perseguição cuja finalidade é naturalizar as violências desferidas contra o segmento religioso ora referido.

Dessa forma, implica compreender que a resistência ao golpe se faz numa perspectiva de re-existência, que configura compreender as situações de opressão a que os sujeitos vulnerabilizados estão inseridos e forjar mecanismos para transcendência à situação de opressão a que estão subordinados. Nesse aspecto, concordamos com Luiz Felipe Miguel e ratificamos que é necessário compreender que a superação do golpe só será possível se houver o entendimento da necessidade de aliar práticas de caráter reativo às práticas de cunho propositivo; desenvolver a consciência de que o conflito nunca será sanado por eleições, tendo em vista que a disputa política é mais ampla, pois aquela tem caráter seletivo; assumir a responsabilidade em recolocar o conflito no centro de nossa compreensão política, ao invés de substituí-lo pelo consenso; e, sobretudo, compreender a legitimidade de que certas ações de grupos dominados que, em situação de desespero, agem com violência, não são equiparáveis à violência do opressor e, portanto, ao invés de serem julgados como violadores da lei, sejam compreendidos como reações à situação de opressão, logo necessitados de amparo, apoio, solidariedade, valores estes indispensáveis para a existência de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Referências

- APPLAH, K. Anthony. Identidad, autenticidad, supervivência: sociedades multiculturales y reproducción social. In: TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BRASIL. *Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011 – 2015): resultados preliminares*. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Brasília: SDH/PR, 2016.
- BRITTO, Lidivaldo Reaiche Raimundo. A Proteção legal dos terreiros de candomblé: da repressão policial ao reconhecimento como patrimônio histórico-cultural. Salvador: Kawô-kabiyesile, 2016.
- BUENO, Winnie de Campos. Considerações sobre a laicidade brasileira a partir da criminalização das expressões religiosas das tradições de matriz africana. *Relegens Thréskeia: estudos e pesquisa em religião*, Paraná, V. 06 – n. 02 , p. 01 – 23, 2017.
- CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. O Candomblé. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e meio ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. O Fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. *Revista Eixo*. Brasília – DF, v. 6, nº2 (Especial), novembro de 2017.
- GUALBERTO, Márcio Alexandre M. *Mapa da intolerância religiosa – 2011: violação ao direito de culto no Brasil*. Rio de Janeiro: Aamap, 2011.
- LIMA, Claudilene dos Santos. *O racismo religioso na Paraíba*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia). Guabiraba: UEPB, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ODÊ, Pai Junior de. Ninguém vai tirar a comida da boca de Exu! In: *Relatório do encontro dos povos e comunidades tradicionais de terreiro de Pernambuco*. Recife: 2017. Mimeo.
- OLIVEIRA, Ilzver de Matos. *Perseguição aos cultos de origem africana no Brasil: o direito e o sistema de justiça como agentes da (in) tolerância*. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=13d83d3841ae1b92>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.
- OLIVEIRA, ILZVER de Matos. Reconhecimento judicial das religiões de origem africana e o novo paradigma interpretativo da liberdade de culto e de crença no direito brasileiro. *Revista de Direito Brasileira*. Ano 5, Vol 16, 2015.
- OLIVEIRA, ILZVER de Matos. Movimentos afroreligiosos e suas estratégias jurídicas contra casos de racismo religioso em Sergipe. *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos*, v.3, p.1-20, 2017.
- OMULU, Pai Edson de. O Sacrifício é alimento sagrado, comida votiva. In: *Relatório do encontro dos povos e comunidades tradicionais de terreiro de Pernambuco*. Recife: 2017. Mimeo.
- ONU. Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião e nas convicções. Genebra, 1981.
- OXÓSSI, Mãe Stella de. Opinião. *Jornal A Tarde*. Salvador – BA, 2014.
- PETERKE, Sven. Os Direitos humanos coletivos e a proteção dos interesses fundamentais da humanidade: avanços e impasses. In: FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer (et. al.). *Direitos humanos e solidariedade: avanços e impasses*. Curitiba: Appris, 2013.
- PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; LYRIO, Caroline. *Racismo Institucional e acesso à justiça: uma análise da atuação do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro nos anos de 1989 – 2011*. Mimeo, s/d.
- _____. Lei nº12.131, de 22 de julho de 2004. Altera a lei nº11.915/2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em 20 de julho de 2018.
- SILVA JÚNIOR, Hédio. A Intolerância religiosa e os meandros da lei. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e meio ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 13, n.1, pp 207 – 236, 2007.
- TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Acórdão. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70010129690. Porto Alegre/RS, 2004. Recebido por mensagem pessoal através de correio eletrônico.

“LEMBRAR, PARA NUNCA REPETIR”: O GOLPE DE 2016 E AS RELAÇÕES COM AS FAMÍLIAS DE FILHOS MORTOS/DESAPARECIDOS NA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Fatima Maria Leite Cruz

RESUMO

O artigo aborda resultados da pesquisa que analisou as repercussões do golpe de 1964 na dinâmica familiar do Brasil em cotejo com o golpe político-jurídico-midiático perpetrado contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Apresentamos as reflexões que a pesquisa suscitou ao analisar entrevistas com familiares de filhos mortos/desaparecidos na ditadura militar do país e o levantamento realizado nas mudanças que foram mapeadas nos resultados naquele período e que repercutiram na realidade macro e microssocial. Na perspectiva qualitativa de análise temática discutimos os dados ancorados na teoria psicossocial da Teoria das Representações Sociais que nos permitiu acessar núcleos de sentidos compartilhados nos grupos de familiares acerca dos sentidos da maternidade, ser mãe e ser mulher, e sentidos de família em um contexto de exceção. Traçamos um paralelo entre as experiências de 1964 e o golpe de 2016 e sistematizamos informações que são relevantes ao atual momento político, sobretudo, no destaque à inserção das mães de militantes políticos na vida pública em busca de seus filhos, o que significou um relevante registro histórico de mudança nos papéis sociais e, ao mesmo tempo, tem o sentido simbólico de convite à luta, na atualidade, pela redemocratização do país.

Palavras-chave: Representações Sociais. Ditadura Militar. Famílias. Democracia.

Introdução

Apresentamos neste artigo algumas das reflexões que foram levantadas durante a mesa de abertura do curso de aperfeiçoamento “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, em 2018. As reflexões se ancoraram nos resultados da pesquisa que tematizou os desdobramentos do contexto da ditadura militar no Brasil, no período de 1964 a 1985, a partir da análise sobre as dinâmicas de família naquele contexto, em particular, com o foco na investigação acerca dos sentidos compartilhados de família, maternidade, de ser mãe e ser mulher.

Naquela ocasião, relacionamos os resultados da pesquisa e a memória da ditadura de 1964 ao contexto do golpe de 2016, seguidos de uma sequência de outros golpes como a PEC 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos; a Reforma do Ensino Médio; além das reformas da Previdência, a Reforma Trabalhista e Política, que configuram um conjunto de retrocessos contra a classe trabalhadora. No golpe parlamentar, jurídico, midiático, foi perpetrada a deposição da Presidenta, democraticamente eleita e buscamos analisar as repercussões desse feito: a perda da democracia e da liberdade no país.

Situamos a audiência do curso sobre a importância da universidade pública enquanto espaço democrático que envolve o contraditório, e tem a função pública de abrir o debate acerca de narrativas políticas atuais enquanto espaço acadêmico intelectual que busca demarcar sua autonomia em tempos de tentativa de censura e interdição do pensamento livre. A proposta do curso foi demarcar um posicionamento político da vida acadêmica e movimentar nas aulas, com

abordagens plurais das distintas ciências, a discussão e o entendimento do tempo presente.

Em particular, destacamos a pertinência desse debate com a comunidade mais ampla, pelo alinhamento com outras instituições federais e colegas docentes que desenvolveram similar proposta iniciada pelo prof. Luís Felipe Miguel na UnB; sobremaneira, como posicionamento de resistência política ao retrocesso na ebulição da situação viva de exaltação ao ódio, da disseminação de práticas de intolerância, e de ascensão ao poder de um ideário autoritário em uma sociedade extremamente assimétrica, que se instala com a propagação de novos rumos ao país por meio da adoção de perspectivas neoliberais radicais e de extrema direita no pós-golpe.

Articulamos neste artigo os dois momentos: o contexto em que os participantes da pesquisa viveram e o momento do curso, atual momento do país. Buscamos traçar as relações entre os dois períodos. Na rememoração daquele momento histórico dos anos 1960, apresentamos que foi configurado o estado de exceção no país, com supressão dos direitos civis e políticos da população, repressão às instituições sindicais e políticas, com a entrada em vigor de governos militares com a deposição inicial do governo eleito. Na arquitetura daquela organização política autoritária se tinha na área da economia, similar ao momento presente, o foco na internacionalização do capital; na área da comunicação, com igual semelhança, a realidade era sistematicamente distorcida em face à parceria da imprensa com os governos em vigor; e na esfera política, houve a implantação de intensa repressão contra aqueles considerados opositores ao “regime”, o que de modo análogo já se vislumbra no horizonte político do processo capitalista de “desdemocratização”, como foi cunhado por Luís Felipe Miguel (2018), ou seja, a anulação da democracia pelos poderes dominantes, todavia, com a manutenção de aparência da legalidade de continuidade das normas e estruturas democráticas.

Embora a análise macroeconômica seja fundamental para se compreender aspectos estruturais da sociogênese do distanciamento do Estado democrático de direito que foi sendo desenhado (tomada de poder de modo ilegal, desemprego estrutural, exclusão social, miséria, atraso, desigualdades), no passado e na atualidade, pautamos o foco na perspectiva microssocial de análise na dinâmica familiar, no contexto de extinção de direitos, da pesquisa relatada.

A tentativa da pesquisa foi de compreensão acerca do objeto social “família”, como este foi afetado e protagonizou formas de resistência no contexto particular da ditadura militar. Discutimos naquele estudo as implicações subjetivas daquela nova organização política nas relações familiares, em particular na associação entre família e gênero, ao tecer as análises de mudanças sociais e formas de dominação que repercutiram na dinâmica familiar com a entrada de mulheres no espaço público formal. A mudança é emblemática na análise microssocial, pois as mulheres-mães, por tanto tempo exclusivas do lar, capturadas e dominadas durante a ditadura, exercitaram a resistência e passaram a buscar por seus filhos que se encontravam na situação de presos, mortos e ou desaparecidos porque atuavam na militância política em defesa da democracia.

Situamos o leitor que a pesquisa que fundamentou as reflexões ora discutidas teve como objetivo a aproximação ao cotidiano dos denominados “anos de chumbo”⁶⁵ e, nesta intenção, escutamos as narrativas das histórias de vida de 19 participantes, cujas vidas familiares foram dilaceradas por terem filhos envolvidos na militância política naquele período. Destacamos que os relatos apresentados na abertura do curso de aperfeiçoamento foram um convite, aos participantes, para mergulharem nas reflexões sobre o que pode acontecer no país quando é rompido o Estado democrático de direito.

No golpe de 2016, as raízes também podem ser localizadas nas mudanças propostas pelo governo petista da Presidenta Dilma Rousseff que começaram a ameaçar os privilégios dos grupos dominantes e provocaram impactos na vida social. Inicialmente o governo tentou a chamada “faxina ética” de limpeza dos desvios políticos, porém, ao

⁶⁵ “Anos de chumbo” é [o termo] usado para definir o período da ditadura militar (1964-1985), configurado a partir do Ato institucional de número 5 (AI-5), em 1968, que extinguiu os direitos sociais e políticos da população brasileira.

mesmo tempo, a face misógina das interações rendeu à Presidenta eleita desafetos e tensionamentos na política, e divergências no encaminhamento econômico.

A tessitura do desgaste político da primeira Presidente mulher no Brasil foi iniciada com as chamadas “jornadas de Junho” de 2013, grandes manifestações contra o governo que apresentavam a tematização contra o aumento das passagens de ônibus e que, orquestradas por movimentos de oposição, foram sendo ampliadas aos serviços públicos em geral (educação, saúde e transportes). Semelhantes aos movimentos por educação para todos na década de 1960, essa massa de protestos levou à insatisfação popular que foi sendo associada à fragilidade da base social do governo, e superdimensionada a partir das alianças entre os políticos de direita com os rentistas, com o sistema jurídico, e com a grande mídia que se encarregou de extensas coberturas acerca do denominado “desgoverno” – tipificação cunhada pela mídia e que foi formando a opinião pública contrária ao governo eleito no segundo mandato da Presidenta Dilma. Em conjunto, estes segmentos e diferentes atores sociais forraram o esteio da ruptura democrática em 2016.

Vale sublinhar que a fragilização da política e dos políticos em geral foi fomentada nesse movimento de massa e oxigenado com as denúncias sistemáticas de corrupção efetivadas, segundo o Ministério Público, por integrantes do Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo em que ia sendo gestada a instauração da censura, e a polarização do debate político na cisão entre esquerda e direita, após a reeleição do governo Dilma, em 2014, que foi reeleita, a despeito do intenso desgaste em curso.

Entendemos que seria pertinente iniciar o curso com esta contextualização, porque os impactos da ditadura militar no Brasil, em nossa análise, ainda não foram suficientemente explorados, sobretudo, no que se refere aos aspectos das microrrelações sociais, cujas memórias sociais e significados não vêm à público espontaneamente, senão pela reconstrução, enquanto objetos de investigação científica.

Na tentativa de compreender esse momento histórico recente e ainda sem nitidez, de uma parte, reconhecemos que a Comissão Nacional da Verdade⁶⁶ tem tentado a restauração concreta dos fatos ocorridos naquele período. Por outra parte, é compreensível que a dor e o sofrimento provocados pelas perdas dos filhos foram, para muitas famílias, sufocados de forma perene. Nestes casos, o silenciamento da experiência vivida representa, também, o medo de que a exposição pública dos fatos, de algum modo, possa trazer vulnerabilidade à preservação dos demais membros da família. Estas suscetibilidades trazem opacidade a muitos aspectos, ainda nebulosos, acerca daquele período.

Compreendemos que esse silenciamento, o “esquecimento do vivido”, poupa as famílias do sentimento de culpa que lhes foi atribuído a partir da construção da narrativa dos militares contra os militantes políticos. Vieram a público argumentos de defesa que explicavam as prisões em decorrência de “possíveis excessos” dos militantes; em outras narrativas, as famílias de presos ou mortos durante o regime militar eram aquelas que geraram e educaram pessoas “comunistas”, terminologia usada como sinônimo de “pessoas do mal” ou “fonte de todo mal” e que mereciam ser castigadas. Hobsbawm (1998) anuncia que genocídios sistemáticos de grupos étnicos, formas de apartheid, e implantação de ditaduras, são formas de engessamento e de exclusão contemporâneas construídas por narrativas de eliminação das dissonâncias naturais dos conflitos sociais.

Ou seja, a ideia disseminada na ditadura de 1964, era de que os militantes políticos eram pessoas que representavam ameaças à integridade das famílias brasileiras, à similaridade do que dizem na atualidade sobre os “petistas”, terminologia que é adotada pelos defensores do golpe como sinônimo de pessoas inimigas, porque “de esquerda,

66 A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV objetiva apurar violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de Outubro de 1988.

corruptas, sem moral”, “pessoas do mal” que rivalizam com as “pessoas do bem” que são as pessoas de direita, anti-petistas, racistas, misóginos, LGBTQI’sfóbicos, moralistas, enquanto as pessoas consideradas do “mal” são aquelas historicamente excluídas – pobres, negros, pessoas consideradas violentas, fracassadas, impuras e que amedrontam, porque são apresentadas como portadoras das “falhas” sociais.

No contexto da ditadura militar de 1964, os familiares dos militantes políticos foram excluídos socialmente, considerados como inimigos públicos, e apresentados como pessoas do mal porque: “terroristas, subversivos ou guerrilheiros [...]” (SOUZA, 2005, p. 133). Na atualidade, a tentativa de uma narrativa de unidade hegemônica é reacionária e visa a construção identitária de superioridade dos ditos “cidadãos de bem”, com o ideário dos valores morais ancorados nos sentidos de “pátria”, “nacionalidade”, “família” e “religião”.

Estes atributos de defesa da ética e da neutralidade ideológica produzem a crença na exclusão de todos que não se alinhem a esse padrão de superioridade. Por sua vez, as pessoas que se reconhecem como os/as “escolhidos” são os seletos, superiores, em detrimento do que consideram pessoas e grupos a serem eliminados do convívio social.

Assim, torna-se claro o perigo que nos circunda, pois a considerada “nova política”, embora tenha o discurso populista e que, ao mesmo tempo, seduz parte da elite que o apoia, no modo de fazer política exclui dos direitos sociais o povo, a “ralé”, como bem situa Souza (2017); por conseguinte, autoriza o racismo e as demais manifestações de ódio, incivilidade e perda de direitos humanos, aqui entendidos na perspectiva de diálogo intercultural como defendido por Boaventura Santos (2018).

Com esta contextualização sócio-histórica lembramos à audiência do curso formada por estudantes, professores e comunidade em geral que entendemos a plausibilidade da pesquisa, na defesa da democracia, que é uma das bases da universidade pública, e garantia de sua autonomia e liberdade de pensamento. Nesta missão cidadã, coube-nos, naquele estudo acadêmico, abordar e esmiuçar o passado e o período da ditadura militar, como resgate de memória social compartilhada. E na atualidade, o conhecimento sobre aquele período pode auxiliar para a não radicalização e implantação da cultura de violência, de ódio, de intolerância, de perseguição, e de supressão de direitos, diante da ruptura democrática de 2016 e do retorno das forças conservadoras e reacionárias.

Na investigação relatada sobre família no contexto da ditadura de 1964, os questionamentos giravam em torno das perguntas: como se comportaram as mulheres-mães de filhos desaparecidos ou mortos durante o regime militar? Quais mudanças ocorreram na dinâmica familiar durante e após o regime de exceção, especificamente, nas famílias de militantes políticos? Como ocorreu a participação de mulheres-mães de militantes, durante a ditadura militar, na passagem do espaço privado para o espaço público?

As justificativas a estes questionamentos foram buscadas no respaldo de uma teoria psicossocial, a Teoria das Representações Sociais (TRS), que nos permitiu analisar as mudanças do papel social da mulher no Brasil-militar dos anos 1960, bem como cotejar estes resultados com os referenciais de luta por direitos humanos que foram protagonizados por mulheres em toda a América latina (ABREU, 1997; VALLE, 1999; CATELA, 2001). A TRS nos permite a análise psicossocial da construção das teorias de senso comum sobre um objeto social e expõe as ambiguidades e contradições dos grupos sociais em seus movimentos e relações de poder e de pertencimento; portanto, favorece a compreensão da polissemia de significados, para os distintos grupos, seus tensionamentos e variadas leituras (MARKOVÁ, 2007; MOSCOVICI, 2009).

Ao longo do texto, apresentaremos a família e seu viés conservador nas décadas de 60 e 70 do século passado; conceituaremos os principais construtos da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2009); situaremos o método e os resultados da pesquisa em dois eixos temáticos produzidos a partir da análise de Conteúdo e que se in-

terconectam como implicação direta da dinâmica familiar e no papel da mulher, com a alteração política no país: as mudanças nos papéis sociais tradicionais de mulher e mãe nas famílias brasileiras; e a entrada formal das mulheres-mães na sociedade; e por fim, apontaremos os sentidos compartilhados de família, maternidade e mulher, segundo as mulheres-mães de filhos desaparecidos/mortos na ditadura militar, tecendo as relações entre o passado vivido na ditadura de 1964 e o golpe de 2016.

A família e seu viés conservador nas décadas de 60 e 70 do século passado

No Brasil, em geral, e no nordeste brasileiro em especial, vicejavam na sociedade dos anos 60 e 70 do século passado o patriarcalismo; ou seja, a organização familiar mais usual, quando teve início a ditadura no Brasil, se constituía da figura de autoridade masculina que exercia o poder de mando nas relações sociais por ser o provedor do sustento da família. Nesta assimétrica e hierárquica relação, restava à figura feminina, a submissão, a obediência e o cumprimento com as atribuições domésticas no âmbito do mundo privado. No interior das famílias, cabia ao núcleo feminino o cuidado e criação da prole, tarefa que era algumas vezes diluída entre membros femininos, a chamada família extensiva, enquanto os rapazes mais velhos se responsabilizavam pelos mais novos apenas como tutores de supervisão em suas atividades de infância.

Naquele contexto, as concepções de família se restringiam aos grupos que apresentavam relações consanguíneas e de parentesco, compartilhadas no espaço privado doméstico e cabia aos pais a função social da garantia, da sobrevivência, e da segurança da prole (ARIÈS, 1981). Este conceito foi alargado paulatinamente, e a família, independentemente de sua configuração, passou a ser considerada fundamental na construção das subjetividades. Esta importância é compreendida porque, de uma parte, a família influencia a interação inicial dos sujeitos no mundo, colabora na construção de sua autorreferência, e, com a carga de valores que referenda aos seus membros, subsidia como irão interpretar a realidade (BERGER; LUCKMANN, 1994); e, de outra parte, família é locus de reprodução das crenças compartilhadas nas culturas, o que realça sua relevância subjetiva e social (BASTOS; ALCÂNTARA; FERREIRA-SANTOS, 2002).

Na organização familiar o feminino foi, tradicionalmente, associado à maternidade, cuja responsabilidade seria ofertar a educação doméstica, ou seja, às mães era assegurado o papel de transmissão do que singularizava aquele grupo familiar e suas referências enquanto grupo sociocultural por valores, regras, crenças, padrões emocionais do grupo em enredos particulares, ritos e jogos personalizados, gramática e sintaxes de comunicação e interpretação (CRUZ; SANTOS, 2017). A função familiar reprodutiva da mulher se vinculava à moral religiosa cristã, com o argumento único de sua importância na perpetuação da linhagem familiar.

A relação mulher-maternagem foi, então, naturalizada como se fosse inerente à condição feminina (BADINTER, 1985), e essa divisão de papéis sociais demarcou a histórica relação vertical entre homens e mulheres (SARTI, 2004). Para Carson (1995), a identidade de gênero das mulheres em seus aspectos simbólicos é, portanto, social e temporal, pois, é permeada, simultaneamente, por uma tríade de concepções relacionadas à maternidade, à situação de matrimônio e, mais recentemente, ao trabalho formal.

As transformações nessa construção identitária foram intensificadas com as mudanças no mundo do trabalho e os processos de industrialização que chegaram ao Brasil nos anos 1950 e trouxeram a alteração na participação social da mulher no âmbito público. O papel provedor não mais se constituía, exclusivamente, da composição do universo masculino, embora, essa alteração fosse considerada uma contravenção às expectativas de uma sociedade ainda pro-

fundamente machista (SCOTT, 1999).

Após um movimento ininterrupto de alterações, pode-se dizer que, na atualidade, estas concepções foram se transformando e a ideia de família é compreendida pela psicologia na perspectiva de uma cultura relacional. Neste sentido, os contextos e os processos de desenvolvimento são interdependentes, mediados por regras de convivência, acordos de civilidade, normas, instrumentos e crenças que são compartilhados, todavia, sua plasticidade e dinâmica possibilitam mudanças variadas no protagonismo e na atuação das funções de seus diferentes membros. A família é, ainda, lugar de memória social, pois lhe cabe responder pelo repositório relativo aos seus referentes que são repassados pela memória afetiva e social às novas gerações.

Assim, o que vai ser lembrado e/ou o que será esquecido, ou seja, os artefatos que mantêm a identidade familiar e a pertença do sujeito ao grupo são perpetuados pelo próprio grupo social (SCOTT, 2009). Diante desse cenário, nos inquietava compreender as implicações submersas presentes na família naquele contexto da ditadura e este interesse nos fez tentar investigar como, naquele momento histórico, alguns estratos da família nordestina, com sua herança eurocêntrica e burguesa da sociedade brasileira (SARTI, 1997, 2004; RIBEIRO & CRUZ, 2013; RIBEIRO & CRUZ, 2016), e outras das camadas populares, foram confrontadas com a realidade díspare, rota, subterrânea e cruel do regime de exceção e a enfrentaram. Compartilhamos da ideia de resistência, como comenta Scott: “Em todas estas versões, a família, por ser variada e ter uma lógica própria, é resistente” (2010, p. 264).

De modo geral, podemos dizer que na implementação do sistema, e durante a ditadura militar, os homens-pais dos militantes políticos tiveram seus papéis sociais ameaçados, porque esvaziados da autoridade que, até então, desfrutavam na esfera privada, mesmo quando as mulheres já ocupavam os espaços públicos do trabalho formal e esse lugar, simbolicamente, continuava preservado. Segundo os relatos das participantes da pesquisa, os pais dos militantes políticos se mostraram frágeis diante da forte opressão do sistema político e esta situação permitiu que as mulheres entrassem na vida pública e, sobretudo, ocupassem o protagonismo na família, nos lugares de luta e na resistência política à ditadura militar, como comentaremos, a seguir.

A resistência e a luta das mulheres contra a ditadura militar de 1964

A luta da população brasileira para não ser destituída dos direitos sociais que alcançam as várias dimensões da vida familiar, afetiva, profissional e política durante a ditadura de 1964 foi intensa e mobilizada por grupos diversos: partidos políticos considerados de esquerda; por meio do movimento estudantil secundarista e universitário, com vigor e consciência política; e por setores progressistas da Igreja Católica. No âmbito local, em Pernambuco, citamos com destaque a resistência por meio da organização das Ligas Camponesas e o Movimento de Cultura Popular (MCP) que faziam o enfrentamento com os setores mais conservadores da sociedade (VALLE, 1999). Esses movimentos respondiam pela mobilização dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária, e por melhores condições de vida para aqueles que migravam para os centros urbanos pela falta de condições de vida no campo. Esse movimento popular foi influenciado pelas elites intelectuais que tutelaram, com interesses políticos, o tom progressista de enfrentamento ao regime político pelas massas.

Naquele momento histórico, mesmo que a grande mídia divulgasse notícias triviais como se existisse um clima

de “normalidade” no país, com narração de grandes eventos esportivos, entretenimentos, e banalidades do cotidiano, a violência se perpetrava nos porões da ditadura e em cada esquina recôndita das várias cidades brasileiras. As lideranças do MCP foram perseguidas em Recife e houve destruição de obras de arte e documentos ligados à cultura local, cujo acervo se encontrava no Sítio da Trindade, um parque histórico local. Por toda parte, via-se perseguição, prisão e tortura dos militantes políticos contrários ao regime militar e, por conseguinte, a resistência atingiu o cotidiano das famílias em geral, e das famílias dos militantes, em particular, com vetores de profunda transformação na cultura do que era tipificado para as mulheres, como se verá na próxima sessão.

Mulheres em tempos de exceção: outras maternidades, outros matrimônios e novos campos de trabalho

Em Recife, cidade local da pesquisa, o denominado ciclo do açúcar sustentava a economia e os senhores de engenhos e suas famílias detinham o poder político e difundiam seus hábitos e costumes, o que era assimilado como se aquela cultura particular fosse acessível às demais famílias pernambucanas. O modelo que estruturou as desigualdades sociais se pautava na família da casa grande, com suas mulheres “sinhazinhas”, enquanto as famílias da senzala, consideradas ainda mais inferiores do que as primeiras, tinham o seu modo de vida e suas subjetividades invalidadas pela estética predominante. O “senhor de engenho” representava a autoridade familiar em uma sociedade de base escravista, poligâmica e sexista e todas as mulheres, sinhazinhas e escravas, eram submissas à ordem patriarcal. As mudanças nessa ordem começaram quando os projetos desenvolvimentistas dos anos 1950 trouxeram rupturas à estabilidade econômica da elite açucareira.

No âmbito da sexualidade, o advento da pílula anticoncepcional abriu portas ao debate dos temas caros ao feminismo, à maternidade e à sexualidade feminina, tais como a questão da reprodução/não reprodução, o direito ao aborto e ao prazer sexual, agora desvinculado da relação matrimonial. Em Pernambuco em particular, a grande mudança de costumes no discurso de saneamento do comunismo e dos comunistas e nos papéis típicos que eram atribuídos ao masculino e ao feminino se deu com a atuação das mães de militantes políticos, diante do desaparecimento e/ou morte de seus filhos. Elas ocuparam o espaço público e as funções domésticas foram delegadas a outras mulheres da família, as filhas mais velhas por exemplo.

A inserção das mulheres-mães na resistência política, durante a ditadura militar e em anos subsequentes, alavancou a construção de outros marcadores de gênero porque alterou os padrões de referência que eram tradicionalmente associados ao feminino.

A Teoria das Representações Sociais e os fenômenos psicossociais

Na pesquisa adotamos a Teoria das Representações Sociais como fundamento por compreender a base psicossocial do pensamento social que orienta a realidade social, organiza as comunicações, as condutas e as práticas. As representações sociais (RS) formam uma rede entre a dimensão psicológica, a social e os processos de comunicação social; constroem a ideia de que o senso comum e o cotidiano têm importância similar à construção do pensamento científico. Essa ruptura epistemológica com o pensamento sociológico da época inaugurou uma outra perspectiva que via o processo de difusão do conhecimento científico em processo ativo de construção e reconstrução da realidade.

Moscovici ([1978]2012) atualiza a noção de representações coletivas de Durkheim e enfatiza a dinâmica das representações, sintonizado com a ideia do pluralismo, da velocidade, e das múltiplas influências de contextos dife-

rentes. Numa conceituação, Jodelet (2001, p. 22) teoriza que as RS são “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção simbólica de uma realidade comum a um conjunto social”.

Os processos de construção das RS, objetivação e ancoragem, ocorrem na tentativa de dar familiaridade ao que é desconhecido ou novo, bem como para manutenção da realidade social dos contextos nos quais sujeitos e grupos interagem. A objetivação traz concretude ao objeto representado apoiado na memória que evoca imagens, naturaliza e transforma os conceitos científicos, e impõe significado à comunicação. A ancoragem, por sua vez, relaciona o objeto a um sistema de categorias familiares e funcionais, que está hierarquicamente constituído (MOSCOVICI, [1978]2012, 2009).

Para Jodelet (2005, p. 48), a ancoragem é percebida como “[...] enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalização do saber [...]”, ou seja, trata-se de um processo de categorização dos objetos em sistemas de referências instituídos socialmente, a partir da integração de novas informações a um sistema de valores e crenças próprio dos sujeitos, o que lhes permite a denominação e classificação de tais objetos sociais em função dos laços semânticos entre sujeito, objeto e grupo social (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

As RS possuem quatro funções: a função do saber que dá sentido à realidade social, possibilita a compreensão e explicação dos fenômenos complexos e de suas ações; a função de orientação, guia condutas e orienta práticas sociais; a função identitária, que evidencia a importância das RS na definição das identidades dos sujeitos e dos grupos; e a função justificadora, que avalia, explica e justifica as ações (MENANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2010; SANTOS, 2005).

As representações sociais não são isoladas e se enredam em sistemas de representações dialogais em redes de significados, sentidos compartilhados que justificam o seu agrupamento (WALCHEKE; WOLTER, 2013). São sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um “referencial de um pensamento preexistente sendo esse dependente de crenças ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo e da existência” (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 216).

Na origem das RS existe um princípio organizativo que funciona com estatuto de um axioma que rege as condutas sociais, denominado themata, que corresponde às ideias centrais contidas nas RS de objetos polêmicos e polissêmicos e, de certa forma, é a noção do novo que emerge nas práticas sociais. Em outras palavras, as themata correspondem a temas gerais, a princípios organizadores, ideias centrais, a partir das quais se cria uma RS. Significa dizer que as themata são ideias universais que se perdem no decorrer do tempo das sociedades, disseminadas em variados objetos e, em certa medida, autônomas e dissociadas da estrutura social. É possível questionar de onde vêm essas ideias ao redor das quais as representações são formadas ou mesmo são geradas.

Para a linguística, cada fala, por exemplo, tem um “núcleo de sentido”, em última instância, uma referência que é atribuída ao sentido da fala. E com a atividade da reiteração ou reescrita no discurso, há também, progressivamente, a construção de chaves para a leitura semântica que é imposta ao leitor ou ouvinte (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003).

Ou seja, todos os discursos, as crenças e as representações provêm de muitos outros discursos e de muitas outras representações antes elaboradas por sujeitos e grupos e delas derivadas. Essas ideias primárias ou pseudoconceptuais seriam histórias retóricas e crenças sociais que possuem o status de imagens genéricas, por exemplo, as antinomias

bem/mal, belo/feio, bom/mau, puro/impuro, maioria/minoria, normalidade/anormalidade, saúde/doença. Estes sentidos inclusivistas/excludentes percorreriam quaisquer objetos sociais e seriam sentidos compartilhados que relacionam as RS aos mitos, aos preconceitos e aos estereótipos. A difusão das RS tem possibilitado um maior alcance de conhecimentos e informações partilhadas nas mídias, pelo advento das tecnologias digitais e pela comunicação social, nas interações.

Método

A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva qualitativa e usou como recurso metodológico a realização de entrevistas que foram gravadas, com consentimento e assinatura prévia dos termos de consentimento livre e esclarecido. Como procedimento metodológico adotamos a narrativa oral de histórias de vida de mulheres mães e parentes familiares de militantes políticos presos, mortos ou desaparecidos, por ocasião da ditadura militar de 1964, o que permitiu aos participantes que resgatassem suas lembranças e memória afetiva acerca daquele período e, em especial, sobre as alterações que viram acontecer na dinâmica das suas famílias.

Os participantes da pesquisa-base foram dezenove familiares de militantes em 05 cidades brasileiras agrupados segundo a situação do familiar militante, se preso, morto e/ou desaparecido político. Na cidade de Recife, com o foco na dinâmica familiar nos debruçaremos sobre as análises de duas dessas entrevistas realizadas desconsiderando essa classificação inicial, pois uma das entrevistadas teve o irmão morto, e, quanto à outra, o irmão permanece na situação de desaparecido político. As entrevistadas foram mulheres na faixa etária dos 60 anos, com escolarização de nível superior, atuando como professoras no sistema público de educação. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho das participantes, gravadas e literalmente transcritas.

Na análise, aplicamos a categorização temática de conteúdo (BARDIN, 2004). Na sistematização das narrativas construímos eixos temáticos de sentidos que se inter-relacionam: mudanças nos papéis sociais no interior das famílias na ditadura militar; e a ocupação do espaço público pelas mulheres-mães de militantes políticos.

Resultados e discussão

Os eixos temáticos serão apresentados interligados, porque os significados das mudanças psicossociais, embora com matrizes distintas, se entrelaçam na dinâmica das relações sociais, ora se fundem, ora se mesclam, ou ainda, caminham e se impulsionam em intercâmbio.

Mudanças nos papéis sociais no interior das famílias na ditadura militar e a ocupação do espaço público pelas mulheres-mães de militantes políticos

Um primeiro aspecto a abordar refere-se aos papéis familiares, antes ocupados pelas mães e que foram delegados às filhas, não militantes, ou seja, houve a mudança no perfil da maternagem, pois, as mulheres-mães passaram a ocupar o espaço público e as funções maternas foram assumidas por outras mulheres da família. Por um lado, a ocupação desse espaço se deu pela resistência política, por meio de denúncias e ações contra as arbitrariedades do regime militar; e por outro, foi iniciada por muitas mulheres a busca por qualificação profissional, que as permitisse a localização, busca e proteção dos seus filhos militantes presos, desaparecidos e/ou mortos.

Essa mudança na luta por direitos sociais e políticos que eram sonegados pelo estado de exceção provocou a ruptura da tradicional dinâmica familiar e as atribuições de cuidadoras dos filhos que eram destinadas às mulheres e à

sua condição “naturalizada” de maternidade. No extrato da entrevista, ilustramos essa emblemática mudança, com a força metafórica da imagem de leoa que foi evocada: “a mamãe se engajou completamente [...]. Ela virou uma leoa...”. A entrevistada nos relata, em sua narrativa, a superação de um lugar de submissão da mãe, distanciada da política, para que a mulher-mãe pudesse assumir o protagonismo da brava militante por direitos, por liberdade e por democracia. Ao mesmo tempo, a imagem da felina arguta expressa a força das mulheres-mães, quando saem em defesa de suas crias.

O outro aspecto, a entrada no mundo profissional, pode ser ilustrada no extrato de fala a seguir: “...ela [a mãe] ... foi estudar, fez Direito, só pra ver as coisas de Antonio...”. Neste exemplo, vimos que a sonegação de informações sobre o filho levou uma das mães à educação superior, naquela época um curso de acesso restrito às mulheres. A tentativa do domínio na área jurídica, tinha como objetivo primeiro assegurar os direitos do seu filho militante, qualquer que fosse a sua condição, enquanto os outros filhos eram cuidados pelas irmãs mais velhas ou outras mulheres da família.

Com esta partilha informal das responsabilidades da maternagem entre as demais mulheres da família foi inaugurada uma nova maneira de aprendizado do que é ser mãe, pois agora a relação materna começava a ser construída na interatividade do dia-a-dia com os irmãos, na ausência de um modelo de mãe a ser seguido. Com protagonismo diante das necessidades de cuidado e proteção da família, a irmã mais velha nos diz: “... eu passei a ser adulta de uma hora pra outra, e... com isso a necessidade de tomar conta de vários dos meninos [meus irmãos]. ... eu fiquei responsável, tinha só 23 anos, e tinha que proteger meus irmãos... Eu era também um pouco mãe dos meus irmãos’.

Ao mesmo tempo, uma questão a destacar é que a entrada na vida profissional qualificada das mulheres-mães, ensinou às novas gerações de mulheres da família a importância da independência financeira e da qualificação, para gerir com autonomia seus projetos de vida: “...quando tudo ficou mais calmo eu disse à minha mãe ... agora eu vou pra São Paulo continuar meus estudos... eu tenho que cuidar da minha vida também”. Estas novas mulheres começaram a ser formadas para a não submissão nos próprios ambientes domésticos, e lá iniciaram a luta diária contra o autoritarismo e a perda dos direitos individuais no regime militar, mesmo quando a violência desse período adentrava, sem permissão, nas suas vidas:

eles (os pais) foram para o necrotério e eu fiquei com meus irmãos menores. Naquele dia, um policial queria entrar na marra na minha casa: (ele disse) ‘eu vim investigar o crime. “mas como! se o meu irmão foi assassinado na rua”. (ela diz como respondeu ao policial)... Corri lá pra dentro, pro quarto do meu pai, aí peguei o revólver que era do meu pai. Eu sabia que ele tinha... (resposta ao policial): “se você passar desse portão vou dar um tiro, se atreva!”. Eu nem sabia pegar um revólver, muito menos atirar, mas na hora me veio ... e elevei a voz bem alto para chamar a atenção dos vizinhos...

A mulher jovem, irmã do militante morto, nos diz da mudança que a ditadura militar trouxe à identidade de gênero das mulheres: elas deixam pra traz a submissão e fazem a adoção dos referentes do mundo masculino, tais como o uso de armas de fogo; enfrentamento às ameaças; rupturas com modos de intimidação; comportamentos e posturas para chamar a atenção, o que transgredia a educação das mulheres de classe média da década de 1960, talhadas para a submissão, o silenciamento e a discricção diante do mando masculino. Assim, as mulheres-filhas começaram a se defender e enfrentar a autoridade masculina, incluindo o mundo privado doméstico, com o objetivo de mais igualdade; e, enquanto isso, as mulheres-mães se inseriram no espaço público e na luta política por seus filhos.

Um novo papel das mulheres-mães daquele período era ensinar às filhas o que nunca tinham aprendido. Por exemplo, o movimento de subversão pelas mulheres à ordem e à autoridade masculina e que foi iniciado no espa-

ço doméstico, sob orientação materna, prosseguia no ensinamento às filhas a desconfiança em relação aos homens “estranhos”. Esta aprendizagem foi valiosa para as novas mulheres porque, naquele momento, o “estranho” poderia ser uma ameaça real, ou seja, as mães ensinaram o enfrentamento do perigo da violência da ditadura com o uso da estratégia da cautela, já que era comum, naquela ocasião, práticas de sequestro, tortura e desaparecimento de pessoas consideradas suspeitas ao regime: “... eu peço comportamento de vocês, não converse com estranho, se vieram lhe dar alguma coisa não aceite”.

A desconfiança era um mecanismo de sobrevivência e a favor da vida, diante da repressão; e o enfrentamento da violência, a despeito do medo que enfrentavam, ocorria na situação em que as famílias se percebiam em extrema vulnerabilidade, e a liberdade era o que lhes restava, pois a vida já estava sendo sonogada:

Eu enfrentei o medo... ou enfrentava ou sucumbia ...não podia ficar em cima do muro... eu tinha que enfrentar, não podia calar, porque “o que eles poderiam fazer?” era matar a gente! aí eu dizia só o que pode acontecer é eu morrer!

O medo e a sensação de morte iminente experimentados pelas participantes não eram fictícios, todavia, diante da repressão e violência extrema, a morte amedrontava menos do que a tortura psicológica cotidiana. Este impasse entre o medo e seu enfrentamento gestava forças nas mudanças dos papéis sociais. No plano do mundo do trabalho, as mulheres iniciaram a sua qualificação no embate do uso da força intelectual contra a força física que era domínio dos homens:

Mas a gente sempre enfrentou os problemas, a gente sentava e resolvia de um modo honesto ...eu não vou fugir eternamente... os homens são mais de ir à luta... de força braçal ... e as mulheres brigavam com os neurônios.

No enfrentamento masculino por meio da denominada “briga com os neurônios”, as mulheres passaram a se reconhecer capazes de enfrentar os torturadores e, ao mesmo tempo, permaneceram nutrindo a suavidade que caracterizava a maternagem tradicional, na proteção aos irmãos menores. Quando as mães se excediam nas críticas aos militares, por exemplo, as irmãs mais velhas tentavam diluir as tensões que brotavam da situação junto aos irmãos menores. A mãe dizia: “Eles mataram Antônio e agora mataram seu pai”. Os irmãos perguntavam “como assim....?”, pois, por serem muito pequenos, eles e elas ainda não compreendiam a relação entre as duas mortes provocadas, direta e indiretamente, pela ditadura.

Em Recife, para algumas das mulheres das camadas médias da população o exercício da prática profissional foi iniciado, de modo informal, nas ações humanitárias e assistenciais ao próximo e que foram desenvolvidas sob a responsabilidade da Igreja Católica. Para outras mulheres, a profissão iniciou em atividades vinculadas ao cuidado, ação já apropriada na educação doméstica, e elas se inseriam com segurança na educação escolar de crianças (MAIA, 2009), entendendo que tal ação implica no cuidado: “... minha mãe cuidava da gente, era professora, mas não trabalhava fora não.”

A docência vai se insurgindo como profissão feminina pelo requerimento desse cuidado, tradicionalmente con-

siderado atributo espontâneo do feminino, e a qualificação pelos estudos vai se apresentando, naquela ocasião, como possibilidade emancipatória de profissionalização.

A respeito da fragilidade masculina durante a ditadura, já comentada, as participantes nos falaram ainda que, diante da violenta repressão e censura, os homens viveram o interdito de seu poder. A perda simbólica desse lugar de autoridade levou alguns dos homens-pais de militantes ao adoecimento, à solidão, e à morte: “meu pai adoeceu, não falava.... um dia vomitou sangue...foi pro hospital e de lá não saiu...”.

Nas narrativas de mulheres que viveram aquele período, vimos que a dinâmica familiar foi alterada durante a ditadura militar, pois os homens, antes vigorosos no provento familiar e senhores absolutos no exercício de poder, passaram a expressar falta de ânimo e a experimentar a fragilidade da sua impotência no enfrentamento daquela opressora situação.

Considerações finais

Neste artigo, adotamos a estratégia didática de revisitar o passado recente da ditadura de 1964, na intenção de que o resgate de memória pudesse contribuir na leitura consistente da realidade nacional recente e atual, pois as relações que buscamos traçar entre os dois períodos partiu da premissa de que a natureza jurídico-político-midiática do golpe de 2016 foi similar ao que aconteceu em 1964. Naquele momento, as ameaças de prisão, de tortura e morte aos considerados “inimigos políticos” integravam a propaganda que foi sendo disseminada contra os que se posicionavam contrariamente às medidas de cerceamento da liberdade (SHIRER, 2017), em muito semelhante ao atual momento de ataque e “extirpação” de direitos dos que são considerados os inimigos atuais: “os petistas”, “esquerdopatas”, “professores”, “artistas” e demais categorias que na atualidade se posicionam contra o golpe de 2016. Localizamos, assim, que de modo análogo ao passado foi construída na atualidade uma narrativa político-midiática de “combate à corrupção” que serviu de escudo inquebrantável pelo avanço da direita, e recurso de homogeneização social que se posicionava contra os novos inimigos, o Partido dos Trabalhadores e suas principais lideranças. Na análise contextualizada daquela realidade do passado conferimos que houve profundas mudanças sociais na identidade de gênero, suscitadas pelo sistema político, bem como modificações periféricas. De uma parte, vimos que havia a preservação da mulher no cuidado com os filhos, embora não mais com exclusividade materna, e sim, em corresponsabilidade com outras mulheres da família, o que configura o exercício da maternidade como aprendizagem social, temporal e histórica. De outra parte, havia a busca por qualificação profissional, seja para fortalecer a luta pelos direitos sonogados, seja por uma nova perspectiva de vida para as mulheres jovens.

A inserção das mulheres-mães no mundo do trabalho, inicialmente nas práticas assistencialistas da Igreja Católica, indicou naquele período a busca de proteção simbólica, em um espaço ainda resguardado dos perigos do mundo da vida, durante a transição, e o início da profissionalização feminina com a saída das mulheres do espaço doméstico. Foi interessante observar também que a concepção do cuidado parental diante do contexto de repressão ultrapassava o sentido de proteção aos perigos naturais e passou a significar a preparação dos filhos para lidar com a desconfiança de quem poderia ser uma ameaça à vida: os estranhos, os militares, a polícia.

Nas relações afetivas na família vimos a mudança de expressão do amor maternal que, anteriormente, aparecia na alegria pela vida, nas festas, e em pratos cozinhados pelas mães a serem saboreados (MASSON, 2002), e que passou a ser expresso na tristeza, na luta pela sobrevivência no cenário adverso; na inserção no espaço público com dedicação e esforço no sentido de saberem o destino de seus filhos desaparecidos e/ou mortos pela ditadura. Assim, as

mães de militantes presos, mortos e/ou desaparecidos entraram no espaço público, com a ocupação de um novo lugar da mulher na sociedade.

Essa ocupação do espaço público pelas mulheres foi, então, sendo progressivamente e continuamente ampliado com muitas transformações: na busca por qualificação profissional das novas gerações de mulheres das famílias, na prioridade dada aos estudos antes da constituição de suas famílias, na saída de casa para estudar em outros centros mais avançados, no adiamento da maternidade. Estes sinais foram expressivos da ruptura com a dominação masculina e não emergiram sem luta política, tal qual as mulheres-mães que a iniciaram na luta por seus filhos mortos e desaparecidos na ditadura militar.

As narrativas dessas mulheres em situação de profundo sofrimento, mas em posicionamento de resistência, por um lado nos comove e indigna; e por outro, nos faz avançar em proposições e na construção de alternativas para enfrentamentos diante dos retrocessos que se avizinham. Em várias frentes que se insurgem a exigência é de luta para o retorno à democracia do Brasil, e o curso “O golpe de 2016 e os rumos da democracia no Brasil” desenhou uma interessante oportunidade para iniciarmos essa caminhada.

Referências

ABREU, A. A. Quando eles eram jovens revolucionários. In: H. VIANA (org.). Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ABRIC, Jean-Claude. *Pratiques sociales et représentations*, Paris, P.U.F., 1994.

ANDRADE, M. A. A. A identidade como representação e a representação como identidade. In: A. S. P. Moreira e D.C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares em representação social*, Goiânia: AB, p. 141-149, 2000.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Trad.: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981 (trabalho original publicado em 1973).

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, 1985. Disponível em: <<http://groups-beta.google.com/group/digital-source>>.

BASTOS, A. C. S., ALCÂNTARA, M. A. R. & FERREIRA-SANTOS, J. E. Novas Famílias Urbanas. In: E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho & S. H. Koller (Org.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 98-133). São Paulo: Casa do Psicólogo/Salvador: Ed. UFBA, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BERGER, L. P.; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CARSON, A. C. Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. *Cadernos Pagu*, s/n, p. 196, 1995.

CATELA, L. S. *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina* (R. Goldenzweig,

P. Farias & R. Britto, Trans.). São Paulo: Hucitec, 2001.

CORSARO, W. *Sociologia da infância*. Artmed: Porto Alegre, 2011.

COUTINHO, S. M. S., MENANDRO, P. R. M. *A dona de tudo: um estudo intergeracional sobre representações sociais de mãe e esposa*. Vitória: EdUFES, 2009.

CRUZ, Fatima M. L.; SANTOS, M. Fátima. As mães de filhos mortos/desaparecidos na ditadura militar no Brasil: da luta política das mulheres à inserção no espaço público. *L ORDINAIRE DES AMÉRIQUES*, v. 1, p. 1-16, 2017.

GIANORDOLI-NASCIMENTO I.F. *Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2006.

HOBSBAWM, E. *Historia del sigla XX*. Buenos Aires: Crítica, 1998.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In, D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* Rio de Janeiro: UERJ, pp. 17-44, 2001.

_____. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MAIA, H. Docência: desafios teóricos e práticos da profissão. BERNARDINI, C. H. Trabalho docente nas séries iniciais. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

MARKOVÁ, I. *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MASSON, E. Les nourritures de la mémoire et l'identité. In, S. Laurens & N. Roussiau (Org.) *La mémoire sociale : identités et représentations sociales* (pp. 279-286). Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2002.

MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 55, n. 1, p. 42-55, 2003.

MOSCOVICI, S. Preconceito e representações sociais. In: A. Almeida; D. Jodelet (Orgs). *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus Editora, 2009. p. 17-34.

_____. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge; VIGNAUX, Georges. O conceito de themata. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 404 p.

NUERNBERG, A. Reflexões sobre gênero e psicologia no Brasil. In: M. C. Lago et al (Orgs). *Gênero e pesquisa em psicologia social*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2008. p. 15-59.

RIBEIRO, F. S. & CRUZ, F. M. L. Representações sociais de família por crianças na cidade de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 2013, 25(3), 612-622.

RIBEIRO, F. S. ; CRUZ, Fatima Maria Leite Cruz . Crianças, contextos de escolas, e suas Representações Sociais de família. *Psicologia e Educação*, v. 43, p. 81-90, 2016.

SÁ, C. P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 20(2), p. 290-295. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul”, in Santos, Boaventura de Sousa; Mendes, José Manuel (orgs.), *Demodiversidade. Imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, M. F. S. *Diálogos com a teoria da representação social*. Editora Universitária UFPE, 2005.

SARTI, C.A. (1997). Os filhos dos trabalhadores: quem cuida das crianças? In: A. C. P. Bretas (org.), *Trabalho, saúde e gênero: na era da globalização*. Goiânia: AB, pp. 51-60.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: *revisitando uma trajetória*. Estudos Feministas, 12(2), pp. 35-50. 2004.

_____. Famílias enredadas. In: A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 21-36). São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. Debate feminista. *Cidadania e feminismo*. Cia Melhoramentos, São Paulo. 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995, In, *Gênero, Sexualidade e Educação: novas cartografias, velhos problemas*, Educ. rev. n. 35 Curitiba, 2009.

SCOTT, Parry. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 25, n. 2, Brasília May/Aug.

SHIRER, W. L. *Ascensão e queda do Terceiro Reich: triunfo e consolidação (1933 – 1939)*. Trad.: Pedro Pomar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SOUZA, Jessé. *A Elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, L. Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária. In: *Simpósio Nacional de psicologia social e do desenvolvimento humano*, 10, Vitória. 2005. Disponível em: <www.simpsodes.pro.br>.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, A. M.; SANTOS, M. F.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011, p.101-121.

VALLE, M. R. 1968: *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: EdUnicamp, 1999.

VAN DIJK, T. A. Como a rede globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff. *Conversa Afiada*. 19 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/pig/assim-a-globo-derrubou-a-dilma>>. Acesso em 23/agosto/2018.

WOLTER, R. P., & WACHELKE, J. F. R. Índices de distribuição de evocações: Raridade, diversidade e comunidade de corpora de representações sociais. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, 2013, 15,119-129.

COLAPSO DA CIVILIZAÇÃO, CRISE AMBIENTAL E O AVANÇO DO PENSAMENTO CONSERVADOR

Marcos Costa Lima

Eduardo Matos Oliveira

RESUMO

O artigo analisa a crise econômica, social e ambiental que o mundo atravessa atualmente. Destaca-se a impossibilidade de separação entre os problemas da economia e do meio-ambiente, visto que as raízes do desequilíbrio têm como origem a incapacidade de enxergar o homem como parte integrante da natureza. Na primeira parte do texto, serão abordados os fatores econômicos de relevância para a contextualização do tema, em especial, os debates a respeito da decadência do capitalismo. Em seguida, discutiremos as reflexões teóricas a respeito da crise ambiental. Finalmente, o avanço do pensamento conservador que estimula o alastramento dessas crises.

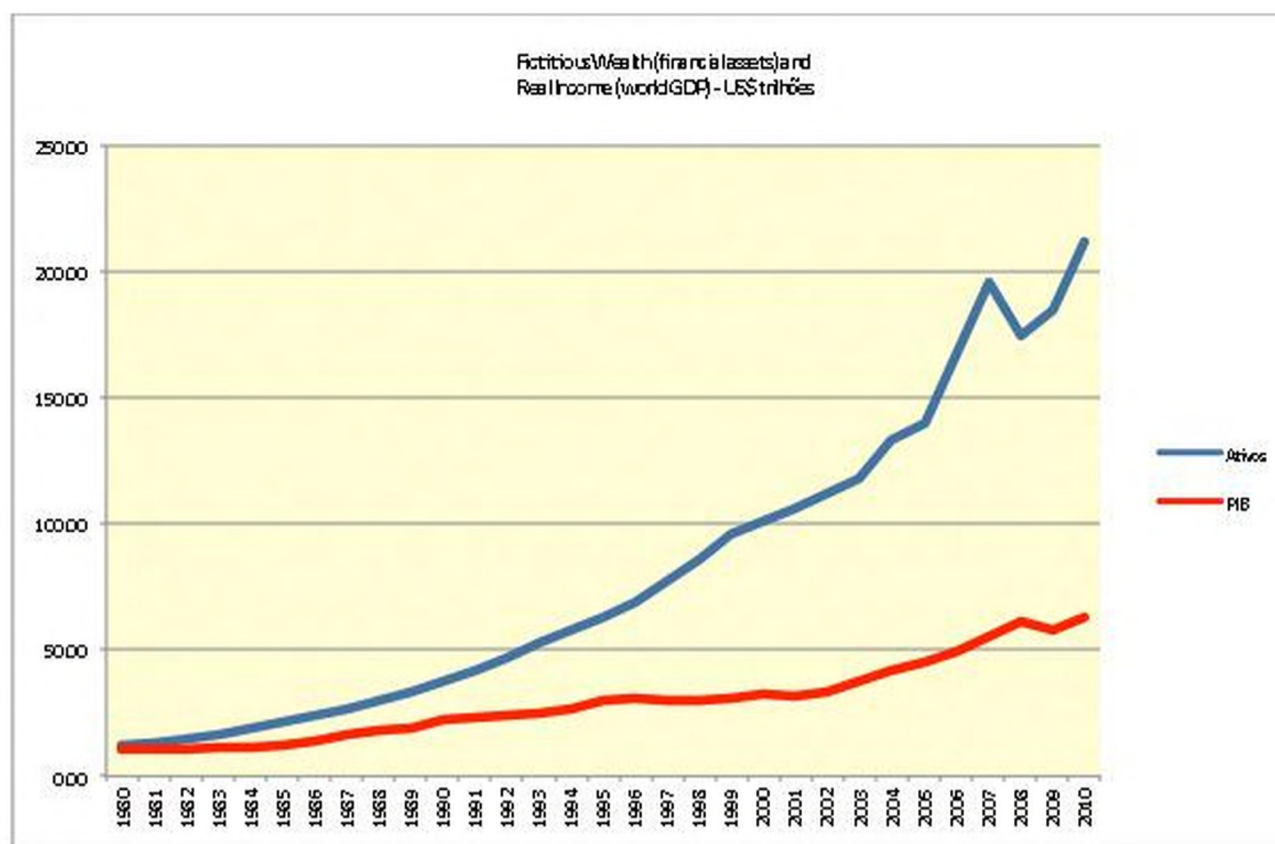
Palavras-chave: Meio-Ambiente. Capitalismo. Crise Sistêmica. Avanço do Conservadorismo. Amazônia. Sinais de Barbárie.

Introdução

Há um conjunto significativo de autores que tem explicitado de forma incisiva o desastre iminente, seja ambiental, seja humanitário, que o mundo está atravessando em virtude da direção tomada pelo capitalismo contemporâneo. Os sintomas já se fazem presentes e têm perfis multidimensionais: econômico, social, de valores, das relações de trabalho e, sobretudo, ecológico. Não estabelecem data, tampouco anunciam qual sistema virá substituir o modelo liberal dominante, mas indicam toda uma sintomatologia que deve ser tratada e aprofundada, se queremos dar sentido aos ditames de Nêmesis. A estátua de Nêmesis segura a roda da Fortuna com o pé direito apoiado sobre um adversário dominado. Entende-se Nêmesis como a situação negativa que se segue a um período particularmente favorável, como ato de justiça compensatória. A ideia que subjaz ao termo é a de que o mundo deve obedecer a uma lei de harmonia, segundo a qual o bem deve ser compensado pelo mal em igual medida (PRIGOGINE, 1996; STENGERS, 2009; LATOUR, 2004; MOORE, 2015; CHESNAIS, 2016; WALLERSTEIN, 2013; COLLINS, 2013; KLEIN, 2015; SASSEN, 2014; STREEK, 2016).

Considerando que a crise não é apenas econômica, o fator ambiental torna-se indispensável para as análises; além do mais, a insatisfação social gerada com as políticas de austeridade também atinge patamares antes inimagináveis. A literatura que aborda a financeirização do capital há tempos alerta para os efeitos danosos de uma economia baseada na especulação. As sucessivas crises financeiras durante a década de 1990 no México, Brasil e Argentina, por exemplo, foram apenas uma prévia da grande bolha que estourou em 2008, antecipada pela bolha ponto.com em 2001, e atingiu as principais economias do centro do sistema capitalista. O gráfico abaixo demonstra como o crescimento da riqueza fictícia superou o crescimento do PIB global desde os anos 1980.

Figura 1: Riqueza fictícia e PIB global em trilhões (USD)



Fonte: World Development Indicators (World Bank), 2018.

François Chesnais (2016) acrescenta que a atual situação econômica em conjunto com a crise ambiental pode levar a humanidade à barbárie. Segundo ele, a mortalidade decorrente de guerras locais, doenças, falta de saneamento básico e má nutrição em virtude da condição de pobreza continuará a ser contada em dezenas, ou talvez centenas de milhões. Os impactos da mudança climática se tornam mais palpáveis em regiões como o Delta do Ganges, ilhas no sudeste asiático e partes do continente africano, onde as populações afetadas iniciam sua luta por sobrevivência. Conseqüentemente, os resultados envolvem o movimento em massa de refugiados, conflitos violentos para controle dos recursos hídricos e guerras civis prolongadas com intervenções externas (Ibid., p. 271).

Dentro desse panorama, é necessário analisar a questão ambiental de forma interconectada e inseparável da crise econômica e política que o mundo atravessa. Essa é a proposta deste artigo que indica ainda o movimento conservador que avança em escala mundial, no qual o Golpe brasileiro é uma evidência.

Primeiramente, iremos tratar dos fatores econômicos de relevância para a contextualização do tema, em especial, os debates a respeito do possível ocaso do capitalismo. Em seguida, discutiremos a crise ambiental e as conseqüências da separação histórica entre o homem e a natureza. Por fim, analisaremos brevemente os impactos ocorridos no Brasil, desde o Golpe que depôs o governo legitimamente eleito de Dilma Rousseff.

Crise econômica e fim do capitalismo

O grande autor Karl Polanyi (2000, p. 95) já nos alertava em seu clássico *A grande transformação*, que traça uma crítica contundente do sistema liberal, em relação aos efeitos desastrosos de permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, visto que o resultado seria o desmoronamento da sociedade. Ademais, o autor ainda acrescenta que “ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do homem”. Ou seja, o capitalismo submetia o homem e a terra – os seres humanos e o meio natural, à venda, o que para o húngaro não eram mercadorias: “os seres humanos são vistos como produtores, apenas como produtores” (POLANYI, 1935, p. 392).

Outra ideia força em Polanyi é que “separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-la por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista” (2000, p. 198). Em outro trabalho, Polanyi argumenta que embora o mecanismo de mercado tenha trazido ao primeiro plano a sua dependência aos bens materiais, para ele, as motivações econômicas jamais constituíram o único incentivo de trabalho (2012, p. 219). Por fim, vale constatar a crítica acerba e irônica que Polanyi faz da sociedade capitalista: “Só a partir do momento em que se permitiu que o mercado triturasse o tecido social do homem, reduzindo-o à uniformidade insípida da erosão lunar, é que a criatividade institucional do ser humano ficou em suspenso. Não é de admirar que sua imaginação social dê sinais de fadiga” (Ibid., p. 222).

Poderíamos nos estender na mesma direção, já no século XIX, Karl Marx, tecia reflexões semelhantes, quando afirmava que o dinheiro como valor universal das coisas “privou o mundo de seu valor próprio, o mundo dos homens, bem como a natureza. [...] A visão da natureza que é adquirida sob a dominação da propriedade privada e do dinheiro é um verdadeiro desprezo, degradação da natureza” (1971, p. 136-137; 138-139).

Encontramos no autor de *O Capital* algumas alusões de grande atualidade sobre a questão ambiental, especialmente, quando diz que:

o homem vive da natureza – o que significa que a natureza é o seu corpo e deve manter relação constante com ela para não morrer. Dizer que a vida física e intelectual do homem está ligada à natureza significa nada mais do que dizer que a natureza está ligada a si própria, pois o homem é parte da natureza (1957, p. 997-998).

Além do mais, o autor faz alusão à influência das estações, das quais dependia a quantidade das matérias primas, do esgotamento das matas, das minas, do carvão e do ferro, questões que estão na ordem do dia, como o aquecimento global (Ibid., p. 272).

No caso brasileiro, são evidentes o que denominamos de formações predatórias, a saber, a violência do capital sobre os camponeses, pequenos produtores e indígenas, com Jair Bolsonaro dizendo que não mais demarcará terras indígenas, mas sugerindo que os grandes proprietários matem pequenos agricultores, que invadam terras devolutas ou improdutivas. E ainda, o estímulo ao grande capital para grandes aquisições de terras na região do MATOPIBA, imensa área dos cerrados brasileiros, que engloba os estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia, que vem sendo vendida ao capital internacional (RSJDH, 2018). Vale registrar também a questão relativa às mineradoras, entre elas

a empresa Vale que provocou desastres ecológicos graves ao longo de dois anos, deixando centenas de mortos, desaparecidos e desabrigados, praticamente matando o Rio Paraopeba por muitos anos, além de prejudicar comunidades da região central do estado de Minas Gerais que dependem da pesca e captação da água do rio (OLIVEIRA, 2019).⁶⁷

Esses desastres ambientais chamam a atenção mundial, não apenas pelo descaso do grande capital com a vida, com pessoas e o ecossistema, mas também porque boa parte das possíveis áreas de novas explorações estão sob terras indígenas.⁶⁸

Estes alertas não foram suficientemente ouvidos, sequer lidos pelos contemporâneos, e nos deparamos hoje com uma crise que tem gerado perplexidades, ao ponto de tantos autores de grande respeitabilidade argüirem as possibilidades de entrarmos em um período de barbárie. Estamos vivendo uma crise de paradigma em que, como afirma Latour (2004), precisamos de uma ciência que não seja categórica e fechada, dogmática, mas uma ciência que se interroge e enfrente as novas questões. Esta crise atual não é um acidente, não ocorre por acaso, mas representa sim um amplo acúmulo de desordens políticas, econômicas e ambientais que estão a sinalizar já há um longo período que a formação capitalista tem produzido, como dizia Polanyi, um “moinho satânico”.

Recentemente, os debates a respeito do fim do capitalismo afloram e se tornam cada vez mais representativos da realidade atual. Destaca-se a pesquisa de Wolfgang Streeck (2016) que discute os principais fatores e a forma como o capitalismo vai encontrar o seu fim. Para o autor, a conjunção do endividamento dos Estados, baixo crescimento e desigualdade representam um desafio que talvez seja insuperável para a economia capitalista, inclusive, para os países do Norte.

O principal fator agravante do cenário é o caráter de reforço mútuo das três tendências mencionadas acima. As evidências demonstram que o aumento da desigualdade atrapalha a recuperação do crescimento econômico, uma vez que a concentração de renda enfraquece a demanda e o aumento da produtividade. O baixo crescimento, por sua vez, acarreta uma maior dificuldade em redistribuir renda, já que os ricos precisam fazer concessões maiores para que o padrão de vida das populações pobres melhore (STREECK, 2016, p. 54). Além disso, a visão neoextrativista (ACOSTA, 2016) do governo brasileiro atua prejudicando seriamente a estabilidade e a sustentabilidade de florestas e de vidas humanas.

O aumento da dívida dos Estados em escala internacional também reforça o baixo crescimento econômico em virtude da limitação dos investimentos estatais. Além do mais, as mudanças estruturais associadas com o processo de financeirização geram ainda mais concentração de renda, de modo que os salários reais tiveram uma perda significativa em comparação com os ganhos do mercado financeiro. Portanto, a inter-relação entre o baixo crescimento, a desigualdade e a dívida dos Estados é o principal impasse econômico da atualidade, segundo Wolfgang Streeck (Ibid., p. 55).

O trecho abaixo esclarece a posição do autor a respeito do fim do capitalismo:

A imagem que tenho do fim do capitalismo – um fim que eu acredito já estar a caminho – é aquela de um sistema social em uma crônica destruição, por razões próprias e independentemente da ausência de uma alternativa viável. Embora não possamos saber quando e como exatamente o capitalismo desaparecerá e o que o sucederá, o que importa é que não há força que possa ser esperada para reverter as três tendências: a baixa do crescimento econômico, a desigualdade social e a instabilidade financeira, além do reforço mútuo entre as três forças (Ibid., p. 62).

⁶⁷ Cf.: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/25/em-mariana-e-brumadinho-empresa-faz-o-que-quer-denuncia-mab/>>. Acessado em: 02/05/2019.

⁶⁸ Em entrevista concedida à rádio Jovem Pan, em 8 de abril, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou que pretende explorar os recursos naturais da Amazônia em parceria com os Estados Unidos. Ao longo da entrevista também se mostrou contrário à demarcação de terras indígenas ao tratá-las como obstáculo para exploração econômica da floresta. Ver Valor Econômico, de 08/04/2019.

Por outro lado, Immanuel Wallerstein (2013, p. 32), através da teoria do sistema mundo, coloca que a combinação de austeridade, repressão e a busca por retorno financeiro no curto prazo, está criando um entrave no sistema que vai levar a flutuações imprevisíveis, de modo que não será possível confiar nem mesmo em previsões de curto prazo, tanto econômicas quanto políticas. O autor (Ibid., p. 9) parte da premissa de que o capitalismo é um sistema, e consequentemente, todos os sistemas possuem uma vida e não são eternos. Além do mais, para ele é possível descrever os padrões de atuação do sistema capitalista ao longo dos seus quinhentos anos de existência. A principal característica para que um sistema histórico seja chamado de capitalista não seria a existência de lucro nas relações de troca, ou mesmo o pagamento de salários, mas sim a busca incessante pela acumulação infinita de capital.

O argumento central do autor é de que o capitalismo pode deixar de ser vantajoso para os próprios capitalistas. Segundo Wallerstein, considerando que o objetivo principal do capitalismo é a acumulação infinita de capital, que tradicionalmente foi feita por meio da produção, as barreiras da mudança climática impedem que o sistema siga com a mesma lógica. O trecho abaixo esclarece a visão do autor:

A questão que o mundo enfrenta atualmente não é como os governos podem reformar o sistema capitalista de modo que ele possa renovar sua habilidade de buscar eficientemente a acumulação infinita de capital. Não há como fazer isso. A questão, portanto, tornou-se o que vai substituir o sistema. E isso é uma pergunta não só para o 1%, mas também para o 99%, na linguagem usada desde 2011 (WALLERSTEIN, Ibid., p. 32).

Outra leitura importante para a conjuntura atual é feita por Randall Collins (2013, p. 37), que argumenta que a inovação tecnológica atual está levando ao fim dos empregos na classe média. Para ele, a crise terminal do capitalismo poderá estar ligada à substituição da mão de obra intelectual pela inteligência artificial. Historicamente, o capitalismo encontrou saídas para o desemprego estrutural gerado pelas máquinas através da criação de novos setores na economia, a expansão geográfica dos mercados, criação de capital fictício, investimento estatal e a inflação de credenciais educacionais. Todavia, atualmente, essas saídas estão esgotadas e o sistema capitalista pode estar perto do fim em virtude da falta de demanda, já que as classes médias representam uma parte significativa de tudo que é consumido (Ibid., p. 67).

Os problemas relacionados ao desemprego estrutural, financeirização do capital e austeridade fiscal, embora aparentem ser estritamente econômicos, estão intimamente relacionados à questão ambiental e humanitária. Por exemplo, Saskia Sassen (2014, p. 84) coloca que as recentes grandes transações de terras na África e América Latina estão intimamente conectadas com o pacote de reformas da década de 1980, que foi imposto pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional nas negociações da crise da dívida. Também chamado de Land Grabbing (BORRAS JR. et al., 2011), o fenômeno gera não apenas a expulsão dos indivíduos que tradicionalmente habitam o meio rural, mas também um aumento significativo na poluição dos rios, uso de agrotóxicos e a derrubada de florestas para plantação de monoculturas.

Conforme destaca Sassen (2014, p. 10), na América Latina, África e Ásia Central os chamados recursos naturais presentes nas terras são considerados mais importantes que as pessoas que ocupam o local. Em resumo, a crise do capitalismo se interconecta ao processo de colapso ambiental vivenciado no planeta atualmente, de modo que não é possível separar as duas análises. Para compreender a decadência do capitalismo, é necessário se aprofundar a respeito da dinâmica do meio ambiente e sua inter-relação com a humanidade.

A crise ambiental e os sinais de catástrofes

O falecido sociólogo alemão Ulrich Beck (1998) já havia dito, vinte anos atrás, em seu livro *A sociedade de risco*, que a humanidade se tornou ameaçada pelos efeitos colaterais de suas tecnologias e de excessos expansionistas. O aumento da temperatura global, do nível dos oceanos, a sua acidificação e outros impactos graves associados estão afetando as áreas costeiras e já são visíveis em diversas partes do mundo. Sabemos hoje que as regiões do Ártico e do Antártico têm sofrido perdas de áreas geladas perenes, com danos sobre os oceanos e desaparecimento de peixes.

As reflexões do sociólogo Jason Moore (2015) têm por objetivo entender a história dos últimos cinco séculos de forma que nos ajude a responder aos desafios que nos deparamos hoje em dia. Durante as últimas quatro décadas, segundo ele, nós tivemos uma “aritmética verde” como abordagem para a crise. Os ambientalistas e outros grupos radicais têm levantado o alarme sobre estas crises que vêm impactando o planeta, mas não pensam em realmente como agrupá-las. Portanto, há uma contradição entre a retórica e as ações de pensadores ambientalistas, porque argumentam que os humanos são parte da natureza e que tudo no mundo moderno é sobre nosso relacionamento com a biosfera. Entretanto, quando iniciam a organizar e analisar os fenômenos, eles retornam à separação tradicional entre sociedade e natureza (“Sociedade + Natureza”), sem considerar essa relação tão íntima, direta e imediata como ela realmente é.

A premissa do livro de Jason Moore é que nós precisamos quebrar o dualismo “natureza/sociedade” que tem prevalecido em muito do pensamento que ele intitula “vermelho” ou “verde”. De onde vem esta ideia e por que é tão artificial, tão absorvida, sem maiores questionamentos? Segundo ele, a ideia de que os homens estão fora da natureza tem uma longa história. É uma criação do mundo moderno. Muitas civilizações antes do capitalismo tiveram o sentido de que os humanos eram distintos. Porém, nos séculos XIV, XVII e XVIII, esta poderosa ideia emergiu – e veio articulada com a violência do imperialismo e o despossuir, o expropriar, dos camponeses. Por consequência, uma série de recomposições do que significava ser humano, particularmente nas divisões em torno de raça e gênero, passou a ser adotada. Adam Smith falava em “sociedade civilizada”, que incluía alguns humanos, sobretudo, os europeus, mas não a ampla totalidade deles. Muitos eram colocados na categoria “natureza”. E tidos como algo a ser controlado, dominado e postos a trabalhar e, quiçá um dia, serem civilizados.

Claude Lévi-Strauss escreveu em 1951 para a UNESCO um livro marcante, intitulado *Raça e História* (2013); neste brilhante pequeno livro, um libelo contra a ideia de progresso, desenvolveu o conceito de selvagem que para ele fora um artifício dos europeus para justificar as violências, as mortes e o aprisionamento e mesmo a escravidão dos povos encontrados nas Américas. O catolicismo necessitava de uma justificativa para a questão, uma vez que segundo a Bíblia todos os homens eram iguais. Portanto, denominaram estes habitantes de “selvagens”, seres que não eram humanos, pois estavam do lado da natureza, não falavam língua humana e, assim, eram como bichos que podiam ser mortos sem compaixão.

Apesar de parecer abstrato, o mundo moderno foi baseado na ideia de que alguns grupos humanos eram tidos como “sociedade”, mas a maioria era vista como “natureza”. Foi uma ideia poderosa que surgiu não apenas porque cientistas, cartógrafos ou agentes coloniais houvessem decidido que fosse uma boa ideia, mas por conta de um longo processo que unia mercado, indústria, império e novas formas de ver o mundo, conectadas à concepção de revolução científica. Esta ideia de natureza e sociedade está enraizada em outros dualismos do mundo moderno: o capitalista e o trabalhador; o Ocidente e o Oriente e o Resto; homens e mulheres, brancos e negros; civilização e barbárie.

Para Jason Moore é necessário entender que o capitalismo é co-produzido por humanos e pelo restante da natureza, sobretudo, para entendermos a crise contemporânea, em geral atribuída aos aspectos econômicos. Hoje sabemos que a dimensão da crise é multidimensional. Não se pode discutir um aspecto sem mencionar os outros e para ter um conhecimento mais preciso do processo contemporâneo é necessário superarmos o dualismo. Atualmente, vivenciamos uma crise singular com muitas expressões: a financeira, que é perversa e afeta a dimensão do emprego, da agricultura, da saúde, da educação, mas também uma outra emergente, que é a extinção da vida no planeta – derrubada de florestas, degradação dos rios, pesticidas, aquecimento global, derretimento dos glaciares, que aparecem como puramente ambientais mas são provocados pela ação humana. Como diz Jason Moore: Wall Street é sem sombra de dúvidas uma das formas de (des)organizar a natureza.

Há hoje uma rica literatura que faz convergir o entendimento que os seres humanos, pelos desgastes acelerados que tem feito incidir sobre a natureza, estão perdendo em alguns casos, ou já perderam em outros, as possibilidades de reverter os impactos. A filósofa da ciência Isabelle Stengers (2009) contrasta o fato de que, há 50 anos atrás, havia uma grande fé nas inovações tecnológicas que eram então sinônimo de progresso, mas com a aceleração dos desgastes e impactos duros sobre a natureza, tal “fé cega” sofreu fissuras:

A confiança foi profundamente abalada. Não é nada assegurado que as ciências, como as conhecemos pelo menos, estão equipadas para responder às ameaças do futuro; por outro lado, com o que chamamos de “economia do conhecimento”, é relativamente certo que os cientistas não deixarão de propor respostas que, no entanto, não serão suficientes para permitir e evitar a barbárie (Ibid., p. 27).

Olhando pelo lado do papel dos Estados, Stengers entende que eles desistiram de todas as possibilidades que os permitiriam assumir suas responsabilidades e confiaram ao jogo livre do mercado mundial a importância do futuro do Planeta, o que intitulamos de captura dos Estados pelo grande capital.

Não é outra a argumentação de Jason Moore (2016) em livro mais recente, intitulado *Anthropocene or capitalocene*, em que faz uma crítica ao conceito de Antropoceno, que deu ao químico holandês Paul Crutzen, no ano 2000, o prêmio Nobel, quando afirmou que a biosfera e o tempo geológico têm sido fundamentalmente transformados pela atividade humana. Para Moore (2016), há a necessidade de um novo conceito de tempo geológico, que atribuisse à humanidade uma maior força nos processos de transformação do planeta. Embora Jason Moore reconheça a importância do conceito de Antropoceno, discorda dele, sobretudo, por dois aspectos relevantes: primeiramente, pelo fato do Antropoceno sustentar uma crença na ciência e na tecnologia; em segundo lugar, há uma questão temporal: para a ideia de Antropoceno, o capitalismo surgiu com o carvão e o vapor, mas por outro lado Moore (2016) sustenta que a destruição ambiental acelerou no final do século XV, quando os processos coloniais atingiram uma escala planetária.

Moore (2016) entende que o conceito de Antropoceno reduz o mosaico da atividade humana na teia da vida a uma dimensão abstrata, a uma Humanidade homogênea. Ele, o conceito, remove a desigualdade, a mercantilização, o imperialismo, o patriarcado, e muito mais do problema da humanidade-natureza. Sobretudo porque, cartesianamente, separa o homem da natureza. Para Moore, a história do capitalismo é uma relação de capital, poder e natureza: um todo orgânico. Para o capitalismo, a natureza é “barata” (cheap-nature) em um duplo sentido: tornar os elementos da natureza “baratos” no preço, e também para barateá-los, degradá-los ou torná-los inferiores em um sentido ético-político.

Um outro cientista muito respeitado, Johan Rockström, professor de ciência do meio ambiente com ênfase em recursos hídricos e sustentabilidade global na Universidade de Estocolmo e diretor executivo do Stockholm Resilience Centre, publicou um surpreendente documento em janeiro de 2015 na revista Science. O artigo aponta nove critérios para que nós tenhamos um relativo equilíbrio com a natureza, que ele chama de “nove fronteiras” que balizariam nossa relação com o ambiente. Para ele, a humanidade já ultrapassou quatro dos nove limites, o que dificultaria que o nosso planeta tivesse uma resposta hospitaleira para a vida contemporânea. O clima está mudando muito rapidamente, as espécies estão extinguindo-se muito rápido, estamos adicionando muitos nutrientes como o nitrogênio em nossos ecossistemas e continuamos cortando florestas e devastando áreas naturais. Além do mais, estamos avançando para cruzar os limites restantes.

O artigo liderado por Rockström (2015) evidencia que a concentração “segura” de gases de efeito estufa na atmosfera (que causa alterações climáticas) é de cerca de 350 partes por milhão. No nível de hoje, de 400 ppm, já ultrapassamos os limites que ameaçam perigosamente, com alta nas temperaturas e nível do mar, enchentes, inundações e outros problemas climáticos. Da mesma forma, Rockström e sua equipe calculam que já perdemos 16% da biodiversidade em muitas regiões do planeta, mais do que o nível “seguro” de cerca de 10%.

A destruição da Amazônia e suas implicações

São muitas as formas de destruição da Amazônia, como a aceleração da ocupação dos cerrados mato-grossense, que avançaram pelo bioma amazônico, principalmente a soja e a pecuária, que vêm associadas à grilagem e ao grande latifúndio, aos pesticidas, à venda de madeiras, e às queimadas regulares, bem como à escassa geração de emprego por estes setores, que ainda por cima inviabilizam a pequena produção camponesa. Não teremos tempo de nos aprofundar nos problemas da região, mas gostaríamos, ao menos, de traçar alguns pontos que consideramos fundamentais para um tratamento diferenciado para o território, que respeite a rica diversidade ali encontrada, e os habitantes nativos, que têm sido violentamente exterminados pelo agronegócio sem que o Estado seja capaz de estabelecer a responsabilidade que lhe cabe na região, tratando o binômio homem-natureza como cheap-nature.

Uma das maiores conhecedoras da Amazônia, a geógrafa Bertha Becker (2013), afirma que “a floresta só resistirá se tiver valor em pé”. Ela sempre insistiu em uma visão qualitativa do espaço, levando em consideração os valores humanos, culturais, políticos e econômicos. Tendo viajado por toda a região, Bertha sabia que a capitalização da agricultura só começara ali nos anos 1970, ao longo da Belém-Brasília, quando se intensificou a destruição da mata, a princípio plantando arroz e, logo em seguida, a pecuária. Ela, que estabeleceu vários planos de uso para a Amazônia, dizia que era necessário respeitar a grande divisão da vegetação natural, a floresta de transição, que é a floresta densa, a floresta aberta e o Cerrado, e constatou que o Cerrado e a floresta de transição já estavam destruídos em 40%; e a floresta aberta – que é a floresta intermediária no Acre, Rondônia e parte do Mato Grosso – está 50% destruída. É ali que está a fronteira hoje, pois é nessa floresta aberta que está havendo a maior derrubada de mata e plantação de

pastagem (Ibid., p. 143). Em sua entrevista, ela nos diz:

no fim da proposta de zoneamento, eu coloquei a estratégia para a floresta densa. Qual é estratégia? É uma estratégia de defesa, que ela ainda está aí. Nós temos de fazer um programa. Não é para defender e ela ficar paradinha só como unidade de conservação. É defesa por meio da produção, mas produção adequada à realidade. Ali o extrativismo teria de ser modernizado. Uma economia de floresta” (Ibid., p. 144).

Ela fala das possibilidades a partir da biodiversidade amazônica, no sentido da medicina, na farmacologia, com os problemas da saúde pública que temos.

Em livro importante, publicado em 2015 pela UFPA, Ima Célia G. Vieira et al., informam-nos que, mais recentemente, a implantação de novas estradas, fomentada pela procura de mais áreas de especulação fundiária, provocou um aumento significativo do estoque de terras para posterior produção agroflorestal, produzindo novas áreas de desflorestamento e a expansão do desmatamento em direção a áreas centrais na região.

Outros dados relevantes para a análise podem ser encontrados na base de dados do Land Matrix⁸¹, que foi uma importante iniciativa recente para o mapeamento das grandes transações de terras realizadas no mundo. O objetivo do projeto é registrar a aquisição de terras em larga escala que se tornou cada vez mais comum, especialmente nos países da América Latina e África. Conforme destacamos anteriormente, a literatura especializada convencionou denominar o fenômeno de Land Grabbing (SASSEN, 2014), que em português poderia ser traduzido como grilagem. O termo se justifica uma vez que o impacto negativo ocorre não só para o meio ambiente, mas também prejudica as populações tradicionais, que muitas vezes são expulsas das terras que habitam há gerações.

O Brasil se destaca como um dos alvos preferenciais das grandes corporações para a compra de grandes extensões de terras. Embora a soja e a pecuária ainda concentrem grande parte dos investimentos, crescem notoriamente a produção de biocombustíveis, madeira e outros grãos. De acordo com os dados do Land Matrix⁶⁹, os estados da federação no Brasil que registraram o maior número de grandes transações foram a Bahia, o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul. Apesar dos estados da região amazônica não figurarem entre os líderes, já começam a aparecer transações envolvendo grandes volumes de terra no Pará e no Amazonas. O quadro abaixo detalha as informações:

⁶⁹ Os dados sobre as grandes transações de terras no Brasil podem ser encontrados em: <http://www.landmatrix.org/en/get-the-detail/by-target-country/brazil/?order_by=&starts_with=B>.

Quadro 1: Grandes transações de terras no Pará e Amazonas

Local	Investidor	Objetivo	Tamanho	Ano
Estado do Pará (São Domingos do Capim)	Archer Daniels Midland Co. (EUA)	Biocombustível	1.300 (ha)	2011
Estado do Amazonas	RDF Empreendimentos e FIAM N.V. (Holanda)	Madeira	40.000 (ha)	2007
Estado do Pará (Proximidades de Belém)	Belém Bioenergia S/A e Galp Energia (Portugal)	Biocombustível	36.800 (ha)	2011

Fonte: Land Matrix, 2018.

A aquisição de 1.300 hectares em São Domingos do Capim por parte da Archer Daniels Midland Co. foi anunciada para a plantação de óleo de palma a fim de produzir biocombustível. Inicialmente, a empresa pretendia comprar 12.000 hectares, porém o contrato foi fechado com tamanho reduzido em 2011. Já a compra registrada no Estado do Amazonas por parte da FIAM N.V. (Forestry Investment and Asset Management N.V – Netherlands) e RDF Empreendimentos Imobiliários se concretizou com o objetivo de produzir madeira. Por fim, o projeto mencionado nas proximidades de Belém do Pará foi uma associação entre a Galp Energia de Portugal e a Petrobrás, que juntas constituíram a Belém Bioenergia S/A para produzir óleo de palma nos 36.800 hectares adquiridos em 2011.

Além das aquisições acontecidas na região Norte do país e mencionadas acima, também ameaçam a floresta amazônica as compras realizadas ao norte do estado do Mato Grosso. Neste artigo, não será possível fazer uma análise mais detalhada do panorama geral das grandes transações de terra no Brasil, porém, destacamos a importância do tema para refletir sobre o futuro do planeta e, em especial, da floresta amazônica. O Golpe que destituiu um governo legitimamente democrático, deixou mais que evidente as forças da elite brasileira – boa parte do Congresso Nacional, do judiciário e dos setores midiáticos, que, animados e orientados pelos grandes interesses dos Estados Unidos, passaram a impor medidas draconianas sobre os trabalhadores e segmentos populares; a venda a baixo preço de um dos ativos mais preciosos do Brasil, o Pré-Sal, reservas de petróleo obtidas a partir dos investimentos públicos na ciência brasileira; bem como a venda da Embraer à Boeing, outra empresa fruto dos investimentos do Estado, setores estratégicos fundamentais para consolidar a inserção do país em uma nova ordem mundial cada vez mais desigual em termos de ciência e tecnologia.

Considerações finais

A partir das discussões trazidas, percebe-se que a humanidade se encontra diante de uma encruzilhada, que não exclui o nosso país. A ideologia do crescimento econômico infinito como pressuposto para a justiça social se torna inexecutável em face da questão ambiental. Por um lado, ainda há aqueles que advogam a possibilidade de resolver os impasses por meio do desenvolvimento da técnica e adoção do chamado “crescimento verde” (World Bank, 2012), que segundo Thomas Wanner (2015) seria uma tentativa da elite econômica de “perder os anéis para salvar os dedos”. Ou seja, seria a manutenção da lógica de mercado e de acumulação, porém as economias do centro do sistema teriam como base a produção de conhecimento, enquanto consomem os produtos fabricados na China e em outras economias emergentes.

Por outro lado, há uma forte corrente que argumenta no sentido de que é a própria lógica do mercado e de crescimento infinito no consumo a principal causa da destruição das florestas, aumento na emissão de carbono e poluição das águas. Portanto, é uma incoerência acreditar que aquilo que causa o problema poderia ser também a solução para o impasse (Stengers, 2009). Soluções com base exclusivamente na técnica podem gerar um desastre ainda maior. Por exemplo, atualmente, já se cogita possibilidades como jogar aerossóis na atmosfera para mitigar o aquecimento global, o que traria sérios efeitos colaterais para o sistema hídrico do planeta, além de outros problemas ainda imprevisíveis.

Feitas todas essas considerações, entendemos que o Brasil está caminhando rumo a um desastre de grandes proporções. O Governo recém-eleito de Jair Bolsonaro está ampliando as medidas de Temer, tanto econômicas, como sociais e ambientais. O corte dos gastos públicos, a privatização da Petrobrás, a reforma da previdência, e a ameaça aos indígenas e às suas terras, bem como a criminalização dos movimentos sociais, a exemplo dos trabalhadores rurais sem terra, têm dado já uma demonstração do que teremos pela frente, um aprofundamento da barbárie. A forma como o governo lidou com o Programa Mais Médicos, que desenvolvia um trabalho importante, quando os médicos brasileiros não mais aceitavam fazer, de acompanhar os problemas de saúde da população pobre do interior do País, evidencia o descaso com a saúde pública. O acidente dramático da ruptura da barragem de Brumadinho, pertencente à Cia Vale do Rio Doce, um exemplo concreto de crime ambiental, a destruição de florestas na Amazônia, enfim, um conjunto de ações que operam, sobretudo, em detrimento dos mais pobres.

O colapso atual do sistema econômico, político e social, que não é somente brasileiro, mas que atua em escala mundial, está a exigir profundas mudanças de paradigma, que seja capaz de reduzir a desigualdade econômica mundial, que estabeleça medidas concretas com relação ao meio ambiente, ao aquecimento global, ao uso de pesticidas, à expulsão de pequenos agricultores para viver em cidades favelizadas, ou é provável que o colapso venha a se transformar em barbárie. Os conflitos que passam a existir em razão da catástrofe ambiental ocorrem não só no plano individual, como na busca por água potável, mas também entre países, visto que a coordenação das políticas para mitigação dos efeitos do aquecimento global se torna cada vez mais difícil.

Por fim, ressaltamos a interconexão entre os problemas econômicos, políticos e ambientais da contemporaneidade. Para encontrar uma solução durável e sustentável para os impasses atuais, não é mais possível buscar apenas a recuperação da economia e esperar que a inovação tecnológica resolva todos os problemas. Sem enxergar a natureza e o meio ambiente como parte de nós mesmos, continuaremos sem saída.

Referências

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Editora Elefante; Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-85.
- BECK, U. *La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.
- BECKER, B. Entrevista - Reflexões Bekerianas: o desenvolvimento da Amazônia “em pé”, *Olhares Amazônicos*, vol. 1, n. 2, 2013.
- BINSZTOK, J. Transformações sócio espaciais da agricultura familiar na Amazônia. Barcelona: *X Coloquio Internacional de Geocrítica*, 2008.
- BORRAS JR. et al. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction, *The Journal of Peasant Studies*, vol. 38, n.2, 209-216, 2011.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Leiden/Boston: Brill, 2016.
- COLLINS, Randall. The end of middle class work: no more escapes. In: WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Does Capitalism Have a Future?* New York: Oxford University Press, 2013.
- DOMINGUES, M. et al. A produção de soja no Brasil e sua relação com o desmatamento na Amazônia, *Revista Presença Geográfica*, n. 1, 2014.
- KLEIN, N. *This changes everything: capitalism vs. the climate*. New York: Simon and Chuster, 2015.
- LATOURETTE, B. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSE, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. Raça e história. In: *Antropologia estrutural II* (Coleção de Ensaios). São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- MARX, K. *La question juive*. éd. bilingue, Paris: Aubier-Montaigne, 1971.
- _____. Le Capital, liv. III. In: *Le Capital*, VI, Paris, Ed. Sociales, 1957.
- MOORE, J. W. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. New York: Verso, 2015
- MOORE, J. (Ed.). *Anthropocene or capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland: Kairós, 2016.
- OLIVEIRA, Wallace. Em Mariana e Brumadinho empresa faz o que quer, denuncia MAB”. In Brasil de Fato, 25/02, 2019.
- POLANYI, K. The essence of fascism. In: LEWIS, J.; POLANYI, K.; KITCHEN, D. (orgs.) *Christianity and the social revolution*. Londres: Gollancz, 1935.
- _____. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Ed.Campus, 2000.
- _____. Nossa obsoleta mentalidade de mercado. In: POLANYI, K. *A Subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: UNESP, 1996.
- RSJDH – Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do Matopiba*. 2018. (www.social.org.br)
- ROCKSTRÖM, J.; KLUV, M. *Big world, small planet: abundance within planet boundaries*. New Haven: Yale University Press, 2014.
- ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. *Science*, vol. 347, 2015.
- SASSEN, S. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge: the belknap press, 2014.
- STENGERS, I. In *Catastrophic times: resisting the coming barbarism*. Paris: Open Humanity Press, 2009.
- STREECK, W. *How will capitalism end? Essays on a failing system*. New York: Verso, 2016.
- VIEIRA, I.; JARDIM, M.; ROCHA, E. (Orgs.). *Amazônia em tempo: estudos climáticos e socioambientais*. Belém: Universidade Federal do Pará; Museu Paraense Emílio Goeldi; Embrapa; Amazônia Oriental, 2015.
- WALLERSTEIN, I. et al. *Does capitalism have a future?* Oxford: Oxford University Press, 2013.
- WANNER, T. The new “passive revolution” of the green economy and growth discourse: maintaining the “sustainable development” of neoliberal capitalism, *New Political Economy*, vol. 20, n. 1, 2015.
- WORLD BANK. *Inclusive green growth: the pathway to sustainable development*. Washington DC, 2012.

SOBRE OS AUTORES

ARTHEMÍSIA SANTIAGO - Assistente Social, Doutora em Sociologia pela UFPE e Analista Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral - 5ª Região. Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Saúde do Trabalhador, e Serviço Social no Judiciário. Realiza estudos em Sociologia Política, com particular interesse nos temas: judicialização de políticas sociais, Poder Judiciário, campo jurídico, democracia.

FLÁVIO WEINSTEIN TEIXEIRA - Professor do Departamento de História da UFPE, graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (Licenciatura -1988; Bacharelado-1989), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1994) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural/Intelectual, atuando principalmente nos seguintes temas: Recife - anos 1940/70 (política e cultura), modernidade, renovação cultural.

THIAGO PANICA PONTES - Professor do Departamento de Sociologia da UFPB. Graduou-se em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); doutorado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ, com estadia na École Normale Supérieure (ENS-Lyon) sob tutela de Bernard Lahire, pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integra o Núcleo Sociofilo, da UFRJ. Suas principais áreas de atuação são: sociologia geral e seus fundamentos epistemológicos, classes sociais, sociologia do indivíduo e da experiência com ênfase em sua multideterminação existencial.

VILMA FELIX - Graduada em Ciências Sociais, especialista em Ciência Política Contemporânea, mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE).

LIANA LEWIS - Professora do Departamento de Sociologia da UFPE. Graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (1998), Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e doutorado em Antropologia - Nottingham Trent University (2005). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. É Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Raciais Frantz Fanon e tem atuando principalmente nos seguintes temas: racismo, gênero, identidade e autoritarismo.

CIANI SUELI DAS NEVES - Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (2007), Especialização em Direitos Humanos pela UFPB (2004), e graduação em Direito pelas ASCES (2002). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Direito Ambiental, Gênero, Igualdade Racial, Políticas Públicas, Relações Internacionais, Direito Internacional, Ciência Política, Teoria do Direito, Teoria do Estado, Colonialidade, Povos Tradicionais, Movimentos Sociais, Racismo Religioso, Lei Maria da Penha, Violência contra a Mulher e Justiça Restaurativa.

FATIMA MARIA LEITE CRUZ - Professora Associada 3 da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais. Graduação em Psicologia - UFPE (1977), psicóloga educacional nas redes pública e privada da educação básica (1978-2006), Mestrado em Educação UFPE (1998) e Doutorado em Educação UFPE (2006). Estágio pós-doutoral na Universidade Estácio de Sá - RJ, (2017) sob a supervisão da Profa. Alda Judith Alves-Mazzotti. Pesquisadora no Laboratório de Interação Humana - LABINT - da UFPE e Líder do Grupo de pesquisa do Núcleo de Formação continuada didático-pedagógica de Professores da UFPE - NUFOPE. Desenvolve pesquisas com foco psicossocial e abordagem da Teoria das Representações Sociais. Temáticas de interesse: processos psicossociais de inclusão/exclusão, famílias e contextos de desenvolvimento, formação de professores, identidade, avaliação educacional e da aprendizagem, representações e práticas sociais.

MARCOS COSTA LIMA - Professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE. Graduação em Philosophie Politique - Université Montpellier 2 - Sciences et Techniques (1978), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1985) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Pós Doutorado na Université Paris XIII- Villetaneuse (2003). Prof. Associado 2 da Universidade Federal de Pernambuco no Deptº de Ciência Política. Atualmente é diretor da Associação Brasileira de Relações Internacionais (2015/2017), coordenador do Instituto de Estudos da Ásia (2015), pesquisador da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Globalização, atuando principalmente nos seguintes temas: mercosul, brasil, globalização, américa latina e política internacional comparada.

EDUARDO MATOS OLIVEIRA - Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais na UFPE, concluiu o mestrado em Ciência Política e graduação em Direito na mesma instituição. Pesquisador Associado ao Instituto de Estudos da Ásia/UFPE e curador da agenda de segurança alimentar e aquisição de terras do instituto. Pesquisador visitante na Zhongguo Renmin Daxue (Renmin University of China).

COMITÊ CONTRA O FASCISMO E PELA DEMOCRACIA NA UFPE

- André Graciano
- Antonio Carlos Pavão
- Alfredo Arnóbio de Souza da Gama
- Ascendino Flávio Dias Silva
- Audísio Costa
- Beate Saegesser Santos
- Carmen de Castro Chaves
- Claudete Fernandes Pereira
- Cida Guilherme
- Cristina Araújo
- Eduardo Lyra
- Fatima Maria Leite Cruz
- Giovannia Pereira
- Juliana Passos de Castro
- Liana Lewis
- Luciana Rosa Marques
- Moacyr Araújo
- Policarpo Junior
- Ricardo Oliveira da Silva
- Diogo Simões

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
COMITÊ UFPE CONTRA O FASCISMO/ DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MINI-CURSO DE EXTENSÃO – O GOLPE DE 2016 E
O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

PROGRAMAÇÃO

- 1) **Abertura (24/04)** - PROFa. Silke Weber e PROFa. Fatima Cruz
- 2) **Constrangimentos limites da democracia no Brasil contemporâneo (1985-2016) (26/04)** - PROF. Flávio Weinstein
- 3) **Geopolítica do impeachment: construção e desdobramentos (03/05)** – PROF. Sérgio Ramos
- 4) **Movimentos Sociais no Brasil: dos protestos de 2013 às eleições 2018 (08/05)**
PROFa. Vilma Felix
- 5) **Trabalho e trabalhadores no Brasil (10/05)** - Pedro Rafael Lapa
- 6) **O Golpe de 2016 e a (des)estruturação do espaço nacional (15/05)** - PROFa. Cristina Pereira de Araújo
- 7) **Autoritarismo e Fascismo: alfa e ômega do golpe (17/05)** – PROF. Artur Perrusi
- 8) **O Golpe de 2016 e o negro como inimigo interno: o genocídio antinegro como projeto de Estado (22/05)** - PROFa. Liana Lewis
- 9) **O conceito do crime a partir Golpe de 2016 (24/05)** - PROFa. Marília Montenegro
- 10) **O Golpe de 2016 e o Fundamentalismo Religioso: ferramentas de continuidade e expansão do projeto de poder racista do Estado e da Sociedade brasileiros (29/05)** - PROFa. Ciani Neves
- 11) **Judiciário e crise política: o percurso judicial do golpe e a judicialização política (05/06)** – Arthemisia Ferreira Paulo Santiago
- 12) **As entranhas do ‘gigante’: clivagens de classe, realinhamento conservador e a sociogênese do golpe (07/06)** – PROF. Thiago Panica
- 13) **Alianças de classe e o desenvolvimento nacional (12/06)** - PROFa. Ana Cristina Fernandes
- 14) **Do impeachment ao futuro (14/06)** – PROF. Marcos Costa Lima